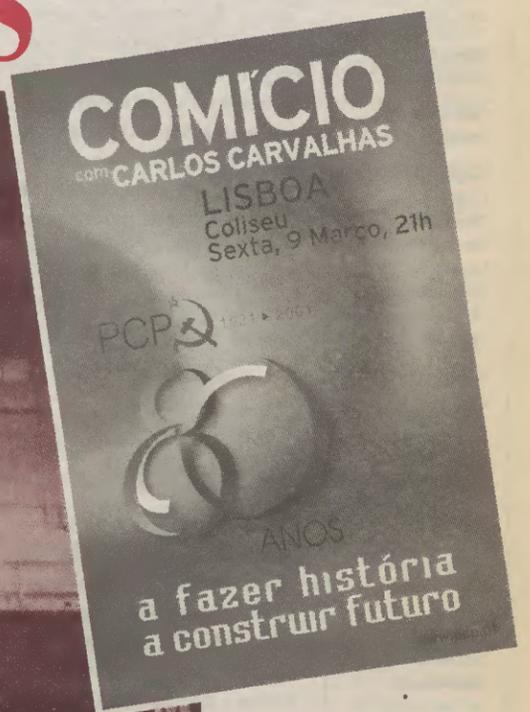


Os oitenta anos do PCP celebrados no Porto

Energias renovadas

O PCP «continuará a levantar a bandeira dos valores e das causas que deram sentido a oitenta anos da sua vida», afirmou Carlos Carvalhas no discurso proferido no comício do Porto. O secretário-geral participou ainda nos comícios realizados em Évora e em Coimbra e discursará amanhã em Lisboa.

Pág. 5



No 80.º aniversário do PCP

Lutas com perspectivas

O *Avante!* assinala o aniversário do Partido com a publicação do discurso de Carlos Carvalhas no Porto, entrevistas com dirigentes históricos do PCP – Sérgio Vilarigues e António Dias Lourenço – e depoimentos de novos militantes.

Págs. 13 a 20

Viva o 8 de Março

A mulher ontem e hoje

Há 144 anos que se comemora o Dia Internacional da Mulher. Juntando-se às celebrações, o *Avante!* publica depoimentos de mulheres portuguesas sobre lutas de ontem e de hoje.

Págs. 12 e 21

A tragédia de Entre-os-Rios

Luto e alerta

«Quantas pessoas terão de morrer mais para que estes acidentes sejam evitados?» Palavras de Carlos Carvalhas, exprimindo a solidariedade do PCP às famílias das vítimas.

Pág. 11

Branqueamento de capitais

Medidas concretas do PCP

O PCP quer ver uma política decidida de combate ao branqueamento de capitais. E assim propôs na Assembleia da República dois projectos de lei que ontem estiveram em debate, para prevenir e combater tal crime.

Pág. 23

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matriculada: 47058.
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lúcia Calapez
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 923 99 21
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Continente e Regiões
Autónomas)
50 números: 8 100\$00
25 números: 4 200\$00

EUROPA
50 números: 21 850\$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 30 600\$00

GUINÉ-BISSAU,
S. TOMÉ E PRÍNCIPE
e MACAU
50 números: 23 000\$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Inauguração da exposição comemorativa dos 80 anos do PCP

Resumo

28 Quarta-feira

António Cerqueira, ex-presidente da Câmara de Vila Verde, é condenado a cinco anos de prisão por crimes de peculato, falsificação de documentos e abuso do poder ● O advogado Neto Valente é raptado em Macau ● Nos EUA importantes figuras da comunidade negra aderem a um movimento que exige o pagamento de indemnizações pelos cerca de 200 anos de escravatura ● O presidente da Rússia, Vladimir Putin, lança uma advertência aos EUA sobre sistema de defesa antimíssil que considera ser «fatal para a paz mundial» ● Morre mais um militar que cumpriu missões nos Balcãs, o subchefe da PSP, Manuel Valadas.

1 Quinta-feira

Em resposta ao governador do Banco de Portugal, sobre os aumentos salariais da administração pública, João Torres, dirigente da CGTP, contrapõe que a moderação tem de incidir nos lucros e não nos salários ● O presidente russo visita o Vietname e assina um acordo sobre diplomacia e cooperação militar entre os dois países ● A Comissão Europeia decide levar o Estado português a tribunal por colocar restrições aos agentes de patentes violando as regras do Tratado da Comunidade Europeia sobre a liberdade de prestação de serviços na UE.

2 Sexta-feira

João Soares declara que a CML não vai realizar o projecto do elevador do Castelo de São Jorge «por manifesto desagrado da opinião pública» ● O Ministério da Administração Interna pede ao Instituto Tecnológico Nuclear a realização de exames complementares aos tecidos do subchefe Valadas ● Soldados israelitas matam mais um jovem palestino na Cisjordânia ● Em Cabo Verde o deputado Rui Figueiredo Soares, do MpD, diz que vão solicitar um inquérito parlamentar ao processo eleitoral das presidenciais.

3 Sábado

O secretário de Estado da Presidência, Vitalino Canas, admite que o Governo poderá abdicar da criação das salas de injeção assistida por não serem uma prioridade da nova lei da droga ● O presidente jugoslavo, Vojislav Kostunica,

afirma numa entrevista ao jornal *Danas* que não está «habilitado» para impedir uma eventual extradição de Slobodan Milosevic ● Ocorre em Timor-Leste o primeiro repatriamento organizado de refugiados dos campos de Timor Ocidental ● A Frente de Libertação do Enclave de Cabinda diz que, se «não for possível negociar com Portugal», os três reféns portugueses «podem correr perigo».

4 Domingo

Carlos Carvalhas recusa dar importância ao apelo de António Guterres para que os partidos mais à esquerda se «modernizem» e declara ao DN que «há questões que não merecem comentários» ● A queda da ponte de Entre-os-Rios, em Castelo de Paiva, provoca dezenas de mortos ● Chega a Moçambique a equipa do Serviço Nacional de Protecção Civil para apoiar as vítimas das cheias ● A Suíça rejeita o referendo que propunha uma adesão acelerada à UE ● São detectados mais 17 casos de febre aftosa no Reino Unido.

5 Segunda-feira

Devido ao acidente de Entre-os-Rios, Jorge Coelho apresenta a sua demissão juntamente com mais cinco secretários de Estado ● Novos confrontos entre extremistas de etnia albanesa e as forças de segurança macedónias põem em causa a paz nesta região dos Balcãs ● Ao fim de cinco dias de cativo, Neto Valente é libertado ● O antigo número dois da Elf, Alfred Sirven, afirma em tribunal que beneficiou de apoio altamente colocado para fugir de França.

6 Terça-feira

Com a participação de Carlos Carvalhas é inaugurado no centro de trabalho Vitória, em Lisboa, uma exposição evocativa dos 80 anos do PCP ● O Presidente da República visita Castelo de Paiva e os familiares das vítimas do acidente da ponte de Entre-os-Rios ● Ferro Rodrigues substitui Jorge Coelho na pasta do Equipamento Social ● Pedro Pires é declarado vencedor das eleições presidenciais em Cabo Verde e considera a sua vitória a da «verdade, da paz e da tranquilidade» ● Devido às descargas efectuadas pelas barragens espanholas, seis localidades do distrito de Santarém estão novamente isoladas.

Aconteceu

Febre aftosa em Portugal?

O ministro da Agricultura, Cypriano Almeida, anuncia que medidas extraordinárias para travar a entrada do surto da febre aftosa em Portugal começaram a ser aplicadas nos aeroportos nacionais, assim com nas fronteiras marítimas.

Porém, a chegada de um cargueiro

proveniente de portos britânicos apanha a gare marítima de Alcântara desprevenida, visto que ainda não se encontrava munida de pedilúvios (passadeiras de esponja que visam a limpeza dos sapatos dos passageiros vindos de outros países).

A fronteira marítima de Lisboa não dispõe por enquanto de qualquer mecanismo de inspecção dos cidadãos provenientes do Reino Unido, mesmo se o subdirector-geral de Veterinária garante que, «em princípio», as medidas estão a ser aplicadas em todas as fronteiras.



Ajuda para Moçambique

As cheias em Moçambique já fizeram 62 vítimas mortais e milhares de desalojados.

Para prestar auxílio a este país, Portugal enviou um grupo de 21 bombeiros que vai participar nas operações de busca, salvamento e transporte de alimentos. O material que vai ser usado já seguiu juntamente com uma equipa de

reconhecimento constituída por quatro homens.

Além de ajuda humanitária, Portugal também já disponibilizou uma ajuda financeira de cerca de 165 mil contos. Calcula o governo moçambicano que sejam necessários cerca de 6 milhões de contos para fazer face às necessidades com que se debate o país.

Português raptado em Macau

Já foi libertado o advogado português raptado na passada quarta-feira na em Macau.

Jorge Neto Valente foi libertado pelo grupo de operações especiais da polícia de Macau, sendo de seguida hospitalizado para tratamento aos vários ferimentos sofridos no decorrer do seu cativo e durante o processo de resgate.

Radiado naquele país há 31 anos, Jorge Valen-

te, advogado, é mais conhecido pelo seu desempenho na vida política, nomeadamente no acompanhamento e na produção dos textos legislativos. A sua libertação foi efectuada por elementos da Polícia Judiciária, da PSP e do Grupo de Operações Especiais que usaram explosivos para entrar no sétimo andar do edifício onde Neto Valente se encontrava encarcerado.

Na operação de resgate, a polícia deteve dois sequestradores, um terceiro elemento morreu durante a intervenção ao saltar do edifício.

Apesar da operação ter sido bem sucedida, responsáveis policiais dizem haver ainda

elementos do grupo de sequestradores que se encontram a monte.

Chapéu ajuda Saúde

O cantor cubano Compay Segundo compareceu no Festival Internacional dos Charutos, em Havana, juntamente com outras personalidades como Fidel Castro, além de empresários da indústria tabaqueira de 40 países.

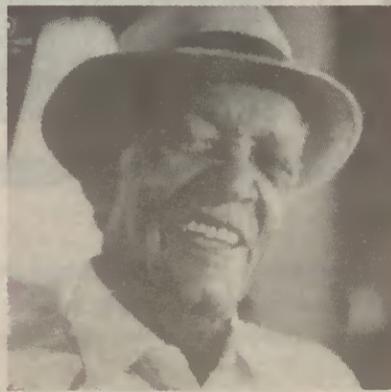
Durante o Festival, que ocorreu no

cabaret Tropicana, o famoso cantor leilou o seu também «famoso» chapéu, que rendeu cerca de 3800 contos.

Tendo desde sempre evoluído no meio da música, Compay esteve um pouco caído no esquecimento, voltando a ribalta com a sua participação no filme de

Wim Wenders «Buena Vista Social Club».

O cantor, fundador de vários duos, o mais importante dos quais foi o «Los Compadres» que tiveram fama nacional e internacional com êxitos como «Sarandonga», «Macusa» e «Penquito Tolete», é igualmente inventor do harmónico, instrumento de sete cordas que mistura o som da guitarra espanhola com o *tres* cubano. O dinheiro obtido com o leilão do chapéu serve para angariar fundos para ajuda ao sistema de Saúde cubano.



Crónica Internacional

• Carlos Aboim Inglez

Salvé, Moldova!

António Rego Chaves começou a sua habitual crónica do DN, dia 27 de Fevereiro, referindo-se aos «filocapitalistas de todo o mundo [que] comemoram este ano o aniversário da “implosão” da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – e têm bons motivos para festejar a sua Terça-Feira de Carnaval, porque se viram finalmente livres do fantasma de estimação que tanto combateram, com a ajuda preciosa de Mikhail Gorbachev. De facto, segundo crêem (...) não haverá Quarta-Feira de Cinzas do capitalismo...». Nós, que evidentemente não somos filocapitalistas, mas declaradamente anticapitalistas, pudemos ler com natural satisfação, nesse mesmo DN, que o Partido dos Comunistas da República da Moldova conquistara nas eleições parlamentares, dias antes, a maioria absoluta (70 deputados em 101) – começando assim a lançar algumas «cinzas» sobre o capitalismo instalado há 10 anos nessa ex-próspera República Soviética, que nesta década se tornou «o país mais pobre da Europa».

O retrato do desastre da restauração capitalista era impressionante

Já em 15/7 do ano passado o assanhado *The Economist* se mostrava alarmado, num artigo intitulado «Pode a Moldova ficar ainda pior?». O retrato do desastre da restauração capitalista era impressionante, e a própria revista recordava:

«Nos tempos soviéticos, a Moldova (...) produzia bons cientistas: um quarto dos rendimentos do país provinha das fábricas de alta tecnologia que serviam os programas espaciais e submarinos. Tudo isso agora desapareceu.» E referia também, como fruto do desastre económico e social, que se calculava já em 600.000, um sétimo da população, os moldovos forçados a emigrar para sobreviver (Portugal que o diga: ver *A Capital* de 1/3).

The Economist dixit. Digamos agora nós. A Moldávia, encravada entre a Ucrânia e a Roménia, que representava só 0,2% do território da URSS, fornecia todavia 26% das uvas, 10% do vinho, 16% das frutas, 9% das conservas vegetais consumidas por toda a União Soviética, além de açúcar, tabaco, milho, etc. Uma agricultura altamente desenvolvida e rentável, mas não só. A indústria, para além da agro-alimentar e do fabrico de tractores e máquinas agrícolas, o que é natural, possuía importantes ramos de motores eléctricos e construção mecânica, aparelhagem de precisão, etc. Apesar da relevância da agricultura (85% da terra era cultivada), já em finais dos anos 80 era a indústria que produzia 65% do seu PNB. O relatório do PNUD sobre «o período de transição» dos países do Leste e ex-URSS, refere que o produto industrial caiu quase 60% entre 1990 e 1996, e o PNB total ainda mais (p. 102). Refere também a excepcional taxa de crescimento demográfico (taxa de nascimento menos taxa de mortalidade, excluindo migrações), que era de 9,7 em 1980, 10,6 em 1985, 8,1 em 1990, e caiu a pique para 0,5 em 1996 (p. 44) – trágica medida do «imenso desastre social» da transição para o capitalismo.

Não será fácil aos comunistas da Moldova fazer sair o seu país deste desastre, tal a sua dimensão e a actual correlação de forças e ingerências imperialistas naquela região (Moldova/Ucrânia). É significativo que o *Financial Times*, de 2/3, venha já com um artigo sobre «a esmagadora vitória do Partido Comunista», revelando que um mês antes das eleições uma delegação de alto nível da UE visitara o país com «apelos para esforços renovados de reforma». E que «responsáveis de organizações internacionais, embaixadas e grupos não-lucrativos se reuniram ontem [1/3] na Moldova para discutir o impacto das eleições». O mesmo FT que no mesmo dia traz um sinistro e revelador artigo de George Soros sobre a Ucrânia, em que o conhecido especulador – «filantropo»-con-

pirador chama a atenção e convoca esforços «ocidentais» para actuar mais e mais nessa crucial região geo-estratégica.

Conscientes da complexidade da situação que vão enfrentar os nossos camaradas da Moldova, há que saudá-los e dizer-lhes que também irão contar com a solidariedade e apoios para fazer sair o seu povo do atoleiro em que foi lançado. A perspectiva do reforço dum união entre países ameaçados pelo expansionismo da NATO, de alargamento da União Bielorus-Rússia à Moldova, e eventualmente à Ucrânia, será difícil, mas é uma possibilidade real para escapar ao destino de novas colónias que o imperialismo lhes quer impor. Salvé, pois, Moldova!

Editorial

OITENTA ANOS

Não há malabarismos de linguagem nem efeitos especiais que anulem esta realidade: a história dos oitenta anos de vida e de luta do PCP é parte integrante e fundamental da história do povo português. Na verdade, não é possível escrever a história de Portugal nas últimas oito décadas sem ter em consideração a existência do Partido Comunista Português e a acção por ele desenvolvida. E o rigor histórico impõe que se diga que, desde o longínquo 6 de Março de 1921 até hoje, o PCP, pela sua acção firme, determinada, coerente, patriótica e revolucionária, está ligado a todas as conquistas sociais, políticas e culturais, a todos os avanços civilizacionais, a tudo o que de positivo foi alcançado pelos trabalhadores e pelo povo.

É tudo isso – conseguido na base do contributo abnegado e heróico de sucessivas gerações de homens, mulheres e jovens ao longo destes oiten-

ta anos – que neste momento comemoramos. Com legítimo orgulho. Com a assumida determinação de darmos honrosa continuidade a essa história. Com uma muito grande confiança no futuro.

“O ideal comunista continua vivo e pleno de actualidade”

ta anos – que neste momento comemoramos. Com legítimo orgulho. Com a assumida determinação de darmos honrosa continuidade a essa história. Com uma muito grande confiança no futuro.

Partido da classe operária e de todos os trabalhadores – e, por isso mesmo, firme defensor dos interesses, das reclamações e das aspirações de todas as classes e camadas antimonopolistas – o PCP foi sempre o grande impulsionador e organizador das lutas pela defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo. Sempre: quer durante os quase cinquenta anos de violenta repressão fascista; quer no período que se seguiu ao 25 de Abril – esse tempo de profundas transformações, avanços e conquistas e que foi expressão máxima de modernidade em toda a História de Portugal; quer no tempo em que a contra-revolução, organizada e apoiada interna e externamente, procurou fechar todas as portas que Abril abriu; quer nestes tempos mais recentes, em que o PSD e o PS (sozinhos ou em conjunto e sempre com o apoio implícito ou explícito do CDS/PP) têm vindo a levar à prática a política de direita saída da contra-revolução e ao serviço dos interesses de classe dos grandes capitalistas.

Essa postura do PCP, assente na ideia de que os direitos e interesses dos trabalhadores constituem elemento definidor de qualquer regime, expressa de forma clara uma das características essenciais da identidade do nosso Partido: a sua natureza de classe.

Partido da liberdade e da democracia, o PCP ocupou durante quarenta e oito corajosos anos a primeira linha da luta contra o fascismo, teve um papel determinante na conquista da liberdade alcançada com o 25

de Abril e deu um contributo singular na construção do regime democrático. Não é de mais lembrar que o PCP foi o único partido nacional que quis e soube resistir às condições impostas pelo fascismo e que, quando lutar pela democracia e pela liberdade tinha como consequências previsíveis a prisão, a tortura, por vezes a morte, os comunistas ocuparam o lugar que lhes competia e foram a vanguarda da resistência e os grandes impulsionadores da unidade e da luta antifascistas. Lembrar a acção determinada e corajosa desses milhares de militantes comunistas que dedicaram a sua inteligência, a sua capacidade, a sua vida à causa dos trabalhadores e do povo – e que foram construtores maiores do Partido que hoje somos – é não só um acto de justiça mas um imperativo revolucionário.

É necessário sublinhar, igualmente, a intervenção criativa do PCP no enriquecimento do conteúdo democrático do regime nascido da Revolução de Abril, bem como a sua acção, hoje, na luta contra os múltiplos atentados da política de direita a esse conteúdo democrático, na luta pela defesa de uma democracia avançada, de uma democracia que, aplicada simultaneamente nas suas vertentes política, económica, social e cultural abra caminho à construção de uma sociedade liberta de todas as formas de opressão e de exploração, a sociedade socialista e comunista.

É tudo isto que comemoramos neste tempo de aniversário da PCP: um tempo sem dúvida difícil e cheio de difíceis obstáculos à luta que travamos; um tempo em que forças poderosas procuram fazer crer que o capitalismo é o fim da história, que a acentuação das desigualdades e injustiças sociais é uma inevitabilidade, que não há alternativa ao sistema dominante baseado na exploração do homem pelo homem; um tempo que nos coloca desafios complexos e nos exige grande determinação, perseverança e firmeza – mas um tempo que, simultaneamente, nos mostra que o ideal comunista, o ideal de liberdade, de justiça social, de igualdade, de solidariedade que presidiu à fundação do PCP em 1921, continua vivo e pleno de actualidade.

E é no exemplo e na experiência destes oitenta anos de vida e de luta que encontramos as fontes de força essenciais para travarmos as batalhas do presente e do futuro.

A luta por uma sociedade nova integra as múltiplas batalhas do dia-a-dia travadas em todo o lado onde os direitos e os interesses dos trabalhadores, do povo e do País são postos em causa. E, nessas batalhas, mostra a realidade que o PCP tem um papel determinante.

Lutando contra a legislação antilaboral e pela defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores, contra o aumento dos preços, contra a tentativa de alteração das leis eleitorais e de empobrecimento do conteúdo do regime democrático, contra a política de submissão servil aos interesses e aos ditames do imperialismo – lutando, em resumo, contra a política de direita e por uma alternativa de esquerda, os comunistas mantêm vivos a perspectiva e o objectivo da construção, no nosso país, de uma sociedade socialista.

Actual Em casa de ferreiro...

• Jorge Cordeiro

O Departamento dos Estados Unidos acaba de publicar o seu tradicional relatório anual sobre os Direitos Humanos. Desde já um aviso: não vale a pena sentir-se tomado por entusiasmos vãos e expectativas infundadas. Se estava à espera de lá encontrar inventariado os actos de agressão à Jugoslávia, o rasto de morte de meio milhão de crianças deixados pelo embargo ao Iraque, os efeitos dos bombardeamentos humanitários contra populações indefesas nos Balcãs ou no Iraque, ou os actos de discriminação racial e de violação de direitos nos Estados Unidos desiluda-se. Isso são tudo operações de rotina não sujeitas a verificação e matéria fora da agenda. O relatório é sobre o mundo, claro está, e não sobre o seu próprio país como convém a este regime de impunidade imperial e que se arroga fundado num qualquer mandato divino de que os seus presidentes se consideram investidos.

Portugal não escapa às garras deste exercício de objectividade e imparcialidade a que a Administração Americana se dedica. Segundo o citado relatório, Portugal ganha o direito a menção nas

páginas deste severo juízo e a uma reprimenda internacional de tão zelosos defensores dos direitos humanos por razão das condições nas prisões, do comportamento de guardas prisionais e da violência e discriminações sobre minorias. Deixemos de lado os problemas reais do sistema prisional português e fixemos sobretudo a profunda hipocrisia dos acusadores conhecidos por um sistema dos mais brutais, desumanos e degradantes do planeta. Registemos apenas que dentro de portas os autores do

relatório têm no seu currículo uma centena de execuções por ano, mais de 3500 presos agonizando de espera nos corredores da morte, uma população prisional da ordem do milhão e meio de presos, uma taxa de encarceramento de negros sete vezes superior à média total,

um dos mais desumanos regimes de isolamento e de controlo pela violência do comportamento dos encarcerados, uma média de sobrelocação dos estabelecimentos estaduais 40% acima da sua capacidade.

Espera-se, ainda que sem grande dose de expectativa, de Guterres e do seu Governo duas atitudes.

Uma a que por dever próprio, e não por acção ilegítima de outros, vise corrigir o muito que não vai bem em matéria de justiça e de política prisional. Outra a de que, por uma vez que seja, levante a voz contra a arrogância dos que guindados a um papel que ninguém lhes outorgou, e agindo como senhores do

mundo e juízes onipotentes das regras que unilateralmente estabelecem e ditatorialmente pretendem impor, se atrevem às mais descaradas operações para desviar as atenções e se isentarem da justa condenação pela condução das suas políticas interna e externa.



Deslumbramentos

• Vítor Dias

Na opinião publicada, está agora na moda um imenso deslumbramento com Marcelo Rebelo de Sousa por via do seu desempenho como comentador dominical na TVI.

Sobre isto, começamos por confessar que nos falta a inteligência, a cultura política e a formação para ensaiar uma explicação razoável para esta «onda» que há dias teve a sua máxima expressão no involuntário suspiro lançado por Eduardo Prado Coelho («Público» de 27/2) no sentido de que MRS «é o tipo de personagem» que suscita a «inevitável interrogação: por que é que pessoas assim não nos governam?».

Perceba-se a nossa estranheza. É que, bem vistas as coisas, nestes últimos anos 25 anos, ninguém de bom senso pôs em causa ou negou as capacidades políticas, intelectuais ou universitárias, o virtuosismo, a capacidade de arrumar, desenvolver e expor ideias desta personalidade.

Acresce que, coisa que parece estar esquecida pelos deslumbrados de agora, que durante anos MRS fez o seu polémico e controverso «Exame» na TSF onde exibiu a mesma gama de recursos que hoje exhibe na TVI.

E acresce sobretudo (mas quem é que já se lembra disso?) que, sendo o homem o mesmo, quando exerceu a liderança do PSD não havia um centésimo deste deslumbramento nos «media» e, pior que isso, num fenómeno que nunca entendemos, a sua queda como líder do PSD foi, de início, acompanhada sim por um certo deslumbramento com Durão Barroso.

Classicamente, num texto destes seria agora a altura de lembrar sobre Marcelo Rebelo de Sousa toda uma longa série de factos, características, posições e atitudes que, não tendo que ver com a esfera do «virtuosismo», da capacidade intelectual e da habilidade política, bem desaconselham o deslumbramento e os suspiros em curso.

Mas falta-nos o espaço para tanto e também estamos um pouco fartos de aparecermos como dos não muitos numerosos detentores de memória política neste país.

Mas ainda nos chega o espaço para lembrar que, ainda no passado domingo, lá esteve na TVI o «virtuosismo» de MRS, mas o que faltou em certo momento foi o respeito pela verdade.

Com efeito, a propósito da participação das mulheres na vida política e da lei das «quotas», MRS sentenciou que o comportamento dos partidos em geral, nas legislativas de 1999, foi uma vergonha.

Ora a verdade é que o PCP e o PS cumpriram o compromisso de voluntariamente elevarem para mais de 25% a percentagem de mulheres entre os seus eleitos e candidatos e vergonha foi a forma flagrante e ostensiva como o PSD e o CDS-PP mandaram às urtigas o similar compromisso que MRS e Paulo Portas tinham assumido.

E é também por isto que a oposição do PCP à proposta do PS que hoje se discute na AR, parecendo similar, se sustenta numa atitude, numa reflexão e num empenho muito diferentes dos que sustentam a oposição do PSD e do PP.



E depois dos 80?

• Aurélio Santos

Curiosamente: os 80 anos do PCP ganharam foro de acontecimento nacional. Suscitaram (e ressuscitaram) comentários sortidos sobre a sua história e sentenças sobre o seu futuro. Acabaram evidenciando o que adversários seus têm querido negar: afinal este partido continua a ser um factor «incontornável» (como fica em moda dizer) da nova realidade portuguesa.

Mas foi também ocasião para se reafirmar um anticomunismo de novo tipo: o das tentativas de «moralização» dos comunistas, ou a tentativa de transformar o PCP em «protectorado» político de outras ideias, isto é, sem independência de pensamento próprio e sem liberdade de definição dos seus próprios objectivos. Como face alternativa, apresenta-se com crueza simples e clara a vampirização do seu eleitorado.

Compreende-se que para o capitalismo serôdio dos nossos tempos o comu-

nismo continue a ser o «espectro que percorre a Europa», como já diziam Marx e Engels. Mas a perseguição a esse fantasma dos senhores do capital varia com as épocas. Não caem bem nas sociedades «pós-modernas» e neoliberais as brutesas de Hitler, Salazar, Pinochet, ou mesmo os tribunais de «actividades antiamericanas» do macartismo. Estarão metidas em gaveta de espera?

Para nós, comunistas portugueses, os 80 anos do PCP são naturalmente motivo festivo. Não tanto por serem 80, mas pelo que nesses 80 anos o partido foi e fez.

Não estamos em saldo, não morremos, nem queremos morrer. Mas como em toda a História, coloca-se-nos a questão: que fazer agora para «avançar futuro»? a, como fizemos nestes 80 anos?

Temos um património valioso. Mas não basta o património herdado para responder às questões sempre novas que a vida coloca, como mostra a nossa

própria experiência. E o novo século impõe-nos prosseguir e aprofundar respostas às novas condições em que evoluiu o mundo.

Temos condições para o fazer, mantendo a nossa identidade. E a principal é termos e mantermos um partido com princípios e objectivos claros, estruturado e coeso.

Depois dos 80? Continuaremos a avançar o futuro. Com a luta do presente. Os capítulos mais importantes da nossa história estão ainda por escrever.

Ganhámos o nosso passado sempre a imaginar um futuro difícil de cumprir. Mas não se pode codificar o futuro. A história não se faz ficando burocraticamente sentados à sua espera. Como dizia Marx: a história não faz nada, não luta em nenhuma batalha; não é a história mas sim o ser humano, vivo e real, que tudo faz e luta por tudo.

Sejamos nós a força a dar a volta para apoiar e apostar futuro.

Frases

“Quantas pessoas terão de morrer mais para que estes acidentes sejam evitados?”

(Carlos Carvalhas, citado pelo Diário de Notícias, expressando a solidariedade aos familiares das vítimas do acidente de Entre-os-Rios, 6.3.01)

“Neste momento é preciso pensar nos acontecimentos que sucederam, resgatando as vítimas, apoiando as famílias e tomando as medidas necessárias para que tais situações não se repitam. Quanto ao Governo, o problema não é de remodelações, o problema é de políticas.”

(Lino de Carvalho ao Diário de Notícias, 7.3.01)

“Os governos caem nas pontes”

(Do editorial do Diário de Notícias, por M. Bettencourt Resendes, 6.1.01)

“Não brinco às demissões”

(Ministro Jorge Coelho, divulgando a sua demissão do cargo às 3.30 horas de 5.3.01)

“Antes que as críticas rolassem como bola de neve, Jorge Coelho saiu de cena.”

(in Diário de Notícias, 6.3.01)

“Coelho sai do Governo marcando diferença em relação a António Costa.”

(idem)

“António Martins, presidente do Instituto de Estradas de Portugal, colocou ontem o seu lugar à disposição do Ministério do Equipamento Social.”

(idem)

“António Martins optou por não secundar a posição do ministro Jorge Coelho, deixando a responsabilidade da sua exoneração à equipa demissionária. (...) Estarão em causa indemnizações que poderão ascender a 200 mil contos caso a demissão não parta dos próprios.”

(idem)

“O Governo continua a esperar que ele se demita”

(in Público, 7.3.01)

“PS votou contra a ida de Comissão Parlamentar ao local do acidente já para a semana”

(in Diário de Notícias, 7.3.01)

“Só há 19 técnicos para cuidar de 3500 pontes”

(in Público, 7.3.01)

“Estado quer passar para câmaras 72% de estradas degradadas”

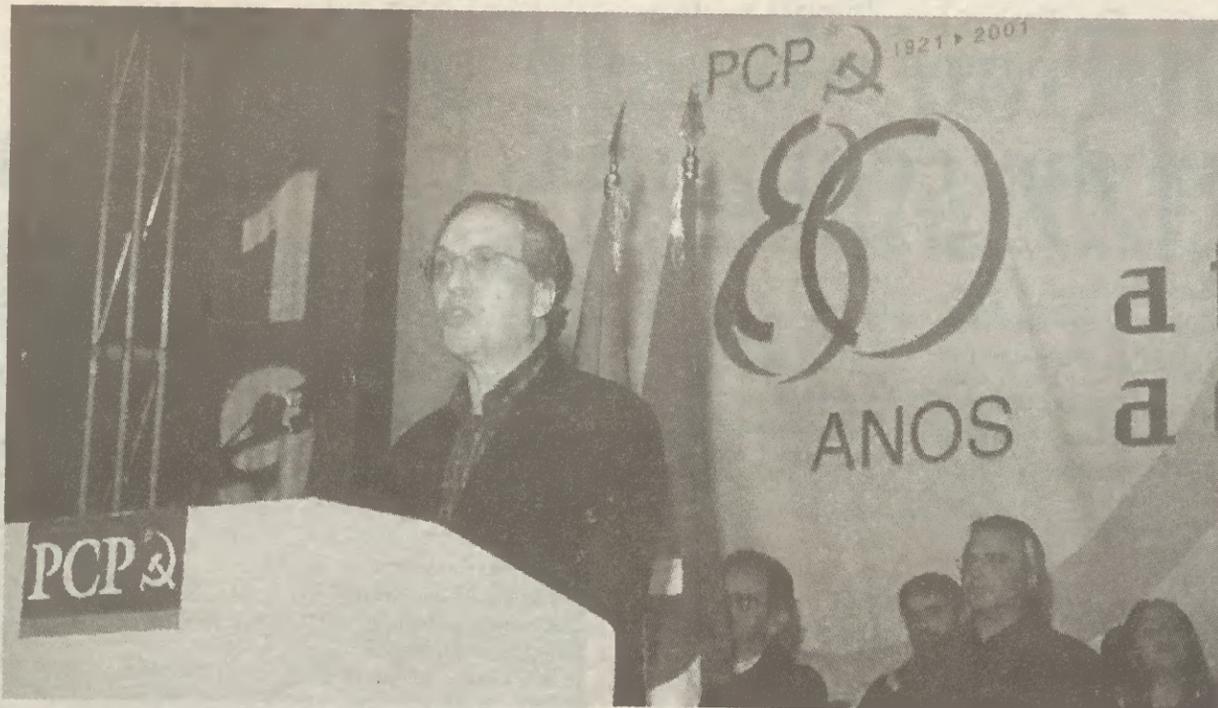
(in Diário Económico, 7.3.01)

“Cerca de 50% da rede nacional de estradas tem piso degradado”

(idem)

“Metade das vias destinadas aos municípios está em mau estado”

(idem)



Comemorações do 80.º aniversário do PCP

Confiança no futuro

Numerosas iniciativas assinalaram, no fim-de-semana passado, a passagem dos 80 anos sobre a data da fundação do PCP, 6 de Março de 1921. Entretanto, três comícios com a participação do secretário-geral do PCP (ver intervenção páginas centrais) deram no Porto, Coimbra e Évora destaque particular ao evento, cujas comemorações terão o seu momento alto no comício de amanhã, em Lisboa.

No Porto, o 80.º aniversário foi, assim, comemorado com um comício que encheu o Cinema do Terço. Cerca de mil pessoas puderam assistir a um espectáculo evocativo dos 80 anos do PCP, da sua história e intervenção, com momentos musicais e de poesia, com exposição de imagens e com

a participação especial de Manuel Freire.

A vida e acção do PCP foram passadas em revista, desde a sua fundação, em 1921, passando por aspectos fundamentais da histórica Revolução de Outubro, pela intervenção do PCP na clandestinidade e pela Revolução de Abril até à actualidade.

O responsável da Organização Regional do Porto, Sérgio Teixeira, inaugurou o período de intervenções políticas, referindo-se aos 80 anos do PCP como «recheados de feitos marcantes para a nossa história colectiva». Particularmente no distrito do Porto, ao longo destes 80 anos, «o PCP esteve lutando, unindo, organizando, resistindo, transformando, enraizando-se na classe operária, nos trabalhadores e na intelectualidade». Terá sido essa, aliás, a principal razão para que Raul Castro, «o antifascista, o democrata consequente, uma das figuras mais proeminentes da Constituinte», tivesse decidido aderir ao Partido.

Sérgio Teixeira apontou ainda algumas prioridades definidas para o trabalho do PCP no distrito do Porto, em 2001, como «o reforço da organização, intervenção e afirmação partidárias; o aumento da influência eleitoral do PCP nas próximas eleições autárquicas; e o estímulo e desenvolvimento da luta social». Entretanto, foi a confiança nas batalhas futuras a nota dominante deste comício de aniversário.

Coimbra

Em Coimbra, também um comício assinalou, na sexta-

-feira, no Centro Norton de Matos, os 80 anos do PCP.

Na ocasião, Armindo Miranda, membro da Comissão Política e responsável pela Organização Regional de Coimbra, depois de falar da «história heróica» e da «luta revolucionária do PCP contra o fascismo, pela liberdade e pela democracia», chamou a atenção dos presentes para a intensa actividade partidária que este ano se coloca aos comunistas.

Debruçando-se fundamentalmente sobre as eleições autárquicas de Dezembro, Armindo Miranda considera que os comunistas partem para esta batalha «de cabeça

erguida», conscientes de que os eleitos da CDU nas Câmaras, nas Juntas, nas Assembleias Municipais e de Freguesia «têm realizado um bom trabalho na defesa dos interesses dos que os elegeram». Ou seja, partem para estas eleições «com muita confiança», dispostos a «alargar bastante» o número de Juntas de Freguesia com maioria CDU» e a alcançar um «grande resultado eleitoral no distrito de Coimbra».

Reafirmando, depois, a solidariedade do PCP para com as lutas dos trabalhadores do distrito, nomeadamente os da Cerâmica Estaco, da Fábrica Triunfo, da Rifer Coimbra e da Aguireira Móveis, o dirigente do

PCP expressou também a solidariedade dos comunistas às populações vítimas das cheias do Baixo Mondego e exigiu a rápida entrega de subsídios às pessoas afectadas.

Por fim, Armindo Miranda evocou diversas lutas em curso no distrito de Coimbra, dando a garantia aos trabalhadores e às populações do distrito de que poderão contar sempre com o PCP «nas lutas que se avizinham por melhores salários, por melhor qualidade de vida, contra as injustiças, na defesa dos direitos, igualdades e garantias alcançadas com a Revolução de Abril, na luta por uma genuína alternativa de esquerda, ao serviço do povo e do País».

Travar política de direita

Em terras alentejanas, o momento alto das comemorações do aniversário do PCP ocorreu no domingo, em Évora, com o Teatro Garcia de Resende a tornar-se pequeno para albergar todos os que vieram dos quatro cantos do Alentejo.

Eram quatro da tarde quando se iniciou um pequeno espectáculo com um grupo de música popular vindo de Pias, cujas músicas animaram a vasta plateia ali presente. Meia hora depois, Eulália Miranda, membro do Comité Central e da Direcção Regional do Alentejo, abriu o comício, começando por chamar para a mesa os membros da Direcção Regional do Alentejo, depois os presidentes de Câmara eleitos pela CDU, os camaradas coordenadores das Uniões dos Sindicatos, os deputados do PCP eleitos pelos distritos de Évora e Beja, o deputado ao Parlamento Europeu Joaquim Miranda e uma forte delegação da Juventude Comunista Portuguesa.

A primeira interveniente, Ana Carolina, membro da Direcção Distrital de Beja da JCP, começou por fazer uma saudação ao comício em nome da JCP. Saudou, depois, tanto a luta dos jovens no passado como a dos jovens nos dias de hoje, designadamente a luta dos estudantes do Secundário e do Superior, reafirmando a confiança destes no projecto político do PCP e a sua

confiança na possibilidade de travar a política de direita, agora levada à prática pelo Partido Socialista.

Usou depois da palavra Raimundo Cabral, membro da Comissão Central de Controlo, que, em nome da Direcção da Organização Regional do Alentejo do PCP, fez uma saudação a todos os presentes, desenvolvendo, a seguir, toda uma linha de denúncia da política do PS e das suas consequências para esta vasta Região e apontando as propostas do PCP para a Região.

Em relação às tarefas para o ano em curso, Raimundo Cabral salientou a importância das eleições autárquicas, considerando que pelo trabalho desenvolvido e pelas novas perspectivas de alargamento da CDU está ao seu alcance ganhar as próximas eleições no Alentejo, ganhar novos órgãos autárquicos. Mas para isso, sublinhou, «é preciso reforçar o trabalho do PCP e da CDU junto das populações».

A terminar, o dirigente do PCP salientou a importância do reforço do PCP, no prosseguimento da aplicação das conclusões do 16.º Congresso do PCP.

E foi num ambiente de festa mas também de grande confiança no futuro que, depois da intervenção de Carlos Carvalhas, terminou o comício comemorativo dos 80 anos do PCP em terras do Alentejo.



Em Paredes, o PCP escolheu comemoração do aniversário para apresentar o candidato da CDU às próximas autárquicas

Papel dos comunistas é insubstituível

A assinalar o 80.º aniversário do PCP, realizaram-se, ainda, em todo o País, diversos debates, almoços e jantares de convívio, promovidos pelas várias organizações locais do Partido.

No passado domingo, por exemplo, a Comissão Concelhia de Paredes do PCP realizou um almoço comemorativo, com a participação entusiasta de cerca de duas centenas de militantes e simpatizantes.

A iniciativa, que contou com a presença de Odete Santos, deputada do PCP na Assembleia da República, foi escolhida para apresentar o candidato da CDU à Câmara Municipal de Pare-

des, nas eleições autárquicas de Dezembro: Cristiano Ribeiro, membro da DORP e coordenador da Concelhia de Paredes.

Cristiano Ribeiro quer «afirmar a esquerda» no concelho de Paredes

Cristiano Ribeiro é médico na Unidade de Saúde de Sobreira, colaborador há vários anos de órgãos de imprensa regional e, actualmente, membro da Assembleia Municipal de Paredes. Segundo o próprio candidato afirma, a sua candidatura faz-se em nome

«de uma força crescente, de gente com e sem partido, competente e exigente, realista e ambiciosa». «Sou candidato em nome de uma força que quer somar ao reconhecimento da qualidade e competência a maior representatividade», disse Cristiano Ribeiro, que aceitou o desafio de «afirmar a esquerda, séria e combativa, no concelho de Paredes».

O anúncio da candidatura e dos seus objectivos, assim como a presença e intervenção da deputada Odete Santos - que abordou a história do PCP e o papel essencial dos comunistas no passado e no presente -, contribuíram para o entusiasmo e confiança dos participantes que, na sua composição etária, espelhavam bem o facto de Paredes ser, no país, o segundo concelho com população mais jovem.



Entroncamento e Vila Nova da Barquinha confraternizam num almoço

Uma história ímpar

O aniversário do PCP foi também comemorado em Nanterre, França, com uma iniciativa que teve a participação de mais de 200 militantes e amigos do PCP, muitos dos quais jovens que pela primeira vez tiveram oportunidade de viver um grande momento de confraternização e amizade. Na iniciativa estiveram presentes a presidente da Câmara Municipal, Jaquine Fraisse, e o vice-presidente, Jean Pierre Campos

Depois da intervenção de Jaime Alves, que saudou os presentes e agradeceu a disponibilidade da municipalidade, entrevistaram Jean Pierre Campos, em nome do município, e António Topa, membro do secretariado da organização em Paris, que focou a solidariedade do PCP com a marcha Zapatista.

Por fim, Ilda Figueiredo, membro do CC e deputada ao Parlamento Europeu, a quem coube a intervenção final sobre a vida do Partido, lembrou aos participantes a história de luta ímpar do Partido, ao longo destes 80 anos, contra a exploração capitalista e, ainda, alguns aspectos da política nacional recente e das lutas dos trabalhadores por ela crescentemente afectados.

No decurso desta iniciativa, foram distribuídos os novos cartões do Partido aos militantes presentes.

Alcanena

Uma viva emoção marcou, no domingo, o reencontro de camaradas do concelho de Alcanena com José Vitoriano que, neste seu regresso ao Peral, reviveu com os presentes memórias e lutas, fazendo, como o lema da iniciativa indicava, «O percurso da resistência à Liberdade».

Uma centena de participantes pôde assim, nesta iniciativa promovida pela Concelhia de Alcanena do PCP, recordar histórias de camaradas e amigos envolvidos em tarefas clandestinas, como servir de «ponto de apoio» a José Vitoriano ou distribuir o «Avante!» e outros materiais

do Partido, associando-se desta forma ao aniversário do PCP.

Valdemar Henriques, vereador na Câmara de Alcanena, fez um balanço do trabalho autárquico desenvolvido pelos eleitos do PCP e da CDU, a seguir ao qual interveio José Vitoriano que se referiu à importância das casas de apoio para o trabalho do Partido.

Depois de lembrar o episódio da sua prisão em 1953, à saída de Alcanena, José Vitoriano realçou o importante contributo dos comunistas para alcançar a liberdade e o seu papel insubstituível na defesa dos interes-

ses dos trabalhadores, do povo e do País.

Entroncamento e Vila Nova da Barquinha

No domingo, as Comissões Concelhias de Entroncamento e Vila Nova da Barquinha, por sua vez, promoveram um almoço comemorativo do aniversário do PCP, com a presença de cerca de uma centena de pessoas.

No decurso da iniciativa, que decorreu em ambiente muito animado, entrevistaram José Luís Fernandes, da Concelhia do Entroncamento, e

Daniel Ferreira, da JCP e da Concelhia da Barquinha, que aproveitou para lembrar a comemoração também dos 80 anos das Juventudes Comunistas.

Euclides Pereira, membro do Secretariado do CC, que participou no almoço, depois de referir-se aos 70 anos do «Avante!», recentemente comemorados, falou da importância do Partido e da sua luta em defesa dos oprimidos, nestes 80 anos de História, assim como da confiança no futuro e dos combates que o Partido sempre travará por uma sociedade mais justa para os trabalhadores e para o povo em geral.

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Agostinho Correia de Barros

Faleceu, no dia 26 de Fevereiro, com 77 anos de idade, o camarada Agostinho Correia de Barros. Membro do Partido desde 1974, era natural do Barreiro. Actualmente era membro da Comissão Concelhia de Alenquer do PCP, com a responsabilidade das questões de organização e fundos.

António Luís Vicente

Após doença prolongada, faleceu o camarada António Vicente. Fazia parte da organização dos comunistas portugueses em Toronto, Canadá. Dirigente associativo, era um apreciado escritor popular, tendo deixado peças de teatro e poemas cujos temas principais são o 25 de Abril e o seu amor à Pátria e à Liberdade.

Edmundo Brito Borges

Faleceu, no dia 20 de Fevereiro, com 59 anos de idade, o camarada Edmundo Brito Borges. Era militante na Organização de Freguesia de Arrentela. Participou em direcções da Sociedade União Arrentelense, Atlético Clube Arrentelense e na Associação de Reformados de Arrentela. Desenvolveu intensa actividade em prol do Partido.

Guilherme Allen Morais Camacho

Faleceu, no passado dia 22 de Fevereiro, o camarada Guilherme Allen Morais Camacho, natural de Mértola e residente em Tavira, onde

era muito estimado. Membro do Partido há longos anos, integrou o MUD Juvenil e foi preso pelo regime fascista, revelando-se sempre um camarada muito dedicado. Pertencia à organização do Partido em Tavira, cuja Comissão Concelhia integrava.

Horácio Joaquim Rocha da Silva

Com 80 anos de idade, faleceu, no dia 19 de Fevereiro, o camarada Horácio Joaquim Rocha da Silva. Organizado na freguesia da Ajuda, foi um dos fundadores da Comissão Unitária de Reformados e Idosos da Freguesia da Ajuda (CURIFA).

José Augusto Dias Mendes

Faleceu, no dia 23 de Fevereiro, o camarada José Augusto Dias Mendes, de 62 anos de idade. Organizado em Benfica, fez parte da Comissão de Freguesia e da antiga 5.ª Zona do Comité Local de Lisboa.

Maria Alice Pessoa

Faleceu, no dia 7 de Fevereiro, a camarada Maria Alice Pessoa. A camarada tinha 80 anos, estava ligada ao Sector Público da ORL e desempenhou tarefas no antigo Centro de Trabalho de Alfama.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Tragédia de Castelo de Paiva PCP associa-se a luto nacional

Associando-se ao luto nacional decretado a propósito da tragédia ocorrida na ponte de Entre-os-Rios, que vitimou sete dezenas de pessoas, a Comissão Política do PCP, emitiu o comunicado que, a seguir, se transcreve:

«O PCP manifesta o seu profundo pesar e tristeza pela tragédia provocada pelo desabamento da ponte em Castelo de Paiva e expressa a sua solidariedade com os familiares das vítimas a quem dirige uma saudação fraterna neste momento extremamente doloroso das suas vidas.

Associando-se ao luto nacional que justamente foi decretado, o PCP sublinha que a maior prioridade tem de ser conferida às formas de apoio aos familiares das vítimas,

à adopção de soluções de emergência para enfrentar o impedimento de circulação (com as dificuldades que causa à população) entre as duas margens do Douro no local da Ponte, e num plano mais geral à tomada de medidas de carácter urgente e excepcional que permitam garantir uma regular vistoria e pronta conservação ou reparação de equipamentos e obras públicas.

Importa ainda que, em relação a esta tragédia e como lição para o futuro, sejam totalmente apurados os factos e circunstâncias que determinaram a ocorrência deste triste acontecimento, apesar das chamadas de atenção e prevenções que atempadamente tinham sido feitas.»

Pontinha em campanha por Centro de Trabalho

A organização do PCP na Pontinha tem em curso uma campanha de fundos que, sob o lema «Uma casa para o Partido», visa adquirir um Centro de Trabalho nesta localidade. Nesse sentido, tem levado a efeito várias iniciativas de recolha de fundos, promovendo amanhã, durante o comércio comemorativo do

80.º aniversário do PCP, no Coliseu dos Recreios, uma banca onde serão vendidos «tijolos» do novo Centro de Trabalho.

Entretanto, para facilitar a entrega de contribuições, a organização da Pontinha abriu uma conta na Caixa Geral de Depósitos com o n.º 0640033528030.

BAIXA DA BANHEIRA Homenagear Bento Caraça

A Comissão de Freguesia da Baixa da Banheira do PCP decidiu, no sábado passado, contribuir activamente para que o centenário do nascimento de Bento de Jesus Caraça seja comemorado na freguesia «com a projecção que a efeméride merece».

Nascido em 18 de Abril de 1901, em Vila Viçosa, Bento de Jesus Caraça foi, nas palavras de Alberto Vilaça, um «militante comunista não só da Cultura, mas também do Humanismo, da Paz, do Socialismo, da Democracia e da Unidade Democrática», foi «um militante integral do ser humano», para além de matemático e professor catedrático, fundador da Biblioteca Cosmos, e autor de vasta obra científica.

Apesar de perseguido pelo regime fascista e impedido de leccionar, o seu nome surge como uma das personalidades mais marcantes da cultura portuguesa do século XX e, na opinião da Comissão de Freguesia do PCP, constitui «um exemplo que às novas gerações faz falta conhecer».

COIMBRA EDP põe a nu debilidades...

Os temporais ocorridos recentemente na zona centro do País serviram para «pôr a nu» as debilidades da EDP, diz a célula do PCP na EDP/Distribuição, em Coimbra. Mais, a situação «não teve maior dimensão» devido aos trabalhadores que trabalharam mais de 24 horas seguidas, em condições adversas e com risco da própria segurança.

Tudo, fruto de uma política de privatização da empresa, de medidas erradas de reestruturação e gestão, da redução do investimento e do pessoal e da concentração de serviços, com o único objectivo da acumulação de lucros.

Na verdade, apesar de o número de consumidores ter quadruplicado, o número de trabalhadores reduziu-se para metade, encerraram dezenas de Postos de Atendimento de consumidores e faltaram os investimentos indispensáveis a remodelações e ampliações. Simultaneamente, ao empurrar muitos trabalhadores para reformas antecipadas e rescisões de contrato, pôr fim aos concursos internos e basear as promoções em critérios político-partidários, a EDP ficou com falta de mão-de-obra qualificada e levou à desmotivação dos trabalhadores.

AMARES ... e mais debilidades

A confirmar a o alerta da célula comunista da EDP, em Coimbra, o núcleo concelhio da CDU de Amares protesta, por sua vez, contra a decisão da Administração da EDP-Distribuição de encerrar os serviços de atendimento aos utentes de Amares, transferindo-o para Vila Verde.

Para a CDU, a EDP é uma empresa pública que presta aos cidadãos serviços de primeira necessidade, não podendo, por isso, ser gerida «exclusivamente pela lógica do lucro. Ora, a pretensão da EDP de concentrar serviços, para além da eliminação de postos de trabalho, implica a deslocação até Vila Verde dos consumidores de Amares sempre que pretendam contactar os serviços da empresa e um maior distanciamento desta em relação ao concelho.

Apesar de o seu eleito na Assembleia Municipal ter já alertado para o problema, a CDU de Amares vai solicitar explicações ao Governo e apelar à Câmara Municipal para que impeça este «atentado» aos interesses do concelho.

Um grande partido para o século XXI

Quando em 6 de Março de 1921 foi criado o PCP, os que o fizeram, animados pelos resultados da Revolução de Outubro e com a necessidade dos trabalhadores portugueses terem o seu Partido, estariam certamente longe de pensar que este Partido viria a ter a intervenção, o prestígio e a influência na vida nacional que mostrou ao longo dos 80 anos de vida.



Jorge Pires
Membro
da Comissão
Política

Se estivessem entre nós sentiriam hoje o mesmo orgulho que nós sentimos, por pertencermos a um colectivo partidário que, ao longo da sua vida, esteve sempre com os trabalhadores e o nosso povo, nos bons e nos maus momentos, na luta pelas pequenas e grandes causas políticas e sociais, assumindo sempre um papel de vanguarda no processo de construção duma sociedade mais justa e mais fraterna, livre de todas as formas de exploração e opressão. Esta realidade na sociedade portuguesa que é o PCP, que alguns teimam em não compreender e outros em não aceitar, prova que é o Homem que com a sua acção e

a sua luta pode determinar o curso da história dum país.

Ao longo dos anos, sobretudo na última década, muito se tem dito e escrito sobre as razões que levam a que este Partido chegue aos 80 anos de vida com a mesma determinação de sempre, sustentada na convicção de que é justa a causa por que lutamos e, apesar da fortíssima e sistemática ofensiva política e ideológica a que é sujeito, mantenha uma significativa influência na sociedade portuguesa. Alguns, os mesmos que decretaram mil vezes a morte do PCP, valorizam com alguma simpatia o papel do PCP na luta contra o fascismo, defendem a existência

de um Partido que vá alertando para os problemas dos mais desfavorecidos e até aproveitam para fazerem apelos patéticos para que o PCP se transforme em «grilo do PS», opiniões que no fundo escondem o objectivo de desvalorizar a importância do PCP no presente e no futuro, sustentando este objectivo na tese de que não faz sentido hoje em Portugal um Partido Comunista com as características e o projecto do PCP.

“Sem o PCP,
não teria sido
possível a luta
vitoriosa contra
o fascismo”



As verdadeiras razões estão no facto de termos um ideal que tem mantido ao longo dos anos a validade que tinha no momento da criação do Partido, apesar de terem passado 80 anos. Tal como no passado e no presente, o ideal de transformação social que prosseguimos mantém toda a actualidade para o futuro. Razões que estão igualmente no exemplo que milhares de homens e mulheres deram, não olhando a esforços, dando o melhor de si, incluindo muitos deles a própria vida, na luta por uma sociedade mais justa, fraterna e moderna, a sociedade socialista, não como um projecto imaginário, mas como algo que se virá a concretizar no futuro.

Uma história sem paralelo

A história recente do nosso país e do povo português funde-se em muitos aspectos com a vida do PCP. Sem o PCP, não teria sido possível, no tempo e nas condições em que se verificou, a luta vitoriosa contra o fascismo, a implementação do regime democrático, os avanços verificados com a Revolução de Abril e a manutenção até hoje de importantes conquistas alcançadas no processo revolucionário. Mas é também difícil imaginar o êxito na luta que os trabalhadores e o povo vão ter de continuar a travar para acabar com as desigualdades, para erradicar a fome, o desemprego e a miséria, pelo direito ao trabalho com direitos, ao acesso à instrução e à cultura para todos, pelo direito de serem os portugueses a decidirem em cada momento sobre os destinos do seu país, contra a guerra e por um mundo de paz, sem a existência deste PCP, cada vez mais forte, mais organizado e preparado política e ideologicamente para intervir na sociedade portuguesa.

Entramos neste novo século, com o país cada vez mais submetido aos interesses do grande capital nacional e internacional, subordinado aos interesses das estratégias dos países mais ricos da UE, fundindo-se e confundindo-se cada vez mais o poder político com o poder económico, com a concentração da riqueza num número cada vez mais reduzido de pessoas, tudo isto acompanhado duma grande ofensiva contra direitos fundamentais e de decisões e posturas do Governo e da maioria que o suporta, que têm levado à perversão da democracia política. Não é por acaso que cada vez mais as classes e camadas antimonopolistas se organizam numa ampla frente social de luta.

Tal como é referido na Resolução Política do XVI Congresso, «o PCP assume-se cada vez mais como a expressão política desta frente social de luta, onde tem um papel insubstituível».

É este Partido, que hoje protagoniza a verdadeira oposição de esquerda ao PS, que está nas empresas e nas ruas ao lado dos trabalhadores e das populações nas lutas reivindicativas, que não se torna dócil perante as dificuldades, que tem um projecto de democracia avançada e de socialismo, que se afirma cada vez mais como um grande Partido para o século XXI para bem de Portugal e dos portugueses.

Inflação recorde

Desde Abril de 1995 não se verificava em Portugal uma taxa homóloga de inflação tão elevada como a que a Direcção-Geral do Comércio e Concorrência apontou para Fevereiro. Estimativas da DGCC, citadas na semana passada pela Lusa, referem que os preços baixaram 0,1 por cento em Fevereiro, face a Janeiro, mas as taxas de inflação homóloga e média subiram para 4,6 por cento e 3,3 por cento, respectivamente. A taxa média, que serve de base às negociações salariais, não atingia este valor desde Agosto de 1996.

Leiria

Trabalhadores dos CTT, no Centro de Distribuição Postal 2410, que fizeram greve às horas extraordinárias em Fevereiro, estão a sofrer actos de perseguição por parte da administração, acusou segunda-feira o Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações. Uma dirigente regional do SNTCT/CGTP disse à Agência Lusa que foi desencadeada uma investigação ilegal sobre uma funcionária, devido à distribuição do correio que não foi feita durante a greve. «Foi feita uma inspecção a uma colega nossa que não recebeu qualquer auto de notícia nem qualquer quesito de acusação», revelou Dina Serrenho, que acusou a direcção dos CTT de usar todos os meios para forçar os trabalhadores a abandonarem a luta. O protesto tem origem na falta de condições das instalações (uma garagem de um prédio) onde funciona o CDP. O sindicato exigiu à administração a punição do responsável de zona dos CTT, acusando-o de ter ido ao CDP 2410 ameaçar os trabalhadores, pouco antes de um plenário sindical seguido de manifestação.

Solverde precisa AE

À porta do casino de Espinho, na semana passada, como noutras unidades do grupo Solverde, foi distribuído um comunicado em que a Fesah/CGTP e os trabalhadores denunciam a recusa da administração a negociar um Acordo de Empresa, atitude que classificam de «incompreensível», uma vez que «os lucros dos casinos têm subido em flecha», enquanto os salários e os direitos sociais «são os mais baixos», em comparação com outros estabelecimentos do mesmo sector. A posição da administração «está a originar um conflito que se pode prolongar por vários meses», previne a federação, sublinhando que «a luta pode ser longa, mas não vamos desistir, nem nos irão derrotar pelo cansaço, porque as causas justas dão-nos muita força».

Compromisso de 150 dias está por cumprir há 3 anos

«Velas» de luta dia 14

O ministro José Sócrates está convidado para se juntar à manifestação dos trabalhadores da Administração Local e ajudar a apagar as velas de um bolo de aniversário especial.

Na próxima quarta-feira, por iniciativa do STAL e do STML, o Terreiro do Paço vai receber uma concentração nacional de trabalhadores das autarquias, que traz como principal exigência a regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco.

Em carta-aberta que os sindicatos entregaram sexta-feira no Ministério, realça-se que este processo «ilustra perfeitamente o comportamento de má-fé, incumprimento negocial e, mesmo, da própria lei». Começou por não ser cumprido o acordo em que o Governo se comprometeu a resolver o problema num prazo de seis meses, em 1996. Depois, num decreto-lei de 11 de Março de 1998, foi novamente fixado um prazo de 150 dias para a regulamentação final do suplemento.

Na carta a José Sócrates, STAL e STML questionam a eventual sobrecarga da sua agenda, pois já estiveram agendadas três reuniões, sempre adiadas pelo ministro, que voltou a não receber os representantes dos trabalhadores no dia 2. Juntamente com a missiva, ficou um pedido de audiência para o dia 14.

Em contrapartida, notam os sindicatos da Administração Local, o ministro encontra tempo para tentar que as autarquias se envolvam em empresas multimunicipais, nas áreas da água e do lixo. Sócrates é acusado de «assumir a estratégia perversa de, utilizando fundos do Quadro Comunitário de Apoio, obrigar as autarquias locais a participarem na criação de empresas multimunicipais, nas quais o Governo reserva para si a maioria do capital, impondo às autarquias a delapidação do seu património e dos inte-

resses das populações, criando condições para futuras gordas privatizações».

Bombeiros

«Face à inércia e ausência de soluções de que o Governo tem dado provas, os bombeiros profissionais concedem um prazo de 20 dias para a obtenção de respostas concretas» às reivindicações e propostas que o STAL e o STML querem negociar com o Ministério da Administração Interna.

Em conferência de imprensa, dada a 28 de Fevereiro pelos dois sindicatos – que se assumem como «estruturas efectivamente representativas dos bombeiros profissio-

A falta de regulamentação do suplemento ilustra a má-fé do Governo

nais» e acusam o Governo de «inventar representantes entre amigos e seguidores» –, ficou expressa a indignação por estar ainda sem

resposta uma carta enviada ao ministro a 27 de Outubro, com um pedido de audiência reafirmado junto do respectivo chefe de gabinete, durante a acção de protesto que teve lugar a 22 de Janeiro.

A recusa do ministro a discutir problemas como a valorização das carreiras dos bombeiros profissionais é acompanhada por constantes notícias sobre reformas em curso para este corpo especial da Administração Pública, protestam os sindicatos.



Na próxima quarta-feira milhares de trabalhadores vão deslocar-se ao Terreiro do Paço

Solidariedade activa pelo emprego na Clark

«A solidariedade que o PCP sempre tem vindo a manifestar tem-se concretizado não só no apoio local aos trabalhadores como na intervenção nas instituições em que participa, nomeadamente através dos seus eleitos na AR, no PE e em várias outras, exigindo medidas concretas em defesa da manutenção dos postos de trabalho e contra a forma indigna como as multinacionais usam e abusam dos países onde se instalam»,

afirma-se na saudação que a Direcção da Organização Regional de Aveiro fez chegar, por mão própria, à manifestação que teve lugar dia 3, em Castelo de Paiva, contra os despedimentos na C&J Clark.

Na manifestação integraram-se Vicente Merendas, Ilda Figueiredo e uma delegação da DORAV do Partido. Citada pela Lusa, a eurodeputada comunista defendeu que a União Europeia não

continue a subsidiar multinacionais que depois despedem trabalhadores, nas regiões menos desenvolvidas, pois esta «é uma prática que está contra os princípios da coesão económica e social».

A multinacional inglesa emprega 423 trabalhadores em Arouca e 852 em Castelo de Paiva. Desses 1275 trabalhadores, a empresa pretende despedir 368, até Junho deste ano, medida que seria justifi-

cada pela redução gradual dos pedidos de sapatos. Os trabalhadores e o Sindicato do Calçado contestam a argumentação da empresa à afirmam que esta tem subcontratado encomendas a outras fábricas. É com cepticismo que reagem também a afirmações de que a empresa teria recuado nos seus intentos. «Dizem que não despedem em Castelo de Paiva, porque houve um movimento forte, mas é conversa fiada», disse o sindicalista Manuel Graça, lembrando que «já tinham dito o mesmo na fábrica de Arouca».

Na manifestação de sexta-feira esteve também o secretário-geral da CGTP-IN, que renovou a exigência de «qualificação do investimento, em vez da perspectiva passageira da mão-de-obra barata». Para Carvalho da Silva, a falta de flexibilidade das leis do trabalho é um falso argumento empresarial para manter os baixos salários, até porque «em Portugal os direitos dos trabalhadores são, em regra, menos respeitados do que noutros países europeus».



Só a luta pode travar os despedimentos de quase 400 trabalhadores

Professores

Nos próximos dias 21, 22 e 23, na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa, irá decorrer o VII Congresso Nacional dos Professores, organizado pela Fenprof. Culminará nessa altura um vasto debate em torno dos textos-base colocados em discussão nas escolas de todo o País e será aprovado o Programa de Acção que vai orientar a actividade da organização no próximo triénio, refere o Secretariado da federação, notando que o congresso realiza-se num contexto da luta dos professores que inclui uma manifestação em Lisboa, dia 22, e uma greve geral a 30 de Março. Entretanto, o Sindicato dos Professores da Região Centro marcou para ontem, em Viseu, um plenário regional de professores e educadores contratados e desempregados, para preparar as acções de luta marcadas pela Fenprof, e que terminaria com uma deslocação ao Centro de Área Educativa para entregar uma moção.

Hidrometristas

Com uma greve nacional de 24 horas, para reivindicar a revalorização da carreira profissional, os hidrometristas do Ministério do Ambiente puseram ontem em causa a recolha de amostras de água para o consumo doméstico em Lisboa. Depois do «silêncio do Governo» em relação às reivindicações dos hidrometristas, entregues em Abril do ano passado, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública convocou a greve, durante a qual decorreria uma concentração junto ao Ministério.

Guardas nocturnos

No dia 2 de Março os guardas nocturnos das escolas realizaram uma greve, como forma de protesto pelo facto do Ministério da Educação não ter dado resposta às reivindicações apresentadas pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, de valorização da carreira e de melhoria das condições de trabalho. Em Março do ano passado, foi entregue ao Ministério da Educação o caderno reivindicativo dos guardas nocturnos, onde se fazia sentir a necessidade de valorização desta carreira profissional e de atribuição de meios logísticos compatíveis com as exigências de segurança dos estabelecimentos de ensino e dos seus utentes. Apesar dos responsáveis pelo Ministério da Educação manifestarem as suas preocupações quanto a esta matéria, tal ainda não se traduziu na adopção de medidas que levem à melhoria das condições de trabalho dos guardas nocturnos, inclusivamente, da sua própria segurança.

Saudação

A União dos Sindicatos de Braga aprovou antontem, por unanimidade, uma saudação ao PCP. Reunida no dia do 80.º aniversário do Partido, a direcção da USB/CGTP refere que «os trabalhadores sempre contaram com a disponibilidade e solidariedade do PCP», cujo contributo «foi, é e será fundamental para que os trabalhadores portugueses e todos os que amam a democracia tenham a garantia de que o futuro será de liberdade, de mais justiça social, na luta pelo fim da exploração». Ao PCP os sindicalistas de Braga desejam «que este aniversário seja essencialmente uma ponte de reflexão e de partida para novas lutas, mais conquistas democráticas e mais justiça social».

Despedidos

No Ministério da Saúde «houve, há e vai continuar a haver despedimentos» de trabalhadores contratados, afirma a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, que acusou a ministra de mentir repetidas vezes e a desafiou para um debate público. Em nota à comunicação social, a direcção da FNSFP/CGTP reafirmou sexta-feira que houve contratos terminados, porque o Governo se atrasou a aprovar a sua prorrogação, e houve pessoas despedidas porque, apesar de estarem a satisfazer necessidades permanentes dos hospitais, não foram abrangidas pela prorrogação — o que levou a que alguns serviços não funcionassem no dia 1 de Março.

O número de trabalhadores precários situa-se entre 15 e 20 mil, afirma a federação, reportando-se ao «Diário da República»; aquela cifra representa mais do dobro do número que Manuela Arcanjo agora admite (7 mil, mais 2 mil do que admitia a 8 de Fevereiro).

Médicos

A destruição das carreiras médicas, preconizada pelo presidente do Conselho Regional Sul da Ordem dos Médicos, foi vivamente contestada pela FNAM. A federação dos sindicatos médicos emitiu um comunicado insurgindo-se contra a criação de «médicos indiferenciados, clínicos gerais que podem exercer medicina nos serviços de urgência dos hospitais e dos centros de saúde, sujeitos a contratos individuais de trabalho ou mesmo a um sistema de recibos verdes». Uma proposta neste sentido, segundo o artigo de Pedro Nunes, foi aprovada no Conselho Nacional Executivo da Ordem, que se assume como «um assessor privilegiado do Governo» nesta matéria. Tal proposta «visa, na sua essência, destruir as carreiras médicas, desarticular e ridicularizar a formação médica pós-graduada e criar mão-de-obra barata para uma política laboral de *tapar buracos*», denuncia a federação.

Por salários melhores e com direitos Trabalho em acção

As estruturas sindicais desenvolvem processos reivindicativos nas empresas e sectores, ao mesmo tempo que preparam a mobilização para a jornada nacional que a CGTP convocou para 24 de Março.

Ganhar os trabalhadores para participar na jornada, com manifestações em Lisboa e no Porto, foi uma das decisões do Plenário de Sindicatos da Construção, Madeiras, Mármore e Materiais de Construção, que reuniu no dia 1 de Março, véspera de mais uma reunião de negociação do contrato colectivo com os representantes patronais da construção civil.

Para o patronato, os aumentos salariais deveriam ficar-se pelos 3,7 por cento, o subsídio de almoço subiria 35 escudos (trinta e cinco!), não seria reduzido o horário de trabalho nem seria alargado o período de férias. Pretendem ainda que os trabalhadores sejam obrigados a fazer o «teste do balão», deixando o controlo da alcoolemia apenas à parte patronal, o que abriria caminho a abusos e pressões.

A manterem-se estas posições patronais, a federação do sector ficou mandatada para convocar uma greve nacional de 24 horas, a ter lugar no dia 20. Os sindicatos vão analisar ainda a hipótese de realizar concen-

trações em Lisboa e no Porto.

No mesmo plenário, refere a nota de imprensa divulgada pela estrutura sectorial da CGTP, foi analisado o processo de negociações do contrato colectivo no sector das madeiras. «Não se avançou praticamente nada» e, depois da associação patronal (ANIM) ter desmarcado

uma reunião que fora convocada para 22 de Fevereiro, era aguardada uma resposta na passada terça-feira. Caso a ANIM continuasse sem apresentar uma nova proposta aos sindicatos, o plenário encarregou a federação de marcar uma greve nacional no sector, com concentração junto à sede da associação patronal, no Porto.

O Sindicato dos Metalúrgicos dos distritos de Lisboa, Santarém e Castelo Branco, depois da intensificação da luta em cada empresa, durante o mês de Fevereiro, prepara agora um dia de luta, abrangendo várias empresas e subsectores. Nos contratos — designadamente para a metalurgia e metalomecânica e para o sector automóvel — o sindicato reclama um aumen-



Acumulam-se razões para que muitos trabalhadores saiam à rua no próximo dia 24, em Lisboa e no Porto

to mínimo de 45 euros (9 contos), a redução do horário de trabalho, 25 dias úteis de férias.

Em comunicado aos trabalhadores, apela-se «a um maior empenho nas reivindicações nas empresas e à sua conjugação com a luta pelo acordo no contrato» a nível de cada sector. O sindicato preconiza ainda «unificar a luta pelas reivindicações»

comuns aos diferentes sectores e empresas.

O dia de luta deverá incidir sobre empresas que ainda não tenham respondido às propostas dos trabalhadores, onde ainda não tenha havido aumentos salariais, onde os aumentos foram baixos e devem, por isso, ser revistos, e empresas onde se registam discriminações, injustiças e situações de violação de direitos.



Depois da concentração os sindicalistas desfilaram até ao Governo Civil

Concentração no Porto

Centenas de activistas, convocados pela União de Sindicatos do Porto, concentraram-se, no passado dia 1 de Março, na Praça dos Poveiros, para denunciarem a política de baixos salários, de empregos precários e de não efectivação das leis laborais e sociais.

Na sua intervenção, o coordenador da USP/CGTP fez a denúncia da situação social que se vive no distrito, onde são praticados salários que ficam entre 6 e 8 por cento abaixo da média nacional. João Torres referiu ainda que há cerca de 200 mil trabalhadores com vínculos precários e quase 66 mil desempregados.

No final, após a aprovação de uma resolução que condena a actual política, assente na sobre-exploração dos trabalhadores, e que afirma o empenhamento do movimento sindical unitário do distrito para a manifestação de 24 de Março, os presentes desfilaram até ao Governo Civil do Porto, onde entregaram o documento.

A escola e o trabalho

A União de Sindicatos do Porto promoveu no dia 22 de Fevereiro um debate sobre «Escola e Trabalho — Que perspectivas? Que formação? Que soluções?». A iniciativa contou com a participação de mais de 50 jovens de escolas profissionais e de vários dirigentes e delegados sindicais, bem como de Carvalho da Silva, secretário-geral da CGTP-IN, e personalidades de reconhecido mérito técnico e científico, não só da área da investigação como da prática profissional.

O debate foi realizado na perspectiva da valorização do trabalho e dos trabalhadores, tendo servido de ponte entre o ensino e o trabalho, com vista ao aprofundamento do combate aos baixos salários e à precarização das relações laborais.

Pescadores exigem negociar

O Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte está a realizar reuniões para analisar as formas de acção com o objectivo de demover a associação patronal (ADAPI) da recusa a negociar o contrato colectivo para o arrasto costeiro. Depois de Aveiro e Matosinhos, está marcado novo plenário para este sábado, na Figueira da Foz, e uma reunião com tripulações dos vários portos vai ter lugar dia 17, na sede da União dos Sindicatos de Aveiro.

A ADAPI, na reunião de conciliação efectuada dia 2, insistiu em só negociar o contrato para 2002. «Somos trabalhadores portugueses iguais a todos os outros e sofremos os mesmos custos da inflação», protesta o sindicato, acusando a associação patronal ter abusado da boa-fé dos representantes sindicais nas negociações de 1999.

Para antontem estava convocada uma reunião, também em processo de conciliação, relativamente ao contrato para a pesca de bacalhau.

Bloqueio

A Fesete/CGTP, depois da greve de 26 de Janeiro e das manifestações de 22 e 23 de Fevereiro, decidiu solicitar uma série de reuniões para pôr fim ao bloqueio das negociações salariais, imposto pelas associações patronais dos sectores têxteis, lanifícios, malhas, vestuário, têxteis-lar, e cordoaria e redes.

A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Calçado e Peles de Portugal informou que vai reunir hoje à tarde com os representantes das empresas do têxtil, algodoeira, malhas, lanifícios, tapeçaria e têxteis-lar, depois das reuniões, dia 5 de Março, em Lisboa, com o secretário de Estado do Emprego e no Porto, no Ministério do Emprego (fase de conciliação com as associações patronais da cordoaria e redes).

Novembal

Decidiram paralisar hoje e amanhã os trabalhadores da Sociedade Portuguesa Novembal. A greve nesta empresa da indústria gráfica tem origem na falta de respostas ao caderno reivindicativo, apresentado pelos trabalhadores no dia 2 de Novembro. Aquela atitude da empresa e a sua pretensão de acabar com o princípio de aplicar aumentos salariais em percentagem igual para todos, levou os trabalhadores a marcarem esta forma de luta.

Pré-reformados

A futura tributação fiscal de milhares de pré-reformados levou a CGTP a solicitar ao ministro das Finanças uma reunião com vista a tratar esta e outras matérias relativas ao processo de reforma fiscal. O diploma, defende a central, não pode pôr em causa os direitos adquiridos pelos trabalhadores que estão a receber pré-reformas. Com a reforma fiscal, os rendimentos daqueles contribuintes passarão da categoria H (pensões) para a categoria A (rendimentos dos trabalhadores por contra de outrem). Em relação a outros rendimentos, como as mais-valias adquiridas antes da saída do diploma, ficaram salvaguardados os direitos adquiridos, exigindo a CGTP que também os trabalhadores pré-reformados mantenham os benefícios fiscais que foram usados como argumento para os levar a aceitar as pré-reformas.

Trabalhadores da PT Comunicações foram convocados pelo Sintlav/CGTP para uma concentração na passada segunda-feira, junto à sede da empresa no Porto, para manifestarem a sua vontade de regressar ao activo. Milhares de funcionários que nos últimos anos, passaram para a pré-reforma vão receber menos do que acordaram, com a aplicação da reforma fiscal do Governo, refere o sindicato.

«Precariedade, vergonha nacional»
aponta causas e responsáveis

Interjovem exige actos

A organização de juventude da CGTP desencadeou uma campanha nacional contra o abuso dos vínculos precários, que atinge gravemente os trabalhadores mais novos.

A distribuição de um folheto, onde se apontam as causas e os responsáveis da existência de mais de 700 mil pessoas que trabalham sem vínculo estável, tem sido feita, desde a passada quinta-feira, junto de empresas e departamentos do

Estado. No documento, a Interjovem exige que sejam tomadas medidas concretas de combate à precariedade.

Entre as primeiras, surgem:

– a passagem a **contratos sem prazo** de todos os trabalhadores que exerçam

funções de carácter permanente.

– a revogação da norma legal que permite a contratação a prazo dos jovens à procura do primeiro emprego e dos desempregados de longa duração;

– o cumprimento rigoroso da legislação que limita os contratos a prazo aos casos de natureza objectivamente temporária, o que exige maior fiscalização e sanções por parte da Inspeção de Trabalho, e um melhor funcionamento dos tribunais.

A Interjovem reclama do poder político o combate ao **trabalho não declarado** e ao trabalho ilegal, a regularização da situação dos trabalhadores com **falsos contratos de prestação de serviços** (os recibos verdes), convertendo-os em contratos sem prazo

Ao reclamar o controlo também do **trabalho temporário**, os jovens da Inter-sindical afirmam que a maioria das empresas de tra-

A precariedade de emprego prolonga a dependência dos jovens

balho temporário é ilegal e que existem empresas legais que fomentam empresas ilegais.

Igualmente deve ser desencadeado um firme combate a

práticas abusivas relativas a empregos a **tempo parcial** «que se traduzem em empregos de facto a tempo inteiro, com salários mais baixos»; a Interjovem defende o fim da atribuição de incentivos a empresas que recorrem a este artifício.

É ainda exigido «pleno respeito pelos direitos laborais e sociais dos trabalhadores, a ser assegurado pelas entidades públicas, e em particular pelo Governo», no âmbito dos contratos celebrados com entidades privadas.

A estrutura juvenil da *Inter* defende que os donos das obras sejam responsabilizados pelo cumprimento das normas sobre segurança e higiene no trabalho, sem prejuízo das obrigações que recaem sobre os empreiteiros.

No folheto salienta-se que «a forte precariedade tem profundos efeitos negativos sobre os trabalhadores». Para além de pôr em causa os seus direitos e incentivar actividades produtivas assentes em baixos salários e na fraca qualidade dos empregos, «tem pesados custos em termos de sinistralidade laboral» e «desincentiva a qualificação e formação contínua, porque remete para amanhã a independência e a tomada de responsabilidades familiares por parte dos jovens».

No dia 17 de Janeiro, estiveram em discussão na Assembleia da República três projectos de lei sobre contratação a prazo. Enquanto o PCP (e também o BE) propõe a eliminação da actual alínea que prevê a contratação a prazo dos jovens à procura do primeiro emprego e dos desempregados de longa duração, o PS mantém aquela possibilidade, nota a Interjovem.

Números e exemplos

Citando estatísticas oficiais, a Interjovem refere que em Portugal **720 800** assalariados são precários. Destes, 247 900 estão na Indústria e 445 500 nos Serviços; na Administração Pública, o destaque vai para os sectores da Saúde (43 mil precários) e da Educação (48 400). Do emprego criado no último ano, só **um terço** foi estável.

Os **jovens**, que são 17 por cento dos trabalhadores por conta de outrem, representam **42 por cento** dos precários.

No quadro da campanha contra a precariedade foram denunciados alguns casos concretos de empresas onde são particularmente elevados o número ou a percentagem de trabalhadores com vínculos precários.

Em números absolutos, a lista divulgada pela Interjovem, não exaustiva, regista mais de 30 mil casos, designadamente: 4 451 no **Pingo Doce** (51% do total); 3 968 nos **CTT** (21%); 3 135 no **Continente** (46%); 2 890 no **Intermarché e Eco-marché** (60%); 2 861 no **Modelo** (45%); 1 717 na **Securitas** (27%); 1 662 no grupo **Auchan** (35%); 1 530 na **Autoeuropa**; 1 447 no **Feira Nova** (46%); 1 113 no **Carrefour** (49%); 936 no **Lidl** (52%); 900 na **Yazaki Saltano** (13%, percentagem atingida em resultado das lutas que levaram à integração de centenas de jovens no quadro de efectivos).

O sector do **comércio**, sobretudo nas grandes superfícies, é responsável por grande parte do emprego precário. Salienta-se ainda o caso das lojas **Dia**, que tem 64% do pessoal com vínculos precários.

Mas é no próspero sector das **telecomunicações** que a situação atinge o topo do escândalo, com destaque para o grupo **Portugal Telecom**: são precários **todos os trabalhadores** da PT Prime (800), da PT Informática (600), do atendimento a clientes da TMN (400) e da Time Sharing (ex-118), enquanto no atendimento a clientes da TV Cabo a precariedade de emprego atinge 400 trabalhadores (89 por cento). Com **cem por cento de pessoal precário** funcionam os serviços de atendimento a clientes na **Novis**, **ONI** e **Optimus** (200 trabalhadores cada), enquanto a **Telecel** impõe a precariedade a 320 trabalhadores do apoio técnico (80 por cento) e a 194 do serviço de clientes (97 por cento).

Os números divulgados pela Interjovem referem também os graves casos de cerca de **25 mil professores** contratados (4 mil no ensino pré-escolar e 1.º ciclo, 12 mil na segunda parte do concurso para o preparatório e secundário, e 9 mil nos mini-concursos).

Na **construção civil**, com problemas particularmente agudos, a Interjovem prevê que haja cerca de **145 mil** trabalhadores clandestinos e **167 mil** a *recibo verde*, como «independentes».



Do Governo vem o mau exemplo, com os vínculos precários a alastrarem

Novas exigências para «recibos verdes»

A política de minimização do problema dos «recibos verdes» foi condenada segunda-feira, em Faro, por Fernando Ambrioso, dirigente da Interjovem e da CGTP-IN, que criticou as novas regras para a fiscalidade dos trabalhadores empurrados para aquele regime, designadamente a colecta mínima e a obrigação de contratação de um contabilista.

Falando numa conferência de imprensa de denúncia do excesso de precariedade laboral, o jovem sindicalista, citado pela Lusa, sustentou que, com a nova legislação, «os jovens não vão conseguir manter-se com as contas em dia e vão ter que procurar alguém que lhes consiga fazer a contabilidade», o que vai diminuir substancialmente o rendimento auferido.

Numa iniciativa da União de Sindicatos do Algarve, activistas levaram a cabo uma acção pública na capital do distrito, onde o número de precários é superior à média nacional, devido à sazonalidade do emprego, sobretudo no comércio e hotelaria. Salientando que o próprio Governo já veio reconhecer a existência do problema, Fernando Ambrioso apelou ao Executivo para que «não ande mais à procura de dados», e prontificou-se a dispo-

nibilizar os estudos da central sindical. No mesmo dia, o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores levou a cabo uma manifestação frente ao Hospital de Faro contra o excesso de precários na Saúde, uma situação considerada insustentável, «dado que a esmagadora maioria são trabalhadores que desempenham funções correspondentes a necessidades permanentes dos serviços», pelo que devem ser integrados nos quadros.

Setúbal

Uma acção de esclarecimento junto da população de Setúbal foi levada a cabo na sexta-feira, dia 2, por jovens e outros activistas da CGTP. Na Praça do Bocage, a partir das 9 horas, jovens dirigentes e delegados sindicais distribuíram o folheto central da campanha «Precariedade, Vergonha Nacional», junto de uma exposição de painéis com as reivindicações da central e dados concretos sobre precariedade. A acção continuou de tarde, junto das empresas Autoeuropa e Pioneer.

Iniciativas da JCP em Castelo Branco

De terça-feira até amanhã, o colectivo da juventude trabalhadora da organização regional de Castelo Branco da JCP leva a cabo várias acções de distribuição de um folheto intitulado «Trabalhadores do século XXI, direitos do século XIX». No final destas acções, que têm por centro os problemas da precariedade e do desrespeito pelos direitos reconhecidos – e que decorrem junto dos hipermercados Monteverde e Modelo, na Covilhã; de empresas de confecções, em Tortosendo; e da Delphi, em Castelo Branco –, realiza-se amanhã à noite uma

conferência de imprensa, no CT do PCP na Covilhã.

80 anos

Anteontem, na sala-estúdio da Associação Académica da Universidade da Beira Interior, na Covilhã, a Juventude Comunista promoveu uma iniciativa assinalando os 80 anos do Partido. Após a projecção do filme «Cinco dias, cinco noites», decorreu um debate com Carlos Aboim Inglês, membro da Comissão Central de Controlo do Comité Central.

Em defesa da EPPET

Até os deputados do PS se queixaram da posição incómoda em que o Governo os coloca, quando deixa sem resposta os ofícios e requerimentos da Comissão Parlamentar da Educação sobre o caso EPPET. A revelação foi feita pela Associação de Pais da Escola Pública Profissional de Electrónica e Telecomunicações, numa

nota sobre várias reuniões em que, juntamente com representantes dos alunos, tem participado nas últimas semanas.

A defesa da EPPET como prestigiada escola pública, em resposta à intenção do Ministério da Educação de a entregar a um grupo privado, mereceu o apoio expresso do presidente da Câmara

Municipal de Lisboa e dos vereadores do PCP, do PS e do PSD, refere a Comissão de Pais, que entregou às entidades com quem tem reunido um conjunto de depoimentos de antigos alunos da escola de Telheiras, que elogiam a qualidade do ensino e contam como isso contribuiu para o seu sucesso profissional e pessoal.

A tragédia
de Castelo de Paiva

Luto e alerta

A derrocada do tabuleiro da ponte que ligava Castelo de Paiva e Entre-os-Rios arrastou para a morte pelo menos 70 pessoas. Por todo o País, as bandeiras estiveram dois dias a meia haste. Famílias inteiras ficaram desarticuladas. E a pergunta surge naturalmente: não seria esta tragédia evitável? Ou, como questionou Carlos Carvalhas: «Quantas pessoas terão de morrer mais para que estes acidentes sejam evitados?»

Regressavam de uma visita para ver as amendoeiras em flor. Uma excursão que tradicionalmente se realizava todos os anos em princípios de Março. Com a derrocada do tabuleiro da ponte, dezenas de pessoas morreram. Famílias inteiras ficaram destroçadas. Em véspera do dia em que estava marcado para o tribunal da comarca a audição dos principais responsáveis por um protesto realizado em Janeiro, e que alertava para o mau estado desta ponte centenária.

Foi o pior acidente do género que a Europa conheceu nos últimos 15 anos.

No próprio momento em que se faziam os primeiros esforços para um difícil resgate dos corpos, com toda uma população de luto, já outras preocupações se alinhavam: e agora, como é que as crianças vão para a escola?, e os adultos para o trabalho?, e como passam as ambulâncias?

Um rosário de problemas de uma região marcada pelo peso do isolamento.

Um desastre com anúncio prévio?

A falta de condições da ponte que ruiu domingo à noite já havia motivado um protesto popular a 8 de Janeiro último. Os manifestantes obstruíram então a ponte com dois autocarros, protestando contra a falta de acessos na região.

A ponte que ruiu foi construída em 1886 e tinha apenas três metros de largura, não permitindo o cruzamento de dois veículos pesados. Em Abril de 1990, a degradação do tabuleiro já tinha levado a então Junta Autónoma de Estradas a decretar o seu encerramento por 30 dias. Aliás, a autarquia já tinha alertado - há dois anos - para o problema e, de par da exigência de construção de uma nova ponte, considerava que a existente não oferecia as

mínimas condições de segurança aos mais de 1600 utentes que diariamente nela transitavam.

Uma situação que naturalmente terá sido agravada pela sucessão anormal de caudais intensos.

O desastre actual alerta entretanto para outras situações, em particular para os problemas com vias de comunicação e com as pontes.

Problemas de sobra

Portugal não tem um plano sistemático de fiscalização de pontes desde a extinção da Junta Autónoma de Estradas em 1999, informa a Lusa, na sequência de contacto com fontes ligadas à engenharia civil. O serviço responsável pela inspecção e manutenção das pontes estava a cargo da Junta Autónoma das Estradas (JAE) e acabou quando aquela entidade foi dissolvida e dividida em três institutos encarregues da manutenção das vias de comunicação. Entretanto, há várias estruturas importantes e já antigas que precisam de manutenção, especialmente depois das cheias que se têm verificado ultimamente.

Em França, por exemplo, uma iniciativa de fiscalização das pontes concluiu que cerca de 400 precisavam de ser vistas.

Um problema para que a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública também chamou a atenção.

Em comunicado sobre o acidente de Castelo de Paiva, a Federação considera este desastre como «a mais trágica consequência da decisão de extinguir a JAE» e denuncia que «ao longo dos últimos anos, em matéria de rede rodoviária, os sucessivos governos pautaram a sua política apenas e só pela construção de grandes vias, sem denotarem qualquer intenção de asse-

gurar a conservação da rede já existente, em particular da rede nacional secundária».

Por outro lado, a Associação Portuguesa de Direito do Consumo (APDC) questiona a segurança das barragens nacionais, assegurando existirem indicações de que mais de 50 por cento daqueles equipamentos não têm sido sujeitos a obras de manutenção nem têm planos de segurança. E alerta, em comunicado: Que trágicas consequências advirão da ruptura de uma barragem? Que garantias oferecem as autoridades às populações?»

O peso do isolamento

«Quando do encerramento das Minas do Pejão, foi estabelecido um acordo entre os representantes dos trabalhadores e as entidades envolvidas no processo com vista a criar condições para a reanimação da vida económica e social da região, que previa a criação de duas zonas industriais e a melhoria das suas acessibilidades», lembra a CGTP em comunicado de imprensa. Compromissos que continuam, no essencial, adiados.

O peso do isolamento, o desleixo a que são votadas zonas como a de Castelo de Paiva, também contribuem para que os acidentes aconteçam.

Encravado na serra e limitado pelo Douro, o concelho de Castelo de Paiva sofre de falta de investimentos públicos e de uma deficiente rede viária. Com o encerramento das minas carboníferas de Pejão, em 1995, agravou-se mais ainda a desvitalização económica local.

No momento da tragédia, o isolamento fez-se sentir de forma particularmente dramática. Os telemóveis não tinham rede, os fios de telefone, que passavam pela ponte, tinham rebentado com a queda, a própria luz faltou, e as notícias entre as margens eram veiculadas pelas rádios.

Assim, é tempo, como afirma a CGTP-IN, «de pôr de lado demagogias, olharmos o país como um todo e os seres humanos como os verdadeiros destinatários de toda a actividade política, económica e social».

Na batalha das autárquicas

● Sérgio Ribeiro

As autárquicas estão aí. Mobilizando o Partido. Recuperadas (e renovadas) forças do muito e sério trabalho para que o Congresso fosse o que foi, depois do esforço político, em todos as acepções, que as presidenciais provocaram. Enquanto continuaram as lutas, da classe operária, dos trabalhadores, dos estudantes, que nossas são e que não dão tréguas lá porque há congressos e eleições, ou que até nessas alturas parece mais nos exigirem. Se estamos nas autárquicas, analisando estes 4 anos, prestando e pedindo contas, continuando um trabalho dirigido às/com as populações, sabemos que nessa batalha estão os nossos adversários políticos, deslocando peças como se estivessem em tabuleiro de xadrez, medindo forças de influência pessoal, de clientelismo, de caciquismo, usando meios que são nossos porque são de orçamentos municipais ou central. Sem pudor, sem vergonha, como se o poder que julgam

de ainda maior personalização balofa esvaziando o debate de ideias e projectos. Pelo nosso lado, só temos de continuar a política à nossa maneira.

Cada caso é um caso

Pensava nisto, alinhando temas para esta colaboração, no regresso de reunião da distrital de Santarém, na véspera de encontro em Ourém visando a constituição das listas, como as formar, como mobilizar em terreno muito difícil, como esclarecer, como promover um real debate em desleal competição com poderosíssimos meios que procuram *acorrentar* a cidadania (que tanto vangloriam) a uma inversão de princípios e valores, a uma *Grande Irmão* que é o contrário da fraternidade e da solidariedade, que promove a competição desleal, a venda da privacidade pelo engodo de uns milhares de escudos e o efémero reinado em corsos carnavalescos de corpos

despidos tiritando à chuva e ao vento frio. Tudo na aparente luta por audições mas, muito mais!, na ideologização estupidificante que serve quem explora, que lembra o estímulo à conhecida resignação (ou até satisfação) de se ser escravo por ignorância ou medo da liberdade. Assim vinha reflectindo, na noite chuvosa, pelas estradas alagadas, reconfortado com a discussão em que participara com camaradas, esperançado com o convívio do dia seguinte, que ontem foi.

Ao preparar as autárquicas, tomamos consciência que cada caso é um caso. E que, num distrito como Santarém, isso talvez ainda seja mais



notório por estarmos numa região (!) de transição, entre o Sul (Couço, e não só, é já além-Tejo) e o Norte, já Centro e Beira bem interior, entre as proximidades do litoral e da fronteira raiana.

Mas se cada concelho é um caso, se há maiorias a manter e reforçar, se há câmaras a recuperar (Alpiarça!), se há juntas de freguesia a conquistar, se há representações em Assembleias Municipais a aumentar, se há concelhos em que a questão é apenas (!) com quem formar listas, se há situações a encarar com coragem para que erros nossos e desvios, cansaços, abandonos e derivas pessoais (num ou outro caso, talvez traições) de outros, se saldum com a menor perda de influência eleitoral possível, a resposta só pode ser uma: **trabalhar muito e melhor**. E, mesmo nos casos em que parecemos tão fracos que quase inexistentes nos diríamos, há uma coisa certa: a nossa força está no povo, em que acreditamos mesmo quando ele em nós ainda não acredita, porque não nos conhece, porque de nós o inimigo de classe faz uma caricatura e é essa caricatura que mostram e atacam, e para ela atijam o que mau há dentro de cada um de nós, que povo somos.

8 de Março

A mulher ontem e hoje

Há 144 anos que se comemora o Dia Internacional da Mulher. Ao longo do tempo a condição feminina mudou, mas hoje as reivindicações continuam a ser as mesmas: fim da discriminação no trabalho, em casa, na sociedade em geral. Juntando-se às comemorações, o *Avante!* publica oito depoimentos de mulheres portuguesas sobre a actual situação social e o percurso de luta dos últimos anos.

É hora de igualdade!

Hoje em dia é politicamente correcto falar-se em igualdade de oportunidades, assistindo-se, em resultado, a uma aparente unanimidade em torno da temática.

A vida, porém, tem-se encarregado de tornar claro que, para além do discurso de circunstância, algumas medidas pontuais (em regra, fortemente mediatizadas) não passam, afinal, de meras operações de cosmética, deixando intocável a essência dos problemas. O aumento da participação das mulheres a todos os níveis, em particular nas instâncias e no processo de

decisão, por norma no centro do debate, é objectivo inadiável. Mas tal – sem subestimar uma verdadeira partilha das responsabilidades familiares – não dispensa, antes implica, a eliminação das múltiplas discriminações de que a mulher é vítima no mundo do trabalho, muitas delas decorrentes do exercício de direitos associados à maternidade e à paternidade. Mais do que discurso, precisamos de medidas concretas e eficazes. É hora de igualdade!

● Graciete Cruz

O 8 de Março na resistência antifascista

Uma importante componente da resistência antifascista foi a iniciativa própria das mulheres na sua luta contra a subalternização e a submissão que o «Estado Novo» lhes destinou, em todos os aspectos da sua vida – familiar, profissional, cívica, económica, política e social. Assim, durante o fascismo, as comemorações do 8 de Março com iniciativas diversas – jantares, pic-nics, debates, espectáculos, abaixo-assinados para reivindicações específicas, distribuição de panfletos, pichagens e mesmo manifestações de rua – ou apenas o assinalar do Dia Internacional da Mulher –

através de uma saudação que se trocava ou de uma flor que se oferecia –, assumiam particular significado. Eram momentos de despertar de consciências, de alertar as mulheres quer para a situação de tremenda desigualdade e injustiça que a ideologia e a política retrógrada e reaccionária da ditadura lhes impunha quer para testemunhar a sua força e capacidade de acção. As comemorações do 8 de Março deram ainda um valioso contributo à ampliação da unidade antifascista na luta mais geral contra o fascismo.

● Manuela Bernardino

Mulheres no sector têxtil – que vida?

É sobre a vida destas mulheres que nos vestem e nos calçam que direi apenas duas coisas.

A primeira, é que estas mulheres não têm apenas aquilo a que é normal chamar-se dupla tarefa. Têm mais do que isso, já que por força de trabalharem em regime de turnos algumas das suas horas livres ainda são ocupadas com outro trabalho. Falamos de mulheres que trabalham em média, entre a empresa, o segundo emprego e a sua própria casa, cerca de 18 horas por dia.

Porquê? Será que elas não gostariam de ter também algumas horas para a família ou para si próprias?

A resposta a isto prende-se com a segunda questão.

O salário-base da esmagadora maioria, está 2.500 escudos acima do salário mínimo nacional, o que é o mesmo que dizer que não chega sequer aos 70 contos. Feitos os descontos legais, o que cada uma leva para casa no final de cada mês é fácil de calcular.

A alternativa é a elevação dos salários e é essa luta que estamos a travar e que exortamos as mulheres a desenvolver. Só assim é possível ganhar mais dignidade e fazer crescer a nossa qualidade de vida.

● Palmira Peixoto

Mulher cidadã

Aderi ao PCP em 1945 porque, sendo filha de operários agrícolas, senti mais directamente a exploração e discriminação, como todos os trabalhadores.

O PCP, partido da classe operária e de todos os trabalhadores, era o único que, na época, lutava, na clandestinidade, contra a ditadura fascista e pela defesa dos interesses das mulheres, homens e jovens vítimas da exploração e da opressão.

O PCP não só influenciou como orientou e mobilizou diversos e amplos sectores da população portuguesa antifascista para a histórica luta contra o regime salazarista. E ainda apresentava objectivos bem definidos para a construção de uma sociedade socialista, onde fosse constituído um regime democrático, livre e independente, que assegurasse a paz, o progresso, o bem-estar e a felicidade a todos os portugueses.

Após 80 anos de existência, o PCP provou estar à altura dos seus objectivos, com a sua luta histórica, conseqüente e corajosa, ao longo dos anos, em condições difíceis e diferentes, antes, na resistência ao fascismo, na clandestinidade, e depois da Revolução dos Cravos em 1974.

Agora, ao comemorar os seus 80 anos, o glorioso PCP continua a ser um grande partido, com a sua identidade própria, partido da classe operária e de todos os trabalhadores, influente, combativo e interveniente, sempre em defesa dos trabalhadores, contra as desigualdades, a discriminação, as injustiças, como há 80 anos, lutando pelas liberdades democráticas e pela independência nacional, pela paz e a sociedade socialista.

As mulheres encontram sempre no PCP o intransigente defensor dos seus direitos e da igualdade de oportunidades, como mulher trabalhadora, como mãe e como cidadã. O PCP é indispensável na sociedade portuguesa, para a defesa do povo e de Portugal.

● Sofia Ferreira Santo



PCP 1921 ▶ 2001



ANOS

a fazer história
a construir futuro

No 80.º aniversário do Partido Comunista Português

Lutas com perspectiva

Cumpriram-se no dia 6 de Março os oitenta anos do Partido Comunista Português. Nenhum outro partido em Portugal pode orgulhar-se de tão longa história. Mas nem só de tempo se faz a História. Nenhum outro pode apresentar ao longo de tantas décadas um património de heroísmo, de coragem, de dignidade, de perseverança no traçado principal do seu caminho, ao serviço da democracia e da liberdade, da justiça social e dos direitos dos trabalhadores, um rumo nunca abandonado apontando ao socialismo e ao comunismo.

Nascido a 6 de Março de 1921 sob o impulso da Revolução de Outubro, o PCP viveria poucos anos na legalidade. Logo em 29 de Maio de 1926, quando o Partido reunia o seu II Congresso, a ditadura militar que deu origem ao fascismo levaria os comunistas à clandestinidade, enquanto os outros partidos portugueses se dissolviam ou aderiam ao regime terrorista do poder dos monopólios e dos latifúndios aliados ao imperialismo.

Durante décadas, o Partido cresceu e fortaleceu-se, mercê de sacrifícios de gerações de comunistas. Muitos deles tomaram defendendo a causa generosa da liberdade e a perspectiva luminosa de uma sociedade sem classes. Ligado aos trabalhadores e ao povo, defendendo-se da repressão sem jamais deixar de se encontrar na vanguarda das lutas, o PCP forta-

lece-se ao longo dos anos nas difíceis condições que o fascismo impunha. Em 1929, um decisivo impulso, sob a direcção de um jovem operário arsenalista, Bento Gonçalves, transforma o PCP num verdadeiro partido leninista de novo tipo.

Mas o fascismo estava para durar. Estimulado pela liquidação da República espanhola e pelo desencadear da Segunda Guerra Mundial, o regime chefiado por Salazar vibra fortes golpes na organização partidária. Isolado do movimento operário que em toda a Europa sofria uma sangrenta repressão, o PCP procede a nova reorganização, empreendida por então jovens dirigentes, onde se contam Álvaro Cunhal, Militão Ribeiro, Sérgio Vilarigues, Joaquim Pires Jorge, José Gregório, Dias Lourenço, Pedro Soares, Manuel Guedes, Júlio Fogaça. O PCP transforma-se num grande partido nacional, organizador da luta popular e impulsionador da luta e da unidade antifascistas.

A definição de um rumo para o derrubamento do fascismo e para a Revolução Democrática e Nacional, para o qual convergiram as grandes e as pequenas batalhas sociais e políticas, foi essencial para, muitos anos mais tarde, assegurar a vitória e lançar as massas, abertas as portas de Abril pelos militares revolucionários, no exaltante caminho de profundas transformações políticas e sociais. Alcançada a liberdade, construiu-se a democracia. Derrubado o regi-

me dos monopólios e dos latifúndios, importantes conquistas populares colocaram Portugal à beira do socialismo. Reforma Agrária, Nacionalizações dos mais importantes meios de produção, controlo operário, institucionalização de novas formas de poder, lançamento das bases do Poder Local Democrático, tais foram algumas dessas importantes conquistas.

Muito do que a Revolução de Abril conquistou foi recuperado pela política de direita logo iniciada pela aliança estabelecida pelo PS com as forças mais reaccionárias. Ao longo das últimas décadas, os comunistas e o seu Partido têm-se batido na defesa dessas conquistas, dos direitos e liberdades então adquiridos pela classe operária e por todos os trabalhadores de que o PCP representa as mais profundas aspirações.

Hoje, ao comemorar oitenta anos de vida e de luta, não perdeu o PCP a perspectiva da construção no nosso país de uma sociedade livre de todas as formas de opressão e de exploração, de uma sociedade socialista, de uma sociedade comunista. Inspirados no exemplo de milhares de homens, mulheres e jovens que construíram este Partido, empenhados em prosseguirmos nesse caminho a que tantos dedicaram a sua inteligência, a sua coragem e determinação, a sua vida, confirmamos, oitenta anos depois, como ficou claro no XVI Congresso do PCP, que fomos, somos e seremos comunistas.

Discurso do Secretário-geral no comício do Porto
★ Entrevistas com Sérgio Vilarigues e António
Dias Lourenço ★ Depoimentos de novos militantes

PCP 1921 ▶ 2001



ANOS
a fazer história
a construir futuro

Porque aderi ao PCP



● Raul Castro

– Porque mantenho intactos os meus ideais de juventude, e, hoje, como há sessenta anos, luto por uma sociedade mais justa, sem exploradores nem explorados, uma sociedade socialista;

– Porque há longos anos o nosso povo é vítima de políticas de direita, quer do PSD quer do PS e, por vezes, dos dois associados;

– Porque inimigos visíveis e invisíveis caluniam, discriminam e tentam desfigurar o PCP;

– Porque o PCP é o partido de Soeiro Pereira Gomes, de Bento de Jesus Caraça, de José Gomes Ferreira, de Manuel da Fonseca, de Fernando Lopes-Graça e de Bento Gonçalves, de Alfredo Diniz, de José Moreira, de Ferreira Marquês, e de tantos outros assassinados pela PIDE, como o Dr. Ferreira Soares, morto com 14 balas pela PIDE;

– Porque, como escreveu Lênine acerca do Partido Comunista, «vemos nele a inteligência, a honra e a consciência da nossa época»;

– Porque importa fortalecer o PCP, como meio de deter e inverter a política de direita, e os ataques que visam enfraquecer a acção do PCP;

Por isso, «para um novo alvorecer, junto-me a vós, camaradas», passando a bandeira da Direcção da ID para outras mãos que a saberão continuar a empunhar e identifico-me com o Partido Comunista Português.

Parece que nasci para isto

● João Figueiredo
17 anos
Odivelas

Embora tenha entrado há pouco tempo para o Partido, desde sempre o apoiei. Sempre me identifiquei com os ideais de esquerda. Quando comecei a crescer, a deparar-me com os problemas dos estudantes, nomeadamente problemas relacionados com um sistema educativo que não nos dá bases para a Universidade nem facilita a entrada nesta, verifiquei que o Partido Comunista Português era o único que mostrava propostas mais próximas das que eu próprio achava melhor para resolver o problema. Para além disso, em relação ao recente aumento da criminalidade juvenil, o Partido é o único que sabe qual é o verdadeiro problema. O da exclusão social. Todos estes factores fizeram com que eu aderisse ao Partido. Outro factor, este o mais importante, foi o ideológico. Quando comecei a estudar as lutas sociais do século XIX, fiquei interessado no marxismo e comecei a estudá-lo fora das tarefas escolares. Li o Manifesto do Partido Comunista em dois dias. Depois chegou a vez de estudar a Revolução Russa na escola. Eu já a tinha estudado em casa. Por último, aprofundi os meus conhecimentos sobre o 25 de Abril, dois meses antes de o dar na escola. Depois da última Festa do «Avante!», em que eu encontrei um ambiente de convívio, amizade e amor, fui até ao Centro de Trabalho de Odivelas e, passadas algumas semanas, já colaborava activamente no Partido. Já cá estou há quase meio ano e estou a gostar. Parece que nasci para isto.

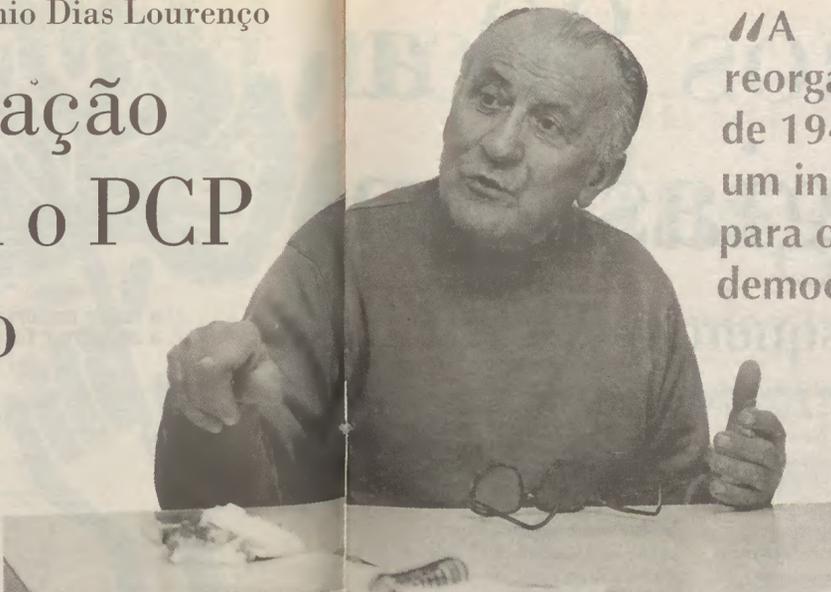
Porque é o melhor

● Sónia Júlio
22 anos
Palmela

Eu inscrevi-me no Partido porque é o melhor. O Partido, para mim, é uma fonte de energia que dá força aos jovens trabalhadores. O PCP é o único Partido que defende os direitos dos trabalhadores, que defende que tenham todos direitos e segurança e que dá muita força, sobretudo aos jovens, que estão pouco informados sobre os direitos que têm, aos jovens que trabalham e não têm os mesmos direitos que pessoas mais velhas com trabalho igual. É preciso alertar os jovens de que em todos os locais de trabalho há exploração e desigualdades a nível de salário, de horas e de ambiente. O PCP, juntamente com os trabalhadores, defende estes direitos. O PCP é um Partido de jovens, é um Partido actual, com ideias actuais, que está com as populações na resolução de problemas e de casos concretos, como por exemplo agora por causa da serra da Arrábida, onde pretendem instalar na cimenteira uma co-incineração que vai estragar o ambiente numa área protegida.

António Dias Lourenço

A reorganização transformou o PCP num partido nacional



António Dias Lourenço fala da transformação que o PCP sofreu com a reorganização de 1940-41 e faz o paralelo do antes e do depois. E conta como a partir daí se criou um novo ambiente de combate ao regime.

– O contexto internacional era desfavorável para as forças de esquerda. Essa situação dificultou a reorganização?

– Creio que não se pode pôr nesse plano. Não dificultou, mas exigiu a reorganização. Também se vivia já uma outra fase. A reorganização é posterior ao tratado de Munique, já se começa a esboçar a aliança entre os países que enfrentaram a Alemanha nazi. Já é, de alguma forma, uma fase em que se está a tomar balanço para outra fase. Em termos do PCP, isso também correspondeu a uma fase em que elementos – alguns ligados à Pide, outros com pouca energia, outros sérios mas que não foram capazes de agarrar o Partido – criaram uma situação altamente perigosa para o Partido. A reorganização de 1940 vem exactamente por uma crise perigosíssima a nível de direcção, o que levou a parte sã e a parte de mais responsabilidade do Partido a pensar em medidas que permitissem superar essa crise.

– Quais foram as medidas?

– Aquela direcção era um perigo para o Partido e, por outro lado, era inoperante, era incapaz de dar resposta às questões que se colocavam no mundo e no nosso próprio país. Os elementos sãos do Partido começaram a contactar uns com os outros para trocar ideias de como romper com essa situação, ou seja, como isolar essa direcção que não tinha a confiança do Partido. Havia ligações à polícia, havia outros «moles»... Essa direcção tinha agregada a si uma série de organizações regionais, mas não era ela que as contactava. Por exemplo, eu estava no Ribatejo e respondia por todo o Ribatejo. Eles não podia chegar ao Ribatejo sem passar por mim. O que havia de organizado no Partido tinha os seus responsáveis locais e a direcção o que podia dirigir era por via desses camaradas. E foi por via destes camaradas que se começou a pensar em isolar esta direcção. Isso aconteceu obedecendo a uma norma que a certa altura começou a correr entre nós: para avançar havia que

cutar pelo são. Ou seja, cortar com a direcção, mesmo tendo em conta que havia lá elementos sãos, que logicamente iriam sofrer com esse corte. Foi o que aconteceu. Um deles vinha de vez em quando ter comigo: «Sabes que a malta está toda a desaparecer, ninguém quer nada comigo. Isto praticamente desapareceu, não temos nenhuma organização.» E tínhamos uma vida organizada activa em termos regionais, produzindo panfletos, estando à frente de grandes movimentações de ordem político-cultural. Mas eles é que não sabiam de nada.

– Como foi organizada a «reorganização»?

– Foram feitas reuniões, em que se decidiu reorganizar e criar outra direcção. E foi criada outra direcção com os camaradas que tinham efectivamente o Partido agarrado a si. Quando esta direcção veio, já o Partido estava organizado. Os outros foram cortados, desapareceram do mapa. Eles eram politicamente fracos. Os que estavam de boa intenção, não compreenderam. Os outros estavam deliberadamente a fazer o jogo da sabotagem e a criar problemas mais graves.

– Quais foram os principais objectivos?

– Primeiro, a defesa do Partido, contra um aparelho policial monstruoso. A defesa implicava uma estratégia de organização das casas clandestinas no plano nacional e local. Não podíamos pôr as casas todas no mesmo sítio e tínhamos de decidir onde é que as famos instalar e como. Criou-se uma estratégia do aparelho clandestino a nível nacional.

«Criou-se um espírito novo, de combate organizado», diz Dias Lourenço

«A reorganização de 1940-41 foi um incentivo para os outros democratas»

A reorganização foi fundamental para a queda do regime

– Quais foram as consequências da criação surgida desse ambiente?

– Sim. Em 1935, foram constituídas as Frentes Populares em França e Espanha, com o objectivo de ganhar as eleições. Mas em Portugal, as condições eram completamente diferentes. Estávamos na clandestinidade, não podíamos ter a pretensão de participar nas eleições com uma frente popular. Mas arranámos o Conselho de Unidade Nacional Anti-Fascista, de que o Partido foi o principal impulsionador e que tinha o melhor dos antifascistas. O Munaf tornou-se outro movimento no plano nacional com certa força, clandestino. São estes movimentos clandestinos com muita força que, depois das grandes acções de massas, dão lugar ao MUD e ao MUD Juvenil, organizações legais que estavam constantemente a violar esses limites legais onde se inseriam e que conseguiram alargar numa grande base a sua acção no plano nacional. É ao camarada Álvaro Cunhal que o Partido deve muito todas essas alterações estratégicas, políticas, mesmo de defesa, e isso trouxe a possibilidade do Partido dar resposta às exigências da época.

– Pode-se afirmar que a reorganização foi fundamental para o Partido e para o derrube do fascismo?

– Absolutamente. Criou-se um espírito novo, de combate e de combate organizado. Não é por acaso que só em 1965 avançamos com muita força com a ideia do derrubamento do fascismo pela força, isto já depois da guerra colonial começar. Mas já era teoria do Partido que o fascismo não caía de podre e, na reorganização, essa foi a grande questão.

– Antes da reorganização, o Partido estava mais implantado em que regiões?

– Lisboa, Setúbal, Porto, Ribatejo. O resto era uma sementinha... As zonas interiores do Norte e do Sul não tinham praticamente implantação... Em 1941, fui atirado para o Alentejo, deram-me mais o Algarve e, como era pouco,

deram-me mais Gouveia e a Covilhã... De bicicleta, de bicicleta... E eu era o único «ciclista» que fazia isto tudo. Tínhamos de fazer longos percursos... O Álvaro Cunhal – que estava no Norte – às vezes vinha durante toda a noite a pedalar até Lisboa, reunia durante o dia e ia na noite seguinte outra vez para o Norte, de bicicleta. A gente conhecia Portugal com a geografia das botas. Tínhamos necessidade de criar as condições técnicas e estratégicas para que o nosso trabalho de organização e de ligação com as massas, com os trabalhadores principalmente, se fizesse com um mínimo de riscos.

O Avante! passa a sair regularmente

– Concretamente, o que foi modificado dentro da organização do Partido?

– Foram adoptadas normas de trabalho de direcção, normas de arrumação das tipografias. A partir dessa altura, o «Avante!» passou a ser publicado regularmente. Em todo o caso, a outra direcção tinha acabado com o «Avante!». Publicaram um outro jornal, em que diziam que o fascismo caía de podre, «não vale a pena estarmos-nos a chatear muito com isto». Tivemos de repor o «Avante!»...

– Do zero?

– Claro! Eles tinham escondido a aparelhagem técnica numa casa e o

Partido organizou o assalto a essa casa e levou-se a aparelhagem toda. Levou-se os tipos e os prelos, num táxi do Pires Jorge.

– Mas o que foram lá buscar não devia ser suficiente.

– Claro que não! Depois tivemos de criar formas de o «Avante!» sair, mesmo com o assalto da polícia a uma tipografia. Tínhamos sempre mais do que uma tipografia a fazer o mesmo «Avante!». Algumas vezes a polícia assaltava ou impedia que uma tipografia fizesse o jornal e faziam festa: «Acabou-se, conseguimos!» Nessa altura estava o «Avante!» a ser distribuído porque tinha sido feito noutra tipografia.

Tínhamos de criar um aparelho de difusão do «Avante!» cada vez mais seguro. Enquanto a orgânica do Partido assentava em organismos colectivos (clandestinos, com elementos que às vezes nem sabiam o nome uns dos outros), a orgânica para a distribuição da imprensa clandestina tinha de ser rigorosamente individual. Tu levavas o embrulho para a organização tal, entregas a responsáveis directos que distribuíam a outras pessoas para levar para outros sítios. Tinha de se criar uma orgânica rigorosamente, assente no trabalho individual paralelo à organização do próprio Partido, que funcionava em termos colectivos.

E o Partido cresce...

– Como é que a nova direcção desenvolveu o seu trabalho?

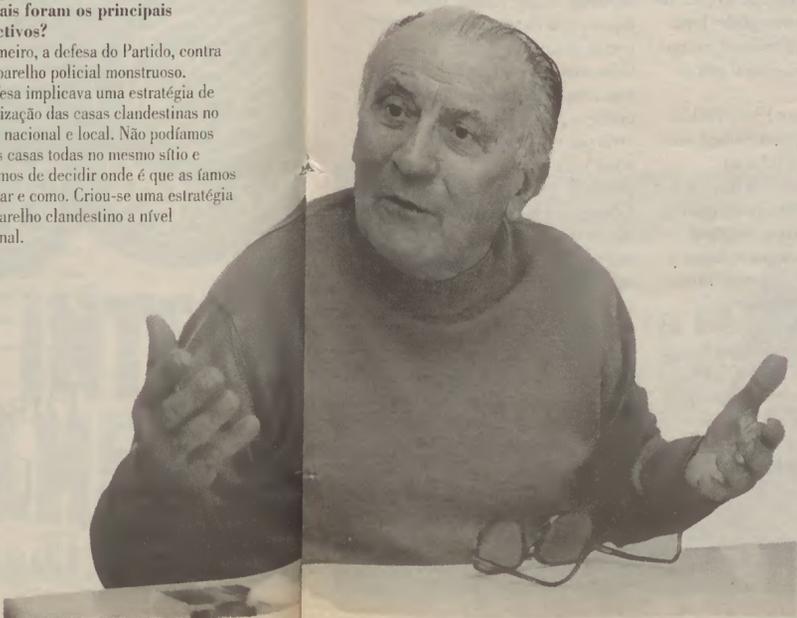
– Foi preciso enlaçar esta direcção com os núcleos organizados que estavam criados, que tinham sobrevivido ao trabalho dissoluto da outra direcção, fortalecer esses laços e criar novos núcleos do Partido, principalmente na direcção das classes trabalhadoras, nos campos... Nessa altura, em Vila Franca de Xira, tivemos um trabalho muito importante com os assalariados agrícolas da Companhia das Lezírias e os que vinham de fora, ratinhos, gaibéus, etc. Nós fomos conversar com eles e depois agarrámos os mais firmes para criar núcleos do Partido.

– Isso não se estava a fazer antes da reorganização?

– Não, todo esse trabalho tinha sido descurado. Aquela direcção estava praticamente a afundar o Partido e estava a querer imprimir uma orientação que levava o Partido a um organismo sem vida, sem capacidade de dar resposta aos problemas que iam surgindo.

O Partido esteve uns anos à procura da sua base social. Quando o fascismo triunfou, o Partido tinha cinco anos. Era um bebé, com alguma gente inepta. De 1926 a 1928 ainda se podia ir andando, enfim, com um fraco desenvolvimento. Com o Bento Gonçalves e com outros camaradas destacados, o Partido está na classe operária, principalmente desde os nacionalistas da Marinha, os trabalhadores da CUF e da aviação. Começou-se a criar então uma base de outra ordem.

Foi essa a questão que se colocou: a consolidação e alargamento dessa orgânica. Quando fui para o Alentejo havia comités locais em Beja, Évora e um organizozinho em Nossa Senhora de Machede. Quando fui retirado do Alentejo em 1945, com o assassinato de Germano Vidigal, já havia um organismo regional, três sub-regionais, 55 comités locais e tinha havido as lutas do Baixo e do Alto Alentejo. É claro que não era eu que fazia essas lutas!



PCP 1921 a 2001



ANOS

a fazer história
a construir futuro

Celebramos 80 anos com energias renovadas

Publicamos hoje os extractos mais significativos do discurso do Secretário-geral do PCP no comício comemorativo do 80.º aniversário do Partido, realizado, sábado passado, no Porto.

Camaradas e amigos:

80 anos é uma idade bonita. 80 anos de um Partido significa muita coisa. Quantas e quantas vezes decretaram a nossa morte e o nosso desaparecimento? E quantas e quantas vezes afirmaram antes do 25 de Abril que a nossa luta não levava a nada? Quantos, nos nossos dias, repetem as mesmas sentenças e profecias tomando os desejos pela realidade? Mas a verdade é esta: o PCP celebra 80 anos de vida e luta. Está aqui na sociedade portuguesa, com um papel destacado de grande Partido da liberdade e da democracia, com a coerência da sua prática, com os seus ideais e valores lutando pelo bem-estar do povo e pelo progresso de Portugal. Aqui está não pelo favor dos outros mas pelo seu combate, pela sua luta empenhada, pela sua determinação, pelas suas convicções e pelo seu projecto.

Por isso, ao celebrarmos, ao comemorarmos e festejarmos o 80.º aniversário do nosso Partido — o Partido Comunista Português — celebramos muitíssimo mais do que a passagem do tempo ou uma efeméride ainda que ela, só por si, também convoque a nossa emoção e a nossa alegria. Celebramos sobretudo as oito décadas de incomparável presença, intervenção e acção de um partido — o nosso Partido — que desde o já longínquo ano de 1921 até aos nossos dias deu uma consciência e uma dignidade a milhares de oprimidos e que vem travando, com os trabalhadores e o povo, um áspero mas apaixonante combate pela liberdade, pela democracia, por uma vida melhor, pelo alargamento e aprofundamento dos direitos dos cidadãos, pelo socialismo e os seus generosos ideais e valores humanistas.

Celebramos os ideais humanistas e libertadores a que se devotaram sucessivas gerações de homens e mulheres comunistas numa trajectória comum construída por muitos actos de heroísmo e de grandeza cívica e humana. Celebramos o papel histórico do PCP na luta contra o fascismo, o seu papel na revolução de Abril e nas suas conquistas, a sua luta quotidiana em defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e do país.

No dealbar de um novo século carregado de tantas interrogações mas também de tantas esperanças, reafirmamos o nosso compromisso de prosseguir, com renovado vigor e confiança, o nosso combate pela democracia, pela justiça social, pelo progresso, desenvolvimento e independência do nosso país, pelo bem-estar e felicidade do povo português e pela grande causa universal da emancipação humana.

O grande compromisso de honra de que este Partido, que se orgulha da sua história, do seu projecto, da sua identidade, continuará a levantar a bandeira dos valores e das causas que deram sentido a 80 anos da sua vida e, com os trabalhadores, com a juventude, com todos os portugueses e portuguesas vinculados aos ideais de liberdade e de progresso social, prosseguirá, com energias renovadas, a sua luta pelo socialismo, por Portugal.

A «viragem à esquerda» do PS

Celebramos também os 80 anos do nosso Partido, numa altura em que o PS — está confrontado com o afastamento e a desilusão de muitos que lhe deram o seu voto e com a contestação aberta à política de direita dentro das suas fileiras, e mesmo entre os seus dirigentes — diz querer virar à esquerda.

Mas se diz que quer virar à esquerda, isto significa desde logo três coisas:

- 1.º) De que com a sua política até agora e no essencial, esteve virado para a direita.
- 2.º) Que a política de direita, mesmo em fase de crescimento económico, leva à crescente acentuação de desigualdades e injustiças sociais conduzindo inevitavelmente à erosão da sua base social de apoio.
- 3.º) Que diz querer mudar não por razões de valores progressistas e humanistas da política de esquerda, mas por razões de poder e eleitoralistas!

Face ao óbvio, o Secretário-Geral do Partido Socialista corrigiu o «tiro» e afirma agora que, para haver governabilidade, é necessário que haja à esquerda do PS quem faça a mediação com esse eleitorado, desafiando o PCP à mudança para se conseguir tal objectivo.

Por outras palavras, o eng. Guterres chegou à conclusão que com a sua política de concentração de riqueza, a retórica social não engana para sempre, e que portanto era necessário uma força à sua esquerda que ajudasse a iludir por mais tempo a sua política de direita.

Mas o eng. Guterres também sabe, por experiência própria, que o PCP não é esse instrumento.

Sabe que o PCP nunca faltou com o seu apoio a avanços, mesmo que limitados, como sabe também que o PCP nunca deixou de combater com o empenho e firmeza a sua política de direita.

A questão não está pois na mediação do eleitorado à esquerda, a questão está na essência da política, a quem é que esta serve, que sociedade se está a construir.

Para se virar à esquerda, para se fazer progredir o País e combater as injustiças sociais é necessário concretizar uma política que dê prioridade às actividades produtivas, e não às actividades especulativas e parasitárias, que estimule a eficiência, a organização e a modernização da economia e não os baixos salários, que se olhe para as pequenas e médias empresas e não se privilegie os grandes grupos económicos porque estes têm

poder e influência em tal ou tal rádio, em tal ou tal jornal, ou em tal ou tal estação de televisão. Não se vira à esquerda com uma política de direita. Para se virar à esquerda é necessário concretizar uma política que ponha fim às privatizações e à entrega de alavancas fundamentais da economia aos centros de decisão externos. Para se virar à esquerda é necessário que não se tenha medo de avançar com uma reforma fiscal, sobre o património, sobre as grandes fortunas — nem de realizar por exemplo, uma reestruturação fundiária na zona irrigada pelo Alqueva, ou de se bater pela despenalização do aborto e pela defesa dos direitos dos imigrantes. Sintomaticamente, na mesma altura em que o PS dizia ir virar à esquerda, este negociava com o PSD, fora da Assembleia da República, uma revisão constitucional e uma nova lei eleitoral à pressa para as autarquias, que era um golpe baixo na democraticidade do Poder Local.

Esta nova tentativa de modificar a lei para as autarquias abortou. Não porque o PS reconhecisse a perversão da sua iniciativa, mas porque contra ela se levantou uma oposição generalizada com um destacado papel para o nosso Partido.

Mas em breve e também para desviar as atenções dos verdadeiros problemas que afectam o País, o PS irá tentar de novo aprovar uma nova lei eleitoral para as legislativas, com o pretexto de combater a abstenção, procurando na secretaria reforçar artificialmente a influência política e eleitoral do PS e PSD. Tudo faremos para que esta nova perversão seja derrotada e enterrada. Quanto à revisão constitucional ela visa permitir a reintrodução da pena de prisão perpétua no novo quadro legal. É uma regressão civilizacional, em que mais uma vez o bloco central está de mãos dadas.

E é significativo que o PS e o PSD só se apressaram em querer ratificar este tribunal depois dos EUA o ter assinado... Mas como estes dois partidos se dizem muito preocupados com os direitos humanos seria bom saber-se se defendem, por exemplo, o julgamento do sr. Blair e do sr. Bush, que com a maior displicência mandaram bombardear o Iraque à margem da ONU sem qualquer informação aos seus aliados, fazendo vítimas civis, inocentes sem qualquer razão válida, a não ser a exibição e demonstração de força da política americana e a necessidade de afirmação do novo presidente dos EUA.

Mas não precisamos de ficar à espera para saber o que pensa o PS e o PSD, sobre a hipocrisia do sr. Blair

e do sr. Bush, se a consideram uma magnífica expressão da defesa dos direitos humanos. No voto que apresentámos na Assembleia da República propondo que esta se pronunciasse contra os bombardeamentos sobre o Iraque, realizados pela aviação dos Estados Unidos e Reino Unido, que violam o direito internacional e que se inserem numa lógica de escalada militar agressiva contrária à busca de soluções de paz e segurança para a zona do Golfo, tanto o PS como o PSD e como o PP votaram contra, com argumentos esfarrapados, chegando o PP a confessar que tudo o que afirmávamos no voto era verdadeiro, mas que os EUA e o Reino Unido eram nossos aliados. E portanto para os nossos aliados temos que ter vista grossa! Elucidativo.

A negociata da revisão constitucional continua, e será alargada a outros temas no estilo «pataca a mim, pataca a ti», de tal modo que no estado actual das coisas, há quem afirme que o PSD poderá comprometer-se a não apresentar um projecto que consagre a reciprocidade de direitos políticos dos brasileiros no nosso país e o PS a concordar (o que não lhe custa) com a proibição constitucional da greve aos polícias.

Não nos podemos esquecer também, na voragem dos acontecimentos, que o bloco central alargado ao PP, esteve de acordo com os criminosos bombardeamentos da Jugoslávia, e que todos procuraram sacudir a água do capote, quanto às consequências urânio empobrecido. As armas com urânio empobrecido são armas de efeitos indiscriminados que não escolhem as suas vítimas, nem no espaço, nem no tempo, como acontece com as minas antipessoal. Como sabem o PCP continua a manifestar-se contra a presença de militares portugueses nos Balcãs e creio que vós estais de acordo com esta nossa posição.

Os povos que não têm a memória curta sabem que a negação dos efeitos de tais ou tais armas sobre o ser humano e sobre o ambiente é o habitual. Entre a utilização do «Agente Laranja» na guerra do Vietname, e o reconhecimento pelos americanos dos seus efeitos nos seres humanos (incluindo milhares de americanos), passaram-se mais de vinte anos. Também só após vários anos de silêncio, é que a NATO reconheceu oficialmente a existência e a utilização de armas de urânio empobrecido (e com Plutónio) na guerra do Golfo e dos Balcãs. É necessário que se conheça toda a verdade e que Portugal deixe de ter um papel subserviente.

Saudamos os trabalhadores

Ao celebrarmos os 80 anos de vida e luta do nosso Partido queremos também aqui afirmar que o PCP considera cada trabalhador, com direitos de cidadania, a começar no local de trabalho. Mas há quem trate os trabalhadores apenas como eleitores e só se lembre destes na altura dos votos. Quem não se lembra das promessas e das ilusões criadas quanto à aproximação à média dos salários praticados na União Europeia? Ora a verdade é que continuamos a ter os mais baixos salários, o mais baixo salário mínimo, as mais baixas pensões e reformas e as mais altas taxas de lucro da União Europeia, o que só por si diz claramente a quem tem servido a política económica e financeira do Governo PS. Recentemente quer o governador do banco de Portugal quer a Comissão Europeia insurgiram-se quanto aos aumentos dos trabalhadores da Administração Pública. A banca, coitadinha, aproveitou logo para congelar as negociações! É um escândalo. Estão preocupados com os míseros aumentos de salários, mas não se escandalizam, por exemplo, que administradores da GALP energia ganhem 10 mil contos por mês fora outras prebendas, nem com os gigantescos lucros da banca e outras grandes empresas, nem com o facto de nunca como hoje se venderem em Portugal tantos Rolls Royce! Nem se escandalizam pelo facto de a população portuguesa ter os salários e pensões mais baixas e pagar os serviços mais caros da União Europeia. O PCP tem-se batido e continuará a

bater-se pela dignificação e valorização do trabalho, pelo trabalho com direitos. Aliás os projectos de lei apresentados pelo PCP falam por si. Ainda recentemente levámos à votação um projecto de lei para dar solução rápida ao «verdadeiro escândalo social» que há anos se matem de não pagamento de créditos aos trabalhadores que significativamente teve a envergadura abstenção do PS e dos partidos de direita. Pela nossa parte tudo continuaremos a fazer para regularizar esta situação que aqui no Porto atinge mais de 6 mil trabalhadores com um total de mais de dez milhões de contos de créditos. Aqui, deste comício queremos saudar os trabalhadores em luta, e a grande central sindical dos trabalhadores portugueses a CGTP-IP. Queremos também daqui saudar a luta dos estudantes por melhor ensino e contra a sua eluição, pelo fim do *numerus clausus*, por uma intervenção séria nos ensino básico e secundário, com a participação de professores e alunos e saudar muito especialmente a JCP, a juventude do PCP. A dita paixão pela educação, tal como a segunda pela saúde têm tido os resultados conhecidos. Na saúde basta olhar para as sucessivas derrapagens orçamentais, para as listas de espera, para a política do medicamento, para a promiscuidade entre o público e o privado, para a gestão neoliberal e casuística para concluímos que o melhor seria que o Primeiro-Ministro nunca tivesse tido tal segunda paixão.



A batalha das autárquicas

A batalha das autárquicas é a grande batalha que temos este ano. O prestígio do projecto autárquico da CDU deve-se a um conjunto de princípios orientadores de que destaca, a gestão participada, com o envolvimento, intervenção e muitas vezes com o trabalho militante e gratuito das populações em relação a projectos comuns. A prestação de contas ao longo do mandato feito sempre que possível no confronto directo com os cidadãos. O não tirar proveito dos cargos ocupados. A concepção dum exercício do poder democrático, colectivo, participado e fiscalizado. Por isso nos podemos reivindicar dos atributos do trabalho,

honestidade, competência e experiência ao serviço das populações e dos seus anseios, na satisfação das suas necessidades básicas na resolução das pequenas e grandes obras. A CDU pode orgulhar-se da sua gestão autárquica. Mas é necessário que as próximas eleições decorram com transparência. O Governo já está a transformar o aparelho de Estado em comité eleitoral do PS, fazendo promessas, entregando cheques com o dinheiro de todos nós, usando os POC's, fazendo promessas e coacções. É inaceitável e intolerável um tal comportamento por parte de um partido que tanto criticou o PSD por tais práticas.

Os povos lutam e resistem

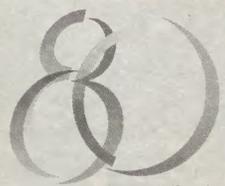
Celebrando o aniversário do nosso Partido, permitam-me que reafirme o nosso projecto de construção de uma nova sociedade, no caminho do aprofundamento da democracia política, económica, social e cultural. O capitalismo triunfante e arrogante procura estabelecer e consolidar a sua nova ordem, o pensamento único e uma nova linguagem em que se retire do léxico os conceitos de imperialismo, exploração, apropriação de mais valia, luta de classes...

Procura semente o conformismo, a passividade e a integração ideológica da submissão aos ditames do grande capital. Mas os povos lutam, resistem em Xiapas, na Palestina, em Timor, em Seattle, em Porto Alegre, na União Europeia, em Portugal e em tantas e tantas outras partes do Globo. Os crimes, as injustiças, a impunidade do capitalismo revela-se todos os dias, mesmo nas questões mais simples. Ainda recentemente fomos confrontados com o facto da multinacional americana que patenteou o AZT na luta contra a Sida, se ter queixado do Brasil ao seu governo, por neste país se estar a produzir medicamentos genéricos do AZT que permitem tratar gratuitamente mais de 150 mil doentes infectados. Se

o Brasil for obrigado a pagar à multinacional, não terá possibilidade de continuar a tratar tantos milhares de doentes. Também na Índia, depois de dois anos de frustradas negociações para se convencerem as empresas detentoras de direitos de comercialização a diminuir os preços para esses medicamentos, um dos fabricantes acabou por celebrar um acordo com os Médicos Sem Fronteiras, fornecendo por um preço 15 vezes inferior ao que as multinacionais americanas fornecem os mesmos medicamentos... O capitalismo continua a condenar milhões de seres humanos à fome, à doença e à miséria tomando cada vez mais intolerável a contradição entre as possibilidades de avanços civilizacionais e de resolução dos principais problemas básicos do ser humano proporcionado pelas fulgurantes conquistas da ciência e da técnica e as regressões sociais com que entramos neste novo século. O PCP continua e continuará a sua luta pela construção de uma sociedade mais justa, mais solidária, mais fraterna onde o livre desenvolvimento de cada um seja a condição do livre desenvolvimento de todos. (...)



PCP 1921 + 2001



80 ANOS

a fazer história
a construir futuro

Linha de coerência



António Galhordas
Lisboa

A minha adesão orgânica ao Partido Comunista Português insere-se numa linha de coerência cívica e política, que tem uma trajectória de longos anos, cujo início situo pelos meus 17/18 anos, logo que, deixado o curso dos liceus, ingressei na Faculdade de Medicina de Lisboa, onde cedo integrei uma lista progressista vencedora da direcção da Associação dos Estudantes, até ao encerramento abrupto da sua sede pela PIDE na velha faculdade do Campo de Santana, salvo erro em 1953.

Licenciado em Medicina em 1956, aderi no ano seguinte (1957) à organização clandestina do PCP, integrando-me activamente na luta dos jovens médicos, e, mais tarde, no movimento que levou à feitura do Relatório sobre as Carreiras Médicas, numa luta que alastrou aos médicos de todo o País, desenvolvida no seio da Ordem dos Médicos.

A partir daquela altura e até ao 25 de Abril de 1974, fiz parte a vários níveis dos corpos dirigentes da Ordem, encerrada pela PIDE/DGS em 1973, para só reabrir, com os corpos gerentes que haviam sido suspensos, já em plena liberdade revolucionária, a 30 de Abril de 1974. Desde então não tenho cessado de intervir cívica e politicamente, acompanhando todo o processo de instauração da nossa Democracia.

Resolvi agora, de acordo com os dirigentes do PCP, voltar a integrar-me organicamente, por considerar que vivemos um momento da história do mundo que requer uma participação organizada de todos os que sentem a extrema necessidade de uma luta complexa, sem tréguas e de longo prazo, para, no tempo histórico e nas condições concretas do mundo de hoje, retomar sem desfalecimento o caminho lógico, obrigatório e consequente, de ontem e de hoje, pela Paz, pela Justiça Social e pela Utopia da Sociedade Comunista.

Rumo ao comunismo

Carlos Almeida
18 anos
Braga

O Partido Comunista Português, com toda a sua história antifascista, foi indubitavelmente um marco no caminho da Liberdade. É esta marca do passado que justifica a longa existência do Partido em Portugal.

Passaram-se oitenta anos e a ideologia mantém-se, mas adaptada a uma nova realidade. A realidade de hoje. A vontade de transformar a sociedade, essa, é a mesma. É o único Partido capaz de responder às necessidades das classes mais desfavorecidas. Só o PCP procura privilegiar a classe operária, através de propostas que visam o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores, tentando contrariar o rumo neoliberal e capitalista desta evolução social.

Só nós, comunistas, temos a capacidade organizativa e interventiva de actuar junto das populações. Esta intervenção move-se no sentido de consciencializar as massas para uma justiça social à qual todos temos direito.

Estou no Partido Comunista Português pelo Socialismo, rumo ao Comunismo.

Necessidade de intervir

João Ferreira
16 anos
Coimbra

Tenho 16 anos, sou da JCP há cerca de um ano e entrei para o PCP há menos de um mês. Após a minha entrada para a Juventude Comunista Portuguesa tive grande necessidade de, a cada momento, ir intervindo sempre o mais possível e participando sempre o melhor que pudesse em todas as tarefas que me eram propostas. Nessa altura, a cada dia que passava, eu sentia-me cada vez mais identificado com todas as lutas e todas as ideias defendidas pelo PCP, de tal maneira que, passado algum tempo, decidi tornar-me militante do Partido Comunista Português, como resultado do meu sentimento cada vez mais forte em relação ao Partido e de uma necessidade de concretização dentro de mim, quase como uma voz que exigia que isso acontecesse. Pois, acima de tudo, apoio e apoiarei sempre e acima de tudo o Partido Comunista Português e tenho hoje a certeza que é o Partido que defende uma sociedade mais justa e mais correcta para todos.

Agradeço ao PCP o facto de dar a liberdade a jovens como eu, menores, mas que dariam tudo pelo Partido, a inscreverem-se e a participarem em todas as suas lutas e em tudo o que seja necessário.

Sérgio Vilarigues

«A ideia foi reorganizar o Partido pela sua parte sã»

Sérgio Vilarigues é um dos antigos dirigentes do PCP que esteve presente, desde o início, no processo de reorganização do Partido do início dos anos quarenta. Além de contar toda a história, fala da dureza da vida da clandestinidade e das prisões.

● Isabel Araújo Branco e Gustavo Carneiro
Texto

● Jorge Caria
Fotos

– Qual era a situação do Partido antes da reorganização?
A situação do Partido antes da reorganização resumia-se no facto de que, basicamente, ninguém acreditava nele.

– Não tinha apoio popular, é isso?

O problema não está tanto no apoio popular, que até tinha, ou não fosse, apesar de tudo, o Partido Comunista Português. A questão era que todos os dirigentes do Partido que estavam presos não tinham confiança nos dirigentes que estavam em liberdade porque as prisões sucediam-se, as tipografias caíam nas mãos da polícia... Nessa altura no Tarrafal encontrava-se o secretário-geral do Partido, Bento Gonçalves, José de Sousa e Júlio Fogaça – o último secretariado do Partido antes da reorganização em quem se tinha confiança.

Em 1940, fomos libertados alguns, devido a uma amnistia por ocasião do terceiro centénario da restauração da independência de Portugal, e trouxemos a orientação para não nos ligarmos à direcção do interior. Dos que saíram encontravam-se Militão Bessa Ribeiro e Júlio Fogaça – que tinha sido preso em 1935 com Bento Gonçalves e José de Sousa, o secretariado todo – já se encontrava em Angra e foi o camarada mais responsável a ser libertado. Portanto, do Tarrafal veio o Militão, vim eu, veio o Américo de Sousa. Das outras prisões veio o José Gregório, o Pires Jorge e o Manuel Guedes. Os que saímos do Tarrafal, marcámos logo um encontro na António Maria

Cardoso, ali a uns cinquenta ou sessenta metros da PIDE. Depois soubemos que o Fogaça, o Guedes e o Gregório tinham sido libertados e começámos a procurar encontrar-nos todos para ver o que havíamos de fazer, como montar o fato, alinhavá-lo e cosê-lo à máquina.

– E...

E assim foi. Logo nos finais de 1940 – em Dezembro – encontramos nos dirigentes do Partido que estavam presos não tinham confiança nos dirigentes que estavam em liberdade porque as prisões sucediam-se, as tipografias caíam nas mãos da polícia... Nessa altura no Tarrafal encontrava-se o secretário-geral do Partido, Bento Gonçalves, José de Sousa e Júlio Fogaça – o último secretariado do Partido antes da reorganização em quem se tinha confiança.

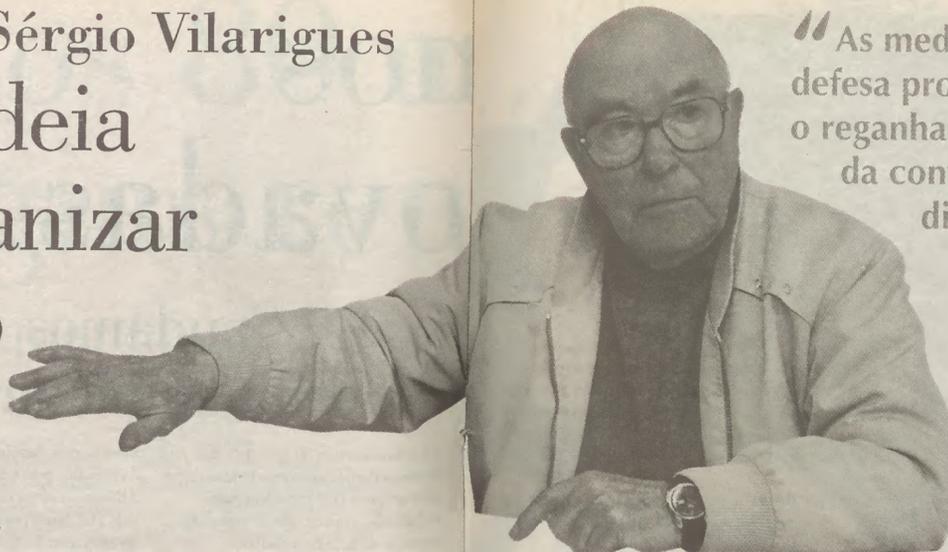
– Mas não havia a orientação de não estabelecer ligação?

Sim, mas o que saiu dessa reunião foi que o camarada destacado, uma vez em contacto com o dirigente do Partido, lhe dissesse que a direcção – incluindo o secretário-geral do Partido, Bento Gonçalves, e as próprias bases, não confiavam neles e que lhes pedíamos que parassem toda a actividade por seis meses, até que se esclarecessem as coisas. O encontro acabou por se realizar entre um camarada da reorganização e Vasco de Carvalho. Hoje acho que até foi bom que eles não nos tenham ouvido, porque assim nos convencemos de que se tratava, de facto, de um grupo de provocadores, como vieram, aliás, a ser considerados mais tarde e publicamente.

A reorganização não foi feita por marxistas-leninistas «formados». Havia era muito espírito de classe, lembra Sérgio Vilarigues.

Restabelecer a confiança na direcção

“As medidas de defesa provocaram o reganhar da confiança na direcção”



Depois, toda a malta sã, leal e fiel ao Partido – e o Partido era a tal direcção em quem ninguém confiava e que também não conseguia explicar as razões de tamanho descalabro – começa a deslocar-se. E assim começámos a singrar... Depois, fizemos mais duas reuniões. Nestas ainda não participou o camarada Álvaro Cunhal, que ainda estava preso. Se bem que eu ache que a reorganização começou a sério com o camarada Álvaro no secretariado do Partido...

Depois, houve a reunião na Lagoa Azul, em Sintra, onde já esteve o Álvaro. Uma reunião que eu considero, ainda hoje, demasiado ousada. Estávamos ali uns vinte homens, sem nenhuma mulher, a simular um piquenique...

– Como se organizou a reorganização? Quais os métodos, os objectivos... Antes de mais, é preciso que se diga

que estas coisas não caem do céu, nem foram feitas por marxistas-leninistas «formados». O que havia era um grande espírito de classe e a vontade de reorganizar o Partido pela sua parte sã. Foi o que procurámos fazer. Uma das tarefas mais importantes consistia em, no mais breve prazo possível, voltar a publicar o *Avante!*. Mas não havia dinheiro.

Naturalmente, começámos a pedir quotização aos camaradas que fomos contactando. Depois, havia que arranjar as peças para montar as tipografias, o que não era nada fácil. Era preciso contactar camaradas que, ou eles próprios trabalhassem em oficinas, ou conhecessem alguém que trabalhasse, e que pudesse dar ao Partido todas as peças necessárias, o que não era lá muito discreto, um rolo de ferro maciço, uma placa.

O que é certo é que poucos meses depois, o *Avante!* estava na rua.

O Congresso da mudança

– E o III Congresso, de 1943, foi ou não um marco fundamental do processo de reorganização?

Sim, mas quando chegamos ao Congresso já levamos as greves e as manifestações dos estudantes de Lisboa, Porto e Coimbra contra o aumento das propinas, dirigidas por militantes comunistas, da FJCP. É aí que o Partido se começa a ligar às massas. Logo a seguir deu-se a greve dos têxteis da Covilhã e colocou-se à direcção do Partido que quadro enviar lá. Tinha de

ser alguém com alguma experiência de defesa, mas que também pudesse ajudar na greve. Resolveu-se enviar, nada mais nada menos, do que um camarada do secretariado do Comité Central, o Manuel Guedes, o que eu considero, ainda hoje, um acto de coragem política nas condições de então – estávamos no início da reorganização, ainda não tínhamos estruturas sólidas, praticamente sem funcionários, pois não tínhamos condições financeiras. Depois tivemos a greve de Novembro de 1942 na região de Lisboa e ainda as grandes greves de Lisboa e S. João da Madeira de Julho e Agosto de 1943, todas organizadas pelo Partido. Nesta situação de afluxo, em que as coisas começam a sair bem, pensámos primeiro numa conferência e, depois, avançámos para o Congresso. Nesse Congresso elegeu-se o Comité Central – que ficou composto por Álvaro Cunhal, José Gregório, Manuel Guedes, Pires Jorge, Alfredo Dimis (Alex), António Dias Lourenço, Piteira Santos e Sérgio Vilarigues – e os organismos executivos. O Secretariado, composto por Álvaro Cunhal, José Gregório e Manuel Guedes – a mesma composição de antes do Congresso – e o Bureau Político, por todos os membros do Comité Central com excepção de Dias Lourenço e Piteira Santos.

Quando o Secretariado era composto por Júlio Fogaça, Militão Ribeiro e Manuel Guedes foi enviado o Álvaro como responsável por toda a Região Norte. Mas, em Julho de 42, foram presos o Fogaça, o Pires Jorge, o Pedro Soares e o Álvaro foi chamado ao Secretariado, tendo o Norte ficado à

chegarmos ao local de um encontro. Mas isso permitiu uma defesa que contribuiu para reganhar a confiança das massas e das bases do Partido na sua direcção. A dada altura também começámos a dividir a localização do Secretariado por zonas. Como não havia muita organização na região de Aveiro decidimos, em certa altura, colocar lá o Secretariado. O que é certo é que a polícia foi juntando as peças e descobriu que estávamos na região. Não posso deixar de me sentir orgulhoso que esse bandido do agente Gouveia – promovido mais tarde com «distinção» – tenha afirmado que «só não conseguimos localizar a casa do Amílcar». Não fui localizado, não por nenhuma razão especial, mas por sorte. Sou uma pessoa muito vulgar e sempre fui, sempre recusei disfarces e acho que nunca precisei deles.

Bom, mas tudo isto eram medidas para proteger o Partido e o Secretariado, que era quem, na verdade, o dirigia a nível nacional.

– Pode-se dizer que sem a reorganização não poderia ter havido um terceiro e quarto congressos com as características que tiveram...

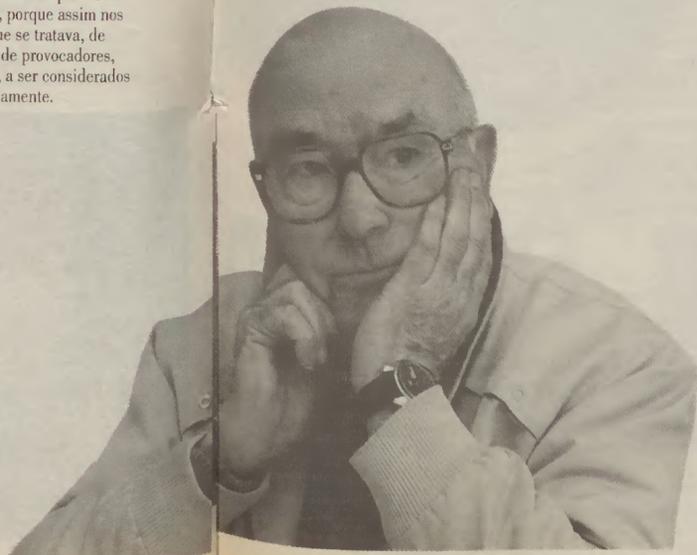
Eu ainda hoje costumo dizer que sem a reorganização do Partido e sem a aplicação e execução das determinações dos organismos centrais e sem o cumprimento de todos os princípios de organização, a começar pela disciplina, não teria sido possível desenvolver o trabalho do Partido. A disciplina, em certos aspectos, era verdadeiramente uma disciplina de ferro, mas para todos, de alto a abaixo, e quanto mais colectivos e para os transportes mais seguros não tínhamos dinheiro, daí não poucas vezes se ter feito mais de quarenta quilómetros a pé para

responsabilidade do José Gregório.

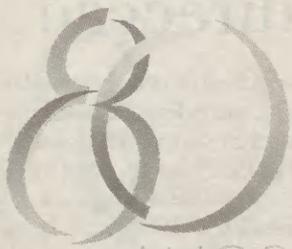
Quando, em Novembro de 1942, prenderam Militão Ribeiro, o José Gregório é chamado ao Secretariado e o Pires Jorge, que entretanto fugira, vai para o Norte. É assim que se chega à composição do Secretariado de que falei. É nesta altura que começam a haver responsáveis por sectores, se bem que a maior parte do País fazia-se pelas chamadas «delegacias». Após o Congresso, a organização alarga-se e passa a haver organizações regionais no Alentejo e Algarve e a constituírem-se organizações cada vez mais sólidas.

– Com a reorganização e com o III Congresso aumentaram os militantes?

Evidentemente, mas não só. Desenvolveu-se todo o trabalho de organização. Por exemplo, a dada altura, no Algarve, em 1945, só não tínhamos influência num sindicato, o de Olhão. Não sei porque, mas todas as outras secções da conserva, de Portimão a Lagos ou Vila Real de Santo António, eram compostas por trabalhadores honrados. O que acontecia também nas comissões de unidade operária, nas fábricas, onde se enfrentava directamente o patronato. Também no campo unitário se começou a trabalhar. Quando chegamos ao I Congresso ilegal – o terceiro do Partido – já estava constituído o Munaf – Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista – com a participação de todos os sectores da oposição, cujo presidente era o General Norton de Matos. Estas foram algumas das frentes em que o trabalho se desenvolveu e das muitas coisas que mudaram...



PCP 1921 ▶ 2001



ANOS

a fazer história
a construir futuro

O Partido

(1921-2001)

Em que outro lugar se sente
a inquietude mordendo os dias?,
porque os dias se querem inquietos
- quietude é coisa de mortos.

Em que outro lugar o passado
se cose ao futuro a fazer-se
e em que outro lugar aprendeste
teu inteiro nome de homem?
- pois vivas da terra ou do aço,
da pedra, do verbo ou da tela,
antes de tudo és um homem.



● Júlio
Dinis
foto

Em que outro lugar os teus olhos
descobrem a cor que se acende
quando as outras se apagaram?
- farol das vozes sem dono
movendo a engrenagem do mundo,
limpando o bolor da terra,
lavrando um país, uma aurora...

Em que outro lugar se compõe
esse livro inacabado?,
embora o saibamos escrito
com palavras tão antigas

que de tanto as termos usado
se foram polindo, ganhando
uma pele que não envelhece.

Em que outro lugar senão neste
és da cidade dos homens,
tens um rumo e uma morada?
Em que outro lugar aprendeste
que ninguém é uma ilha?,
que há sempre quem te olhe nos olhos
e te chame camarada.

J.P.M.

No Aniversário do Avante!

Um episódio simples

Na primeira metade da década de 50, almoçava, regularmente, nos dias de semana, na Cooperativa dos Trabalhadores de Portugal, em Lisboa, situada num baixo, mesmo no fundo da Calçada do Duque, junto da estação ferroviária do Rossio. Ali encontrava a fina flor dos antifascistas residentes em Lisboa com os quais convivi, troquei ideias e muito aprendi.

Uma das pessoas que ali encontrei foi a Maria Machado, uma mulher encantadora na sua modéstia e simplicidade, que passou largos anos na clandestinidade como valente funcionária do Partido Comunista e que por isso curtiu na Cadeia de Caxias dolorosos anos de reclusão. Já sem idade, saúde e energia para aguentar a violência da vida clandestina, numa espécie de reforma, frequentava a Cooperativa. Contudo,

Maria Machado



incapaz de parar na sua actividade de lutadora antifascista, mantinha, na legalidade, como actividade, utilíssimas tarefas de assistência aos presos políticos assim como em campanhas para a respectiva amnistia. Maria Machado era um livro aberto e contava muitos episódios passados durante a sua vida de militante a viver na clandestinidade.

Numa calma tarde de Verão, depois do almoço, sentados a uma mesa a bebericar um café, no decorrer da conversa amiga que travámos, contou-me, entre outros, um episódio da vida clandestina que, valendo-me da memória, passo a reproduzir. Aconteceu que ela e outros camaradas clandestinos viviam numa casa alugada nos arredores de Lisboa. Nessa casa funcionava uma tipografia clandestina onde era impresso o «Avante!». A Maria Machado aparecia perante a vizinhança como tia dos funcionários encarregados da impressão e distribuição do jornal. Tudo corria bem até que um dia repararam que havia uns sujeitos suspeitos a rondar a casa. Desconfiaram que eram agentes da PIDE que investigavam os movimentos dos ocupantes da casa. Deveriam estar talvez a seguir uma pista, deixada por algum dos funcionários do Partido que distribuía o «Avante!», ou tinham descoberto algo estranho em conversa com vizinhos. A orientação, quanto a segurança, era salvarem-se os militantes como preciosos quadros de luta que eram, e abandonar rapidamente a casa levando apenas o indispensável, para não levantar suspeitas com movimentações exageradas.

E que fazer do precioso material de impressão sempre difícil de conseguir? Na sua totalidade pesava uns bons quilogramas e era difícil fazer o seu transporte numa mala, mesmo pequena, sem causar suspeitas

aos que estavam a vigiar a casa que, quando algumas das suspeitas fossem confirmadas, actuariam rapidamente. Reunidos todos para estudarmos o problema surgiu uma ideia luminosa originada pela necessidade premente que fora causada pelo perigo que ali perto espreitava. Havia na casa um pequeno compartimento destinado a despensa onde seria possível fazer uma parede dupla e os tipos podiam ficar ali escondidos no pequeno intervalo entre as duas paredes, sem causar suspeitas se a casa viesse a ser visitada pela PIDE. Pela calada da noite foi contactado um camarada que ali perto negociava em materiais para a construção civil que cedeu tijolos e material para fazer argamassa. Cuidadosamente, aos poucos, pela calada da noite, com a maior rapidez possível, sem descuidos, foram transportados para o interior da casa tijolos, cal, cimento e areia. Com todos a ajudar o material foi acondicionado encostado à parede principal na menor espessura possível, foi depois levantada a parede dupla, rebocada e caiada com a preciosa ajuda de um dos funcionários, que tinha trabalhado na construção civil. O compartimento foi esculpulosamente limpo de modo a não haver vestígios da obra ali feita. E o material de impressão lá ficou escondido no pequeno intervalo entre as duas paredes.

Uma vez feito o serviço, sorrateiramente, de noite para não dar nas vistas, a casa foi abandonada de tal modo que não veio a causar suspeitas nos agentes da PIDE que vigiavam a casa.

Com uma bela risada a Maria Machado terminou a narração dizendo-me que os agentes da PIDE quando deram conta de que a casa estava vazia desistiram da vigilância. Mais tarde, acrescentou, passado o perigo, foi possível voltar à casa, a parede dupla foi demolida e os tipos recuperados e utilizados para

● Domingos da Costa Gomes

continuar a impressão do «Avante!» noutra lugar.

A Maria Machado era um livro aberto a contar episódios da vida clandestina em que desempenhara papéis importantes na impressão do «Avante!». Tinha sido professora e a sua cultura era preciosa para uma tal tarefa.

Foi pena que algum dos escritores que frequentavam a Cooperativa não tivesse passado à escrita o que a Maria Machado contava. Mas naquela altura era preciso guardar segredo rigoroso de episódios, modos de proceder e tácticas de defesa, em relação à acção da PIDE e havia também a Censura.

Em 1956 abandonei Lisboa e regresssei ao Norte e nunca mais tive ocasião de encontrar a Maria Machado. Mais tarde soube que ela havia morrido. Muitos mais episódios que ela contava poderiam ser recordados ainda por algumas das pessoas que com ela conviveram nos últimos anos da sua vida. Por essas pessoas poderia ficar a saber-se a maneira como era editado e impresso o «Avante!» e, sobretudo, a dedicação, a coragem e o carinho com que os militantes do Partido desempenhavam as tarefas que permitiram que, nas delicadas e difíceis condições da repressão salazarista, durante mais de 40 anos, o «Avante!» fosse o único jornal que se publicou sem passar pela Comissão de Censura e contra a própria Censura.

Seria bom procurar essas pessoas e perscrutar nas suas memórias factos que é pena se percam no olvido.

O «Avante!», que continua a ser o porta-voz da classe trabalhadora, a reclamar não só melhores condições de vida mas também mais e melhor Democracia, deveria contar também como se lutou naqueles tenebrosos tempos em que o fascismo salazarista tentou destruir Portugal.



8 de Março

A história de um infantário

É conhecido como o PCP trouxe à luta antifascista mulheres de várias camadas sociais, que se distinguiram através do trabalho no Partido, nos sindicatos e outras frentes. Esse trabalho tão importante para o derrube do fascismo foi também fundamental para a emancipação da mulher.

O meu depoimento, no entanto, é sobre outra forma de apoio a essa emancipação e que apesar de menos conhecida também foi desenvolvida pelo Partido antes do 25 de Abril.

Em 1973, os camaradas responsáveis pelo trabalho político em Campo de Ourique reuniram com alguns casais jovens que tinham participado na campanha eleitoral e sugeriram-lhes a criação de um infantário. Isto era uma necessidade sentida sobretudo pelas mães trabalhadoras. Foi pois com entusiasmo que lançaram mãos à obra. Alugar um andar, hoje Centro de Trabalho Pedro Soares, e depois de muito trabalho (limpar, consertar, pintar, etc.) e discussão, abriu-se o Infantário Cooperativo de Campo de Ourique – ICCO.

Para além do serviço que normalmente o infantário presta, este tinha ainda uma originalidade: os pais das crianças que o frequentavam asseguravam um regime de escala, às quintas-feiras e sábados das 20.30h às 24.30h, um serviço de *baby sitting*. Dentro do horário estabelecido, as crianças ficavam no infantário à guarda de um dos casais, permitindo aos outros umas horas livres. O ICCO ainda hoje se mantém, agora na Rua Domingues Sequeira!...

Uma cantina e uma lavandaria também faziam parte dos objectivos do grupo. Com o 25 de Abril, os camaradas responsáveis foram desviados para tarefas mais importantes.

Para aqueles que ainda não pertenciam ao PCP, como eu, a prioridade foi tornar-se seus militantes e lutar ao lado daqueles que lhes tinham dado o exemplo.

● Maria Adelina Coelho

Discriminação no desporto

Desde sempre a Mulher tem sabido dar voz à sua luta, quando vive e sente a injustiça e a discriminação social, cultural, económica e até desportiva a que ainda hoje é sujeita.

Hoje e em cada dia as suas vozes são fundamentais para a defesa dos seus direitos e na afirmação da sua vontade. Na escola e na oficina, nas artes e no desporto, na literatura e na dança, na ciência e na política, no campo e na cidade, nos países do mundo inteiro a participação das mulheres é e será sempre determinante para o progresso da humanidade e para a qualidade de vida de todos os povos.

● Odete Graça

Uma participação activa

As mulheres, e muito particularmente as mulheres comunistas, participaram activa e significativamente na resistência ao fascismo, lutando nos campos e nas fábricas por aumentos de salários e melhores condições de trabalho, contra a carestia de vida, encabeçando acções reivindicativas pelos seus direitos específicos, participando em diversas batalhas políticas pela liberdade e contra a repressão, ingressando na clandestinidade.

Elas fazem parte muito justamente da história da luta que tornou possível o 25 de Abril.

A luta pela emancipação da mulher, apesar de assumir um carácter específico pois elas são vítimas de formas particulares de exploração e discriminação por razões de sexo, foi sempre considerada pelo Partido como parte inseparável da luta contra o fascismo e pela liberdade.

No Partido as mulheres encontraram o organizador e impulsionador da sua luta. O Partido é por isso com toda a justeza considerado o Partido de defesa dos direitos da mulher e da sua emancipação.

As conquistas alcançadas pelas mulheres com o 25 de Abril não são separáveis da longa luta dos comunistas, património que no momento em que o PCP comemora o seu 80.º aniversário é indispensável recordar.

● Conceição Matos

Não podemos permitir

Neste Dia da Mulher e na semana em que se comemoram os 80 anos do Partido Comunista Português, é importante lembrar que a luta emancipadora das mulheres se enquadra num objectivo real global, numa luta que vem sendo travada por gerações de mulheres e homens – a luta emancipadora e libertadora da humanidade. Que por cada pequena batalha ganha é a nossa luta que avança.

Assim não podemos esquecer que, por motivos relacionados com as desigualdades no mercado de trabalho, se tem vindo a acentuar a feminização da pobreza.

Não podemos permitir que se deixe passar em branco os muitos despedimentos de jovens mulheres, só porque manifestam a intenção de ser mães.

Nós, jovens, mulheres e homens, do Partido Comunista Português, transportando a experiência de luta do nosso Partido, daremos certamente um contributo insubstituível para esta luta, tanto no plano pessoal como no plano social.

● Vanessa Silva

Bombas, políticos e análises

• João Amaral

No debate do voto, que o PCP apresentou contra os bombardeamentos sobre o Iraque, não se ouviu, da parte dos partidos que votaram contra, um qualquer argumento que justificasse esses bombardeamentos, nomeadamente à luz do direito internacional. As intervenções do PS, PSD e CDS-PP, com registos diferentes, convergiram em que as razões de direito não influenciavam o seu voto, eram as relações com as potências bombardeadoras a determinarem o que deviam votar. A intervenção do PS foi marcada pelo mais velho e relho anticomunismo. O PS votava contra pela aplicação da "regra da antinomia". Se os comunistas apresentaram o voto era por serem inimigos dos americanos. Ainda por cima, tinham o "arrojo" de registar que o Governo português não tinha aberto a boca. Isto, quando múltiplos governos, incluindo da União Europeia, criticaram a ilegal operação anglo-americana. A aplicação simétrica da mesma "regra de antinomia" levaria a concluir que o PS votava contra pela simples razão de ser amigo dos americanos. O PS sabe que as zonas de exclusão aérea não foram determinadas nos termos da Carta das Nações Unidas. Foram decididos unilateralmente pelos Estados Unidos, Reino Unido e França (sendo que desde 1998 a França se afastou da operação, por considerar "desvirtuada" a sua finalidade). O PS sabe que há uma grosseira violação do direito internacional. Nem o serôdico anticomunismo lhe pode sossegar a consciência da ilegalidade dos bombardeamentos! O PSD, estando de acordo com a posição de fundo do PS, encontrou um ponto fraco na posição do Governo. Trata-se de os ingleses e os americanos terem executado os bombardeamentos sem informarem os "aliados". A CNN soube antes do Eng. António Guterres e do ministro Jaime Gama. O PSD fez disso o tema da sua intervenção. E, cheio de coerência!, votou contra o voto do PCP. Quando chegou a vez do CDS-PP, só faltava falar verdade. Viu-se então o deputado do CDS-PP explicar, aos tristes oradores do PS e do PSD, aquilo que desde o começo deviam ter dito. Foi do CDS-PP que veio o reconhecimento de que a fundamentação do voto do PCP tinha todos os requisitos de veracidade. E foi do CDS-PP que veio a explicação

de que o problema era outro, era a "amizade" com os Estados Unidos. O voto podia estar cheio de razão, mas outro valor mais alto se levantava, o de não criticar o "aliado" americano. Ficámos a saber que o trio PS/PSD/PP põe o seu apoio submisso ao amigo americano acima da verdade e do direito. Até onde vai essa posição? O "El País" denunciava a utilização de bases espanholas nas operações americanas nas zonas de exclusão aérea no Iraque. E em Portugal? É verdade que as autorizações concedidas em 1991 aos Estados Unidos para utilizarem a Base das Lajes na guerra do Iraque se mantêm? A notícia do "El País" soma-se a inúmeras notícias e comentários de analistas, que criticaram, mais ou menos claramente, os bombardeamentos e o prosseguimento das desumanas sanções sobre o Iraque. Ao contrário de porta-vozes, como os representantes dos partidos que votaram contra o voto do PCP, a reacção da comunicação social foi de demarcação: desde a crítica frontal, passando por dúvidas e interrogações, até uma generalizada "falta de entusiasmo". Isso não sucedeu só em quadrantes de esquerda. Veio também de comentadores de direita. E também de comentadores ligados ao PS, até deputados, que escreveram o contrário de que foi dito na Assembleia. De facto, o embargo e as acções militares contra o Iraque estão a ser fustigados por uma opinião publicada e por uma opinião pública que cada vez mais lhes descobre a falta de legitimidade. Ainda hoje não estão claras as razões que levaram Saddam Hussein a lançar-se na anexação do Kuwait, como muito menos claras estão as razões que levaram os Estados Unidos a "salvarem" Saddam. As sanções produzem miséria e morte na população civil, mas não alteram as regras do jogo político-militar. Se a Saddam foi possível fazer cessar as inspecções da ONU, afinal quem controla o quê no Golfo? Collin Powell, na sua surtida no Médio Oriente, fala agora em "sanções inteligentes". Será que ao fim de 10 anos os americanos descobriram que as sanções caem fundamentalmente sobre o povo? Não. Desde sempre o souberam. O que está a mudar é a opinião publicada, e, com ela, a opinião pública. Nem tudo são maus sinais no panorama da comunicação social.



Registo de interesses dos árbitros em projecto de lei do PCP

Pôr cobro à discriminação

O Grupo Parlamentar do PCP propôs a suspensão do dispositivo legal que obriga ao registo de interesses dos árbitros das competições profissionais. Em debate na passada semana, e hoje submetida à votação, a proposta da bancada comunista visa pôr cobro ao que considera ser uma «injustiça relativa» e uma «discriminação».

O problema surgiu com o regime jurídico da federações desportivas proposto pelo Governo, em 1999, o qual estabeleceu a obrigatoriedade de os árbitros - e apenas estes - procederem ao registo de interesses, como se fossem os únicos intervenientes na competição.

Para Bernardino Soares, que interveio em nome da bancada comunista, o Governo agiu mal ao intervir de modo exagerado em domínios que deveriam no fundamental estar reservados ao campo associativo. Com um erro adicional que foi o de, sendo destinada a abranger todas as modalidades, a proposta ter sido feita a pensar no futebol profissional. Estava ainda quente, como lembrou o deputado comunista, um famoso caso envolvendo um árbitro de futebol, pelo que o Governo não perdeu a oportunidade para utilizar a «famosa tática do leu-jornal-escreve-na-lei», apressando-se a introduzir o registo de interesses para os árbitros das competições profissionais.

Ora, sempre que assim é, como a vida já demonstrou em situações similares, são inevitáveis «os entorses e as soluções pouco acertadas», sustentou Bernardino Soares. E tudo isto sem que tenha sido obtido qualquer ganho no plano da seriedade e da transparência, valores que devem pautar o fenómeno desportivo e em particular as competições profissionais.

Tranquilizar consciências

Tudo indica, porém, que o Governo não aprendeu a

lição. Em vez de emendar a mão, veio agora anunciar, no que é interpretado como uma solução «simples e imediatista», o alargamento de apresentação do registo de interesses a outros agentes desportivos.

O Governo não tem uma política desportiva digna desse nome

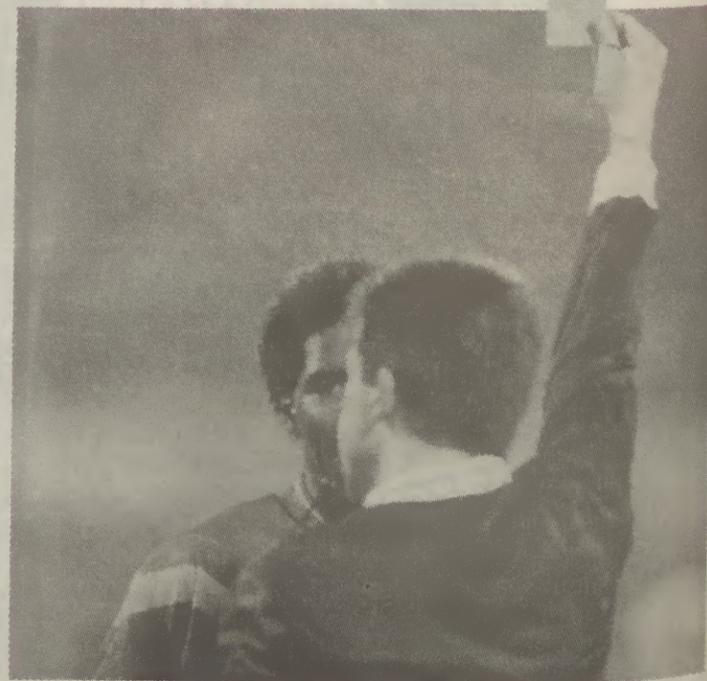
«Quais? A todos?», interrogou-se Bernardino Soares, para quem esta é apenas a forma de «descansar algumas consciências e preservar certas aparências» e não a via para garantir mais transparência e credibilidade.

Daf que a bancada comunista tenha encarado ainda

Soares -, evitar que se cometa o mesmo erro do Governo de legislar «em função do momento e dos condicionalismos conjunturais ou de sondagens telefónicas», isto é, optar por «soluções facilitistas e de maquilhagem».

Política sem rumo

Mas o debate acabou por ir muito para além da questão do registo de interesses. À baila, introduzida pela bancada do PCP, veio também a questão da política desportiva. Melhor dito, a ausência desta. É que, como esclareceu Bernardino Soares, não se pode falar em política desportiva quando esta «não tem qualquer perspectiva de fundo sobre a evolução do desporto português, sobre o fomento da prática desportiva, sobre a democratização do acesso ao desporto, nem sequer sobre o desporto de alta competição ou sobre o próprio desporto profissional».



O registo de interesses apenas sobre os árbitros gera uma flagrante injustiça

com maiores reservas a intenção do PS, defendendo, ao contrário, «profundidade e ponderação» na abordagem do problema, o que passa por um debate amplo que envolva todos os intervenientes. E, sobretudo - sublinhou-o Bernardino

O que temos assistido, concluiu, é à «mera gestão mediática da intervenção em matéria de desporto, uma intervenção quase só assente na vontade incontrolável do Governo em se imiscuir nos terrenos do futebol profissional».

Auxiliares de educação Injustiça reparada

Vai finalmente ser reparada a injustiça que atinge as educadoras de infância que durante um determinado período, antes da década de 80, exerceram funções docentes embora a sua categoria fosse a de auxiliares de educação. Em causa estava o facto de os anos em que desempenharam aquelas funções não contar nem para a

progressão na carreira nem para a reforma, situação esta que se arrastava há cerca de duas décadas. Um projecto de lei do PS, acolhido com satisfação pela bancada comunista, veio agora resolver o problema. Aprovado por unanimidade, faz hoje oito dias, na Assembleia da República, o diploma põe termo à situação infuqua que recaiu sobre cerca

de 300 pessoas que, como assinalou o deputado Bernardino Soares, cumpriram de modo indispensável funções docentes, ainda como auxiliares de educação, num período de carência, isto é, num tempo em que a expansão da educação pré-escolar não foi acompanhada pela existência de recursos humanos em número suficiente.

Medidas concretas em projectos de lei do PCP

Contra o branqueamento de capitais

O PCP quer ver uma política de decidido combate ao branqueamento de capitais. Com esse objectivo, utilizando o direito de agendamento potestativo, dois projectos de lei da sua autoria estiveram ontem em debate no Parlamento.

Num dos diplomas, o Grupo comunista visa aperfeiçoar a legislação destinada a prevenir e punir o branqueamento de dinheiro. No outro, trata-se de instituir um programa nacional de prevenção e combate a esse tipo de crime, criando, para o efeito, uma comissão nacional.

Tratando-se de um problema à escala planetária, que envolve poderosas organizações criminosas, com recurso a sofisticados meios, e onde se sabe que existem conexões entre o sistema económico e financeiro e o poder económico e político, o PCP avançou para estas propostas com a plena consciência de que este não é um combate fácil.

É sabido, aliás, que o branqueamento dos lucros fabulosos obtidos com o tráfico de droga, bem como de outras actividades criminosas, permanece praticamente impu-

Combater o branqueamento de capitais é combater a criminalidade organizada

ne. «Mas essa é uma situação com que não nos podemos conformar», sublinhou em declarações ao «Avante!», na véspera do debate, o deputado António Filipe, no que sintetiza bem a postura com que deve ser enfrentado o problema, na perspectiva da banca comunista.

Passar das intenções aos actos

No fundo, do seu ponto de vista, a grande questão reside em que uma política de eficaz combate ao tráfico de droga é indissociável da luta sem tréguas ao branqueamento de capitais. «Não haverá políticas eficazes no combate à droga enquanto o combate ao branqueamento de capitais continuar a ser o parente pobre dessas políticas», sublinhou o deputado do PCP, que, sem

deixar de reconhecer a importância de desenvolver políticas adequadas de prevenção do consumo de drogas, de tratamento de toxicodependentes, e evidentemente, de combate ao tráfico de droga, entende, porém, que não se pode esquecer que um elo fundamental - «o ponto nevrálgico das associações criminosas», observou -, é a passagem para o circuito legal das somas fabulosas geradas por práticas criminosas.

«Enquanto essa conversão não for efectivamente evitada e reprimida com eficácia, naturalmente que o crime continua a compensar. O insucesso na luta contra o branqueamento de capitais compromete irremediavelmente o sucesso das demais políticas de combate à droga. Enquanto os autores do crime de branqueamento de capitais não forem descobertos e punidos, não restam dúvidas de que os grandes beneficiários do crime permanecem intocados», afirmou ao nosso jornal António Filipe.

Perante a ineficácia verificada até agora no combate ao branqueamento de capitais, em larga medida devido à ausência de medidas e meios conformes à sua dimensão e gravidade, o grande desafio que hoje está colocado é, na opinião de António Filipe, passar das «piedosas intenções aos actos», ou seja, avançar decidida e corajosamente com acções que «lesem a sério os interesses dos poderosos que ganham fortunas fabulosas à custa da desgraça alheia».



O branqueamento de capitais é uma realidade em Portugal

Os números da ineficácia

O branqueamento de capitais existe, em Portugal, como crime autónomo, desde 1993. O balanço que se pode hoje fazer dessa criminalização aponta para um fraquíssimo índice de sucesso na sua dissuasão e repressão. De acordo com as estatísticas da criminalidade relativas a 1999 - os últimos dados oficiais disponíveis -, verifica-se que a Polícia Judiciária registou 34 processos de branqueamento de capitais. Destes, contudo, apenas dois chegaram ao fim, sendo que, condenações, essas, apenas ocorreu uma. E o que acontece, como nos disse António Filipe num comentário ao seu significado, é que estes números nem surpre-

endem, «na medida em que não se afastam da exiguidade dos números registados em anos anteriores».

Para esta situação concorrem, segundo o parlamentar do PCP, a falta de meios afectos à investigação deste tipo de crime; a falta de coordenação entre entidades que deveriam coordenar os seus esforços no combate ao branqueamento mas que actuam de costas; o incumprimento, por parte de várias entidades, designadamente das que actuam no sistema financeiro, de obrigações legais a que estão vinculadas; as imperfeições e inadequações de legislação que podem perfeitamente ser alteradas.

Prevenir e punir

Com um dos diplomas, em que se aperfeiçoam as disposições legais com vista a prevenir e punir o branqueamento de dinheiro proveniente de actividades criminosas, trata-se, em síntese, de alargar a tipificação deste tipo de crime em ordem a abranger, para além do tráfico de droga, outros crimes particularmente graves ligados à criminalidade altamente organizada.

Inscrito nos objectivos desta iniciativa legislativa, como sublinhou em declarações ao «Avante!» o deputado António Filipe, está também a aplicação de crime de associação criminosa aos casos de branqueamento, do mesmo modo que se procura agilizar o afastamento do sigilo bancário e fiscal quando esteja em causa a investigação de crimes de branqueamento de capitais.

Entre as medidas preconizadas no seu articulado encontra-se ainda o alargamento do prazo de suspensão de operações bancárias suspeitas por forma a viabilizar a respectiva investigação e evitar a sua consumação, ao mesmo tempo que são alargados os deveres de comunicação e notificação de operações suspeitas a entidades que actuam como intermediárias de negócios vultuosos e não têm presente nenhum dever de colaboração com as autoridades por forma a prevenir as operações de branqueamento.

No caso do projecto de lei que propõe a criação de um programa nacional de prevenção e combate ao branqueamento de capitais, dotado de uma Comissão Nacional destinada a coordenar a intervenção de entidades que têm indeclináveis responsabilidades nesta matéria, o principal objectivo está em que uma tal entidade - que na perspectiva do PCP deve ser «dotada de flexibilidade e não interferir nas competências próprias das várias entidades envolvidas -, possa, à semelhança do que acontece já em vários países europeus, assegurar a interdisciplinaridade indispensável que combata um crime tão complexo como é o de branqueamento.

A sua necessidade, segundo nos disse António Filipe, é inquestionável se atendermos sobretudo a que no nosso país as «entidades de supervisão do sistema financeiro praticamente não intervêm na prevenção do crime organizado». Assim sendo, concluiu, «é indispensável superar essa inércia, coordenar esforços e pôr em prática um programa que revele a vontade firme de combater o branqueamento, não apenas em palavras, mas acima de tudo em actos».

Perante o silêncio cúmplice do Governo

Indelma tenta novos despedimentos

Na Indelma/Siemens, empresa de electromecânica sediada no Seixal, tem vindo a acentuar-se a pressão da administração sobre os trabalhadores para que estes aceitem a rescisão dos contratos. Agrava-se assim a situação de instabilidade do emprego num dos maiores empregadores do distrito de Setúbal, isto depois de terem sido já eliminados centenas de postos de trabalho, e não obstante as declarações de responsáveis da empresa e do próprio Governador Civil de que não haveria qualquer diminuição dos níveis de emprego em consequência da transferência da produção para outros países.

A verdade é que essas garantias não estão a ser cumpridas desde que a Indelma, cujo capital social é integralmente detido pela multinacional Siemens, SA, decidiu em 1999 deslocalizar para a Lituânia e Turquia a produção de cablagens eléctricas para a Renault, cliente do ramo automóvel que tal como a Autoeuropa absorvia os seus produtos.

O preocupante silêncio do Governo pelo desenrolar dos acontecimentos levou já, entretanto, os deputados

comunistas Vicente Merendas e Odete Santos a questionarem o Governo sobre as medidas que este tem em curso no sentido de exigir da Indelma/Siemens soluções alternativas que permitam a manutenção dos níveis de emprego.

Tanto mais que ainda em Outubro de 2000, por decisão do Governo publicada em Diário da República, foram atribuídos àquela multinacional, oriundos dos dinheiros públi-

cos, mais de 70 mil contos de apoios. No requerimento dirigido ao Executivo - e esta é outra das questões por si colocadas - os parlamentares do PCP interrogam-se sobre «a que título e sob que fundamento político» concedeu o Governo tais ajudas quando se assiste hoje a uma inadmissível pressão psicológica sobre os trabalhadores com vista ao seu despedimento.

Importante é ainda saber, no entender de Vicente

Merendas e Odete Santos, que medidas tenciona o Governo adoptar com vista a impedir que a Siemens concorra em Portugal a grandes empreendimentos de obras públicas, enquanto esta multinacional mantiver uma atitude de promover o desemprego e preterir o nosso país em favor de outros motivada apenas pela busca de melhores condições de exploração da mão-de-obra e pelo acréscimo desenfreado do lucro.



A ameaça de despedimento volta a pairar sobre os trabalhadores

PCP relança debate
sobre o Serviço Nacional de Saúde

Por uma reforma democrática

O PCP tem várias propostas para a administração e gestão democrática das unidades de saúde. Todas elas convergem no sentido de uma reforma democrática do Serviço Nacional de Saúde, visando a sua defesa e a melhoria dos serviços prestados à população.

Foram algumas dessas propostas que estiveram anteontem em debate no decorrer de uma audição parlamentar promovida pela bancada comunista e para a qual foram convidadas numerosas entidades, nomeadamente os dirigentes (administrações e direcções clínicas e de enfermagem) de todos os hospitais e centros de saúde, bem como várias personalidades ligadas à área da saúde, ao poder local e ao meio sindical.

Entre as propostas preconizadas pelo PCP - que deseja ver relançado o debate sobre esta matéria e quer acolher o máximo de contributos, sugestões e críticas -, está a da adopção do concurso como método de selecção dos membros dos conselhos de administração dos hospitais e das direcções dos centros de saúde. A base do concurso é o caderno de encargos elaborado pela Administração Regional de Saúde, defendendo os deputados comunistas

A articulação entre serviços visando a melhoria dos cuidados de saúde é condição para uma política que defenda o SNS

que o júri de avaliação das candidaturas deverá possuir uma composição idónea e diversificada. Trata-se, em síntese, como foi referido, de sobrepor à nomeação a «competência e o comprometimento com objectivos de produção de cuidados de saúde».

A introdução de novos mecanismos de articulação entre as unidades, através da valorização dos sistemas locais de saúde, atribuindo-lhes relevantes competências, constitui outra das medidas que o PCP gostaria de ver incrementadas, em paralelo com a participação das autarquias em órgãos com poder de decisão ao nível dos referidos sistemas locais, como forma de introduzir a perspectiva das populações e assim adequar melhor a gestão dos recursos às necessidades reais.

Melhorar o sistema

A ideia de que é possível aperfeiçoar os mecanismos

de gestão e administração dos serviços públicos é, aliás, perfilhada desde há muito pelo PCP, que critica os vários governos por nunca verdadeiramente terem feito esforços nesse sentido.

Os comunistas não compartilham, por outro lado, da ideia de que os serviços de saúde funcionam mal em resultado de uma inevitável tendência dos sistemas públicos para o desperdício e para a ineficiência. Lembrem, a este propósito, que a gestão privada visa a obtenção do lucro e que tais teorias «esquecem propositadamente» os entraves que foram sendo criados à gestão pública e ao desenvolvimento das suas potencialidades.

Para os comunistas são outras, pois, as causas que determinam uma menor capacidade de resposta das unidades públicas de saúde. Entre outras, lembradas foram no decurso da audição, por exemplo, a «subjeição a uma política de asfixia financeira», «critérios de gestão incompetentes e partidarizados», a «manutenção de injustificados entraves jurídicos e burocráticos», o poder de decisão centralizado na tutela, a ausência de estímulos e objectivos de produtividade e as atrás referidas falhas de articulação entre as unidades de saúde e falta de participação das populações, das autarquias e dos profissionais na gestão.

Incentivos à comunicação social

Governo penaliza os cumpridores

A bancada comunista requereu a apreciação parlamentar do diploma governamental que estabelece o novo sistema de incentivos do Estado à comunicação social. Na base desta iniciativa, formalizada faz hoje oito dias, está a discordância do Grupo Parlamentar do PCP quanto à decisão do Governo de alterar de novo a legislação que regula o sistema de incentivos do Estado à comunicação social na área do porte pago.

Em causa está designadamente a redução de 100 para 80 por cento da participação nos custos das expedições postais para assinantes residentes no território nacional às publicações periódicas de informação geral.

Entendem os deputados comunistas que esta alteração constitui «uma penalização dos órgãos de comunicação social regional», que se vem juntar a outros constrangimentos agora também agravados em resultado da decisão do Governo.

Ao não separar o trigo do joio, assinala o Grupo comunista no texto em que solicita a ratificação do decreto-lei, o Governo penaliza igualmente «os que cumprem com seriedade, rigor e qualidade a sua função com os que sobrevivem unicamente na base da utilização abusiva do sistema de incentivos».

As alterações propostas pelo Governo carecem ainda de sentido, do ponto de vista do PCP, na medida em que a legislação vigente,

em resultado de uma emenda introduzida pela Assembleia da República em 1997, também em processo de ratificação, já comportar um regime de fiscalização e controlo de incentivos e de penalização da sua utilização abusiva, «compatibilizado com o sistema de apoios que são devidos pela função social que desempenha, à comunicação social digna desse nome».

O que parece emergir de todos estes factos é que o Governo e em particular o secretário de Estado da Comunicação Social - e é a essa conclusão que chega o PCP - «nunca se conformaram com o exercício pela Assembleia da República das suas competências constitucionais».



As populações afectadas pelas inundações dependem da ajuda internacional que tarda a chegar

A situação dramática em Moçambique pode ser discutida na reunião ACP-UE

Ajuda urgente

O deputado, do PCP, Joaquim Miranda apresentou a proposta de resolução para que as inundações em Moçambique possam ser tema da reunião da Assembleia Paritária ACP-UE.

A proposta do deputado comunista chama a atenção para a «chocante lentidão e exiguidade dos meios disponibilizados no plano internacional para a ajuda a Moçambique», país que está a ser mais uma vez devastado por grandes inundações que causaram a destruição de culturas agrícolas, a perda de milhares de cabeças de gado, para além de grandes dificuldades no domínio do abastecimento de água potável e de alimentos às populações.

Joaquim Miranda recorda ainda que as intempéries provocaram no ano passado 700 mortes e prejuízos estimados em 600 milhões de dólares (cerca de 130 milhões de contos), lamentando que «parte significativa dos fundos pro-

metidos pelos doadores na Conferência de Roma, em Maio de 2000, incluindo fundos da UE, ainda não tinham sido entregues até Dezembro» do ano passado.

O documento apela ainda aos estados-membros e à Comissão para que procedam à anulação total da dívida externa, bilateral e comunitária de Moçambique, apoiando a realização de uma nova conferência internacional sobre Moçambique. Esta iniciativa teria como objectivo fazer o ponto da situação sobre a aplicação das medidas decididas na anterior conferência, mobilizar a indispensável ajuda de emergência a nível internacional e no sentido de fazer o ponto da situação e adoptar medidas no plano económico e

financeiro que contribuam para a necessária reconstrução das regiões afectadas e a recuperação da economia moçambicana.

Por fim o deputado considera «urgente a criação de estruturas e mecanismos de cooperação internacional que possibilitem o pronto socorro de populações sinistradas, mobilizando os extraordinários recursos técnicos actualmente existentes para fins efectivamente humanitários e não para prosseguir objectivos armamentistas e intervencionistas.

A Assembleia Paritária ACP-UE reúne em Libreville, no Gabão, entre os dias 19 e 22 do corrente mês. Recorde-se que é constituída por 142 membros, sendo metade deputados do Parlamento Europeu e outra metade de parlamentares de países de África, Carábas e Pacífico, entre os quais se encontram os países africanos de expressão portuguesa.

É preciso não esquecer!

«Os Balcãs, o ambiente, o urânio empobrecido e a União Europeia» foi o tema de um seminário realizado nos dias 23 e 24 de Fevereiro, em Salónica, na Grécia, por iniciativa conjunta do Partido Comunista Grego e do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica, no qual se integram os deputados europeus do PCP.

Para além de vários eurodeputados e especialistas nestas matérias, nos trabalhos interveio Rui Namorado Rosa, professor da Universidade de Évora, que abordou os efeitos do urânio «elemento altamente tóxico quando inalado ou ingerido e, também, geneticamente perigoso».

Neste sentido, considerou que «as munições utilizadas nos Balcãs, como também no Golfo, são de facto armas de guerra química de efeito retardado, eticamente repugnantes, que condenam as actuais e futuras gerações, a população civil e os militares enviados para os campos de operações».

Namorado Rosa, cuja intervenção integral contamos publicar em próxima edição, sublinhou ainda que «a propaganda da guerra limpa com armas cirúrgicas, que supostamente por tal seria uma guerra "boa", não só é moralmente inaceitável porque todas as guerras são sujas e más, como se revela e descobre ser uma monstruosa mistificação, pois contaminando um território, após o que seria o fim da guerra, a doença e a morte permanecem».

Na iniciativa, foi reafirmada a posição do PCP que exige a dissolução da NATO e se opõe ao projecto em curso de militarização da União Europeia.

Agenda social desilude

A Comissão de Assuntos Sociais do Parlamento Europeu criticou severamente o programa de trabalho da Comissão Europeia para 2001. Os deputados, reunidos na passada semana, afirmam que o novo programa não abrange a totalidade das exigências feitas pelo Parlamento em Outubro passado, quando se pronunciou sobre a agenda social para o período 2001-2005.

A Comissão Europeia não propõe nenhuma das iniciativas reclamadas pelos eurodeputados no sentido de reforçar os direitos colectivos e individuais dos trabalhadores e as condições de trabalho. O Parlamento considera que são necessárias medidas legislativas relativas a uma série de assuntos, nomeadamente sobre várias categorias de profissões não convencionais, protecção individual contra o despedimento abusivo e a introdução de um controlo transfronteiriço em matéria de direitos sociais e fiscais. Foram ainda expressas preocupações face à ausência de iniciativas nos domínios da saúde e da segurança no trabalho.

A lentidão da Comissão Europeia foi outro aspecto realçado com deputados a lembrarem que a adopção da agenda social na cimeira de Nice obriga os chefes de Estado e de governo a reverem a directiva sobre os comités de empresa em 2002, assim como a directiva sobre os despedimentos colectivos e sobre os direitos dos trabalhadores em caso de deslocalização de empresas. Se a Comissão Europeia não apresentar este ano as correspondentes propostas, os deputados afirmam que será impossível respeitar o calendário decidido em Nice sobre os comités de empresa.

Negociações da OMC

Agricultura é especial

Por proposta dos comunistas, a Comissão da Agricultura do Parlamento Europeu afirma explicitamente que, nas negociações da OMC, «os produtos agrícolas não podem ser considerados como uma mercadoria»

A reunião da passada semana da Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu teve em vista as próximas negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio, cujo Comité da Agricultura irá reunir durante o mês em curso.

O parecer destinado à Comissão da Indústria, do Comércio Externo, da Investigação e da Energia, cujo relator foi o eurodeputado do PSD, Arlindo Cunha, manifesta uma série de preocupações em relação ao carácter «estritamente liberalizador de que se reveste o Acordo de Marraquexe sobre a agricultura», o qual ameaça o modelo europeu de agricultura.

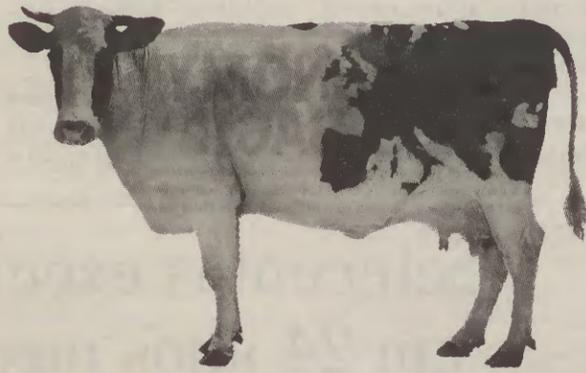
O documento, num parágrafo proposto pela deputada Ilda Figueiredo e pelo espanhol Jové Peres, considera que «a progressiva liberalização das trocas agrícolas ao nível mundial, com o respectivo abaixamento dos preços agrícolas, acentuou os processos de concentração da terra, intensificação produtiva, “verticalização” da produção e dependência alimentar, premiando uma lógica da maior rentabilidade a baixo custo, é responsável pelas actuais crises do sector agrícola (BSE, dioxinas, lamas de depuração, etc.), com graves consequências ao nível da segurança alimentar, da saúde humana, da qualidade dos alimentos e da manutenção da fileira produtiva».

A lógica do lucro é responsável pela actual crise da BSE

Igualmente por proposta daqueles dois deputados do Grupo da Esquerda Unitária, a Comissão da Agricultura «exige uma revisão do acordo de Blair House de 1992, para que a UE possa produzir as proteínas vegetais correspondentes às suas carências em matéria de alimentação animal, nomeadamente por forma a não ser obrigada a importar de países terceiros oleoproteínicas passíveis de conter OGM» (organismos geneticamente modificados).

Salvar o espaço rural

Exigindo «um ciclo global de negociações com vista a salvaguardar o modelo europeu de agricultura», os eurodeputados defendem acordos sobre a aplicação de novas regras sanitárias multilaterais; sobre os métodos de produção utilizados; e sobre a protecção das denominações geográficas e das denominações de origem.



Para além de exigir o reforço do artigo 20.º de do acordo de Marraquexe sobre a agricultura, o documento refere claramente que «no novo quadro agrícola resultante destas negociações», os produtos agrícolas «não podem ser considerados como uma mercadoria». E isto porque é entendimento dos eurodeputados que os futuros acordos devem garantir a «sobrevivência do modelo europeu de agricultura e o carácter multifuncional da actividade agrícola». Ou seja pretende-se assegurar «a presença dos agricultores no espaço rural» por forma a garantir «as dimensões sociais, ambientais e de segurança alimentar ligadas à actividade agrícola».

Neste sentido, o documento considera que «as modalidades de apoio interno deverão ter especial consideração a situação dos pequenos agricultores», referindo-se ainda, por proposta dos deputados da Esquerda Unitária, à situação específica da «agricultura familiar».

Os deputados são ainda de opinião que «o novo acordo agrícola deve ser compatível com um tratamento especial e diferenciado dos países em desenvolvimento e em particular com os países menos avançados».

UE revê orçamento

O Parlamento Europeu aprovou o orçamento rectificativo e suplementar para o presente ano, cujo objectivo principal é de disponibilizar fundos para fazer face à crise da BSE. A proposta aprovada prevê a atribuição de 700 milhões de euros (140 milhões de contos) para o abate de animais e destruição de carcaças, 238 milhões (cerca de 48 milhões de contos) para prevenir a queda dos preços no mercado de carne de bovino, e 33 milhões de euros (cerca de 6,5 milhões de contos) para financiar perto de 2,2 milhões de testes à BSE adicionais que deverão ser realizados até 30 de Junho. Ao todo, o orçamento comunitário inclui mais

971 milhões de euros suplementares (cerca de 194 milhões de contos).

Apesar do montante astronómico, a deputada, do PCP, Ilda Figueiredo considerou que este orçamento «é insuficiente e corresponde apenas as medidas temporárias», afirmando ainda que as consequências da BSE se encontram subestimadas. «As estimativas apresentadas por organizações de agricultores apontam para três mil milhões de euros» (cerca de 600 milhões de contos), ou seja, três vezes mais do que o orçamento pela Comissão Europeia.

Ilda Figueiredo defendeu neste sentido a revisão das

perspectivas financeiras porque, sublinhou, «os agricultores não podem pagar uma crise da qual não são responsáveis». Por outro lado, a eurodeputada salientou que a urgente reforma PAC «não deve ter como objectivo encontrar poupanças orçamentais, mas, sim, a protecção da produção, em respeito pela segurança alimentar, a defesa da soberania alimentar, a promoção das especificidades regionais e a coesão económica e social, garantindo o rendimento aos agricultores, através de um preço justo à produção e produtos agrícolas seguros e de qualidade aos consumidores».

A Europa dos «grandes»

• Pedro Guerreiro

O Tratado de Nice, assinado no passado dia 26 de Fevereiro, veio alargar a aplicação da decisão por maioria qualificada a diversas áreas como a definição do mandato de negociação de acordos internacionais nos domínios do comércio, dos serviços, da propriedade intelectual (mesmo que neste domínio exclua algumas áreas, como a cultura, saúde, educação e transportes), e dos Fundos Estruturais e Fundo de Coesão (após a definição do próximo quadro financeiro prevista para 2007). Convém lembrar que a decisão por unanimidade (que possibilita o direito de veto quando esteja em causa a defesa de interesses nacionais) iguala os estados-membros, pois cada tem um voto, o que não acontece na decisão por maioria qualificada onde o peso de cada Estado é diferenciado. Com a passagem da decisão por unanimidade para a decisão por maioria qualificada nos Fundos Estruturais e Fundo de Coesão,

Itália e Espanha (especialmente esta última) reforçam o seu peso na tomada de decisão no Conselho. Ou seja, a percentagem de votos destes cinco países passa de 55,2% para 60,2%, numa UE com 15 estados-membros, e de 36,5% para 41,4% numa UE a 27. Com excepção da Holanda, todos os outros perdem peso no processo de decisão ao nível do Conselho, incluindo, obviamente, Portugal. Importante é ainda a introdução do limiar de 62% da população como uma terceira condição para viabilizar uma decisão por maioria qualificada, o que reforça especialmente o peso da Alemanha que pode bloquear qualquer decisão com dois outros dos denominados «grandes». Em Nice foi ainda quebrado o princípio (mesmo que condicionado) da presença de todos os estados-membros na Comissão Europeia, o único órgão com poder de iniciativa da UE. A sua composição passa a ser decidida por maioria qualificada e o seu presidente vê os poderes aumentados, decisões

que aprofundam o carácter supranacional da Comissão. A composição do Parlamento Europeu também sofrerá modificações com o alargamento da UE. De todos os actuais estados-membros, só Alemanha (e numa ordem de grandeza completamente diferente, também o Luxemburgo) manterá o seu



Portugal perde poder de negociação numa área tão fundamental como a dos instrumentos financeiros que dão suporte à coesão económica e social, num momento em que se perspectiva o alargamento da UE.

É de salientar que no projecto do Tratado, era indicado o período das próximas perspectivas financeiras - de 2007 a 2013 -, enquanto que na versão assinada a 26 de Fevereiro desaparece esta referência, sendo incluídas duas declarações contraditórias, uma da Grécia, Espanha e Portugal que afirma que o quadro financeiro deve ser para sete anos, e outra da Dinamarca, Alemanha, Holanda e Áustria que afirma que tal questão é da iniciativa da Comissão.

Diferenças acentuadas

O Tratado de Nice facilita as chamadas «cooperações reforçadas», anulando a possibilidade de veto (com excepção na PESC), e diminuindo o número necessário de estados-membros que podem avançar separadamente em processos de integração. Ao permitir que alguns países aprofundem entre si níveis de integração, este mecanismo irá acentuar a já existente diferenciação entre os estados membros, levando à institucionalização de um núcleo duro. O debate sobre o futuro da UE clarificará o quanto este mecanismo servirá de suporte ao aprofundamento da integração de orientação federal.

A Alemanha, Reino Unido, França,

número actual de deputados, quando todos os outros perdem lugares.

«Pós-Nice»

Na reunião do Conselho de Assuntos Gerais, que antecedeu a assinatura do Tratado, esteve em debate o denominado processo «pós-Nice», cuja primeira fase, que culminará no Conselho de Laeken já sob presidência belga, foi ontem formalmente iniciada pela presidência sueca.

Este novo processo, embora com objectivos antigos, foi lançado numa declaração anexa ao Tratado e visa encontrar soluções para ultrapassar as contradições e promover o aprofundamento da integração de orientação federal da UE. De referir que a Alemanha tem vindo a assumir a iniciativa em todo este processo. Iniciativa que é igualmente patente na forma como procura condicionar todo o processo de alargamento, basta lembrar as suas iniciativas em torno da Política Agrícola Comum ou relativas à limitação da livre circulação de pessoas.

Mesmo com contradições, o Tratado de Nice reforça o poder dos «grandes» no processo de decisão e limita a utilização do direito de veto, dando mais um passo no aprofundamento do processo de integração de orientação federal da UE. Com consequências negativas para a soberania nacional, é de lamentar que mais uma vez PS e PSD se preparem para ratificá-lo na Assembleia da República.

Vitória de Pires em Cabo Verde

Pedro Pires venceu Carlos Veiga por 17 votos na segunda volta das presidenciais cabo-verdianas de 25 de Fevereiro. Os dados, divulgados pela Comissão Nacional de Eleições (CNE) aos comités de campanha dos dois candidatos, foram anunciados oficialmente segunda-feira. Entretanto, os resultados podem não ser considerados definitivos, uma vez que o Supremo Tribunal deve pronunciar-se sobre 12 recursos apresentados pelos candidatos.

China

Ao reconhecer que as diferenças sociais da China estão a agravar-se, o primeiro-ministro Zhu Rongji prometeu esta semana elevar o nível de vida dos cerca de 900 milhões de camponeses do país. Pelas contas do governo, durante o plano anterior, o rendimento *per capita* nas zonas rurais subiu apenas 4,7 por cento (menos um ponto que nas áreas urbanas), atingindo 2253 yuan (60 contos) em 2000, quase um terço do valor registado nas cidades. Rongji defendeu que o papel da agricultura como «base da economia» deve ser «reforçado» e pediu «mais esforços para estimular a industrialização da produção agrícola», nomeadamente através do recurso a novas tecnologias.

Justiça peruana condena Fujimori

A procuradoria-geral do Peru apresentou à Justiça as primeiras acusações criminais contra o presidente destituído Alberto Fujimori, incluindo a acção de abandono do cargo e negligência no desempenho das suas funções. O ex-presidente peruano é acusado pela população e oposição de estar envolvido em «esquemas» de corrupção liderados pelo então chefe dos serviços secretos, Vladimiro Montesinos.

Protesto anti-Wahid

Cerca de dois mil estudantes indonésios manifestaram-se na passada semana em Jacarta e tentaram entrar no edifício da presidência, exigindo a demissão do presidente Abdurrahman Wahid. Depois de se manifestarem em frente ao edifício presidencial, onde queimaram a figura do presidente Wahid e o apelidaram de «rei da corrupção», os manifestantes dirigiram-se à rádio nacional, com a intenção de difundir um protesto, mas foram impedidos de entrar pela polícia. A polícia antiterrorismo ergueu um cordão de segurança para impedir o acesso dos estudantes à rádio nacional, mas não se registou qualquer acto de violência. Numa primeira fase do processo de destituição, o Parlamento indonésio advertiu Wahid sobre o seu presumível envolvimento em dois escândalos financeiros que rondam os seis milhões de dólares, cerca de um milhão e 300 mil contos.

Os povos índios de todo o México sobrevivem nas mais escandalosas condições de miséria

Marcha Zapatista até à capital

A caravana zapatista por um «Estado mexicano mais justo e solidário» chega domingo à capital do país.

O clima que se vive na Cidade do México é de grande expectativa. Esta segunda-feira realizou-se na capital um «Concerto para a Paz», com os grupos «rock» mexicanos mais importantes, em que participaram cerca de 100.000 pessoas.

O vocalista dos «Jaguars», uma das bandas convidadas para o concerto, apelou aos seus compatriotas para «colaborarem com a ansiada unificação nacional, o despertar da consciência social e a recuperação do conceito de tribo que sempre caracterizou a sociedade mexicana».

A Caravana Zapatista, da qual fazem parte 23 comandantes do Exército de Libertação Nacional (EZLN), deixou a localidade de San Cristobal de Las Casas na passada semana iniciando um périplo de 3 mil quilómetros através de 12 estados do Centro e do Sul do México até chegar à Cidade do México no dia 11 de Março.

Os membros da Caravana saíram desarmados, num autocarro de turismo, seguidos por uma caravana com cerca de uma centena de veículos, que transporta índios, voluntários nacionais e estrangeiros.

Segundo o líder da caravana EZLN, subcomandante Marcos, o objectivo é fazer política sem armas, pois acredita que «é o momento de ajudar à construção de um Estado mexicano mais justo e solidário». Uma necessidade premente, afirma porque «os povos índios de todo o Méxi-

co sobrevivem nas mais escandalosas condições de miséria».

Entre as exigências da marcha constam o encerramento de sete bases militares localizadas na proximidade das comunidades índias, a aprovação da carta dos direitos dos índios e a libertação de todos os presos do movimento zapatista.

O presidente do México, Vicente Fox, garante que fazer a paz com os zapatistas é um objectivo chave da sua política, e que por isso a Caravana «será bem recebida, tendo o governo tomado medidas de segurança, com receio de que esta possa vir a sofrer ataques exteriores».

Um grupo de governadores e senadores criticou no entanto os zapatistas por se recusarem a tirar as máscaras de esqui que os caracterizam desde 1994. Já os empresários temem que a marcha possa assustar os investidores estrangeiros.

A «Zapatour», como foi denominada pelos jornais mexicanos, começou com uma concentração de dez mil índios, onde foi decidido que Marcos não seria o porta-voz do movimento, mas Fernando Yañes, um ex-comandante da guerrilha.

Ameaça de atentado

O subcomandante Marcos foi ameaçado de atentado em vésperas do início da sua marcha até à Cidade do México, indicaram fontes eclesiásticas.



A situação social no México é bastante crítica

Situação social

Segundo várias organizações de Direitos Humanos a situação social no México é bastante crítica:

- Existência de presos de consciência.
- Defensores dos direitos humanos e jornalistas ameaçados e assediados.
- Tortura e maus tratos generalizados por parte da polícia e do exército.
- «Desaparecimento» de centenas de pessoas.
- Notícias de pessoas, incluindo criança, executadas extrajudicialmente.
- Aumento dos atropelos dos direitos huma-

nos por parte das forças policiais, exército e grupos paramilitares.

- Agudização da guerra suja em Chiapas.
- Impunidade para os violadores dos direitos humanos.
- Massacres premeditados e étnicos.
- Recusa de assistência médica aos presos.
- Violência e violação de crianças na Cidade do México.
- Dezenas de pessoas mortas pela tortura.
- Expulsão sistemática de observadores de organizações de defesa de direitos humanos.

Segundo as mesmas fontes, o telefonema recebido na diocese de San Cristobal, no estado de Chiapas, indicava que o atentado poderia ocorrer quando o líder zapatista atravessasse o estado de Oaxaca a caminho da capital mexicana, o que não se verificou.

A ameaça foi feita por um grupo denominado «Cortamortajas», aparentemente integrado por atiradores a soldo, presumivelmente responsáveis por sete assassínios na zona do istmo de Tehuantepec, uma das

regiões mais pobres do estado de Oaxaca que a caravana tem de atravessar para chegar à capital do estado.

Fernando Yañes, anunciou que o exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) «responsabilizará» o presidente mexicano, Vicente Fox, por qualquer atentado contra a caravana durante o trajecto com destino à capital, mas sublinhou: «Nenhuma ameaça nos desviará do nosso objectivo.»

O EZLN entregou o caso às autoridades para que seja aberta uma investigação e

reforçou as medidas de segurança em torno da comitiva.

A «Zapatour» viveu enquanto uma jornada negra, na passada sexta-feira. Um dos autocarros que transportava os acompanhantes internacionais da delegação ficou sem travões numa encosta e chocou com nove veículos da organização. A colisão provocou um morto e cinco feridos, e neutralizou o autocarro onde viajava o subcomandante Marcos, juntamente com os 23 delegados indígenas da guerrilha zapatista.

Nicarágua Congresso da FSLN

O III Congresso da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), realizado em 24 e 25 de Fevereiro, em Manágua, ratificou Daniel Ortega como o seu candidato presidencial.

A política de alianças para as próximas eleições gerais e presidenciais, numa altura em que a Nicarágua vive uma situação económica e social muito difícil, com a corrupção generalizada ao nível do aparelho de Estado, esteve no centro das atenções dos sandinistas, que recentemente recuperaram importantes posições nos órgãos de Poder Local.

O PCP fez-se representar por Agostinho Lopes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, que ao intervir na sessão

de encerramento do Congresso salientou «a acção heróica da FSLN» contra a ditadura de Somoza e o imperialismo norte-americano.

Manifestando a solidariedade dos comunistas portugueses, Agostinho Lopes valorizou o facto de a FSLN, apesar de derrota eleitoral sofrida em 1990, ter «proseguido a sua acção em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo nicaraguense» e permanecer hoje «como a única alternativa de progresso social à direita instalada no poder».

Agostinho Lopes encontrou-se com Daniel Ortega e outros dirigentes da FSLN, confirmando-se o interesse comum em desenvolver as relações de amizade e solidariedade entre os dois partidos.

Setecentos executados em 24 anos nos EUA

O condenado à morte número 700 foi executado na passada semana nos Estados Unidos, depois do restabelecimento da pena capital no país pelo Supremo Tribunal norte-americano em 1976, revela a Amnistia Internacional.

«Os 700 homens e mulheres executados até hoje foram seleccionados por um sistema minado pela arbitrariedade, a discriminação e os erros judiciais», de acordo com a organização de defesa dos direitos do homem, com sede em Londres.

«Entre os 700 condenados, alguns eram menores quando cometeram os seus crimes, outros eram deficientes mentais ou não puderam beneficiar de uma defesa adequada, outros eram estrangeiros a quem recusaram o direito de ser assistidos pela diplomacia e houve pessoas cuja a culpa não foi comprovada», refere a amnistia num comunicado difundido pela AFP.

A questão da pena de morte voltou a estar em foco nos Estados Unidos, depois de Timothy McVeigh, autor do

atentado de 1995 que matou 168 pessoas em Oklahoma City, ter pedido a transmissão televisiva da sua execução, marcada para 16 de Maio no estado do Indiana, para todo o país.

Os partidários da pena capital que promovem a transmissão assinalam que seria dissuasória para outros criminosos, enquanto os opositores indicam que seria um espectáculo mórbido.

A polémica intensificou-se desde há um ano, quando o governador do estado de Illinois estabeleceu uma moratória sobre as execuções, depois da confirmação de que mais de uma dezena de condenações à morte foram erroneamente ditadas.

A Amnistia Internacional salientou ainda que as execuções nos EUA vão contra a tendência do resto do mundo, que é a favor da abolição da pena capital. «Desde que os Estados Unidos retomaram as suas execuções, mais de 60 países aboliram a pena de morte», sublinha a organização.

Moldova

Vitória comunista

O Partido dos Comunistas da República da Moldova venceu com maioria absoluta as eleições legislativas de 25 de Fevereiro.

Dez anos depois da desintegração da URSS, os comunistas da Moldova conseguiram nas eleições legislativas antecipadas uma vitória esmagadora: 50,2 por cento dos votos e a eleição de 71 dos 101 deputados no Parlamento daquela ex-república soviética. Com estes resultados, e de acordo com a Constituição moldova, o PCRM vai

80 por cento dos moldovos vivem abaixo do limiar de pobreza

nistas e outras forças concentraram nele os seus votos na segunda volta das eleições para evitar o triunfo de Mircea Snegur, dirigente do Partido do Renascimento e Concórdia da Moldova (pró-romeno). Posteriormente, alterações na Constituição remeteram a escolha do Presidente para o Parlamento, ao mesmo tempo que o respectivo mandato

Derrota anunciada

Enfrentar o veredicto popular era certamente a última coisa que o partido do primeiro-ministro cessante, Dumitru Braghis, desejava. Os sinais de descontentamento popular vinham a acumular-se desde 1991, agravando-se significativamente no ano passado. Em Maio, o fim dos transportes públicos gratuitos para os estudantes foi a gota de água que fez transbordar a ira dos moldovos. A capital, Chisinau, viveu dias de tumultos.

Consciente da crescente fragilidade do governo, Dumitru Braghis formou uma aliança de seis partidos para disputar as eleições de Fevereiro. De nada lhe valeu. O Bloco Eleitoral "Aliança Braghis" não foi além dos 13,4 por cento (19 deputados). Quanto aos restantes partidos, apenas o democrata-cristão PPCD (de direita) conseguiu ultrapassar a barreira dos seis por cento, mínimo para eleger deputados, ficando com 8,3 por cento e onze lugares.

O desastre eleitoral da direita é o corolário lógico da política

seguida no país desde 1991. Eleita pelo Ocidente como «modelo» da transição para a democracia e o capitalismo, a pequena Moldova (pouco mais de um terço da superfície de Portugal) passou no curto espaço de dez anos para um lugar que ninguém inveja: é hoje o Estado mais pobre da Europa. De acordo com os próprios dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia do país registou nesse período uma queda de 60 por cento. Mais de 80 por cento dos 4,6 milhões de moldovos vivem hoje abaixo do limiar de pobreza.

Saudação do PCP

O Secretariado do CC do PCP enviou ao Comité Central do Partido dos Comunistas da República da Moldova «as calorosas saudações dos comunistas portugueses» pela «grande vitória eleitoral» alcançada. Na sua mensagem, o PCP exprime ainda «os melhores votos de sucesso» na actividade do PCRM «em prol dos interesses dos trabalhadores e do povo da Moldova, da sua recuperação económica, social, cultural e política, da soberania e da paz.»

● Miguel Urbano Rodrigues

Cuba e EUA no palco de Genebra

O governo de George Bush iniciou com larga antecedência a campanha que tem por objectivo obter em Abril, na Comissão dos Direitos Humanos da ONU, a aprovação de um texto que coloque Cuba no banco dos réus. Derrotada em anos sucessivos, essa manobra teve êxito no ano passado devido à cumplicidade da República Checa e à compra dos votos de alguns países do Terceiro Mundo. Washington pretendia utilizar novamente o governo de Praga como intermediário. Mas os EUA cometeram nos últimos meses erros que comprometeram o desenvolvimento do plano. O primeiro deles foi a visita a Cuba - sob os auspícios da Freedom House, organização da extrema-direita norte-

depositava grandes esperanças era a Argentina. O governo de Buenos Aires, pressionado pelos EUA, terá assumido o compromisso de votar pela condenação de Cuba em Genebra. Os entendimentos foram secretos. Mas chegaram ao conhecimento de Fidel que durante a Conferência sobre a Globalização, em Havana, desmascarou o conchavo. Sabe-se hoje que o recente empréstimo de 40 mil milhões de dólares concedido a Buenos Aires nasceu vinculado ao futuro voto argentino na Comissão dos Direitos do Homem. O Departamento de Estado dos EUA admitiu inclusive a possibilidade de levar a Argentina à presidência daquela Comissão se cumprisse bem em Genebra a missão que lhe fora confiada.

A indignação provocada entre o povo argentino pelos factos revelados por

Fidel foi tão ampla e intensa que observadores internacionais põem agora em dúvida a possibilidade de Buenos Aires votar na Comissão a favor de qualquer projecto anticubano.

Do México não podem os EUA esperar qualquer concessão. Um dos muitos pontos de desacordo no encontro Bush-Fox foi precisamente a política cubana de Washington. O presidente mexicano criticou-a frontalmente, definindo-a como um fracasso. A mudança da composição da Comissão, com a entrada de países do Terceiro Mundo solidários com Cuba, entre os quais o Vietname e a África do Sul, reforçou o pessimismo do Governo Bush quanto ao desfecho da campanha que visa a condenação da Ilha. A própria posição dos países da União Europeia suscita

interrogações sem resposta. Não é improvável que alguns governos optem pela abstenção.

Após o bombardeamento de Bagdad, Washington enfrenta dificuldades crescentes para acusar outros países de desrespeito pelos direitos humanos. Falta ao governo Bush um mínimo de autoridade moral para colocar Cuba no banco dos réus da ONU quando aparece perante o mundo como responsável por uma política de genocídio que já fez milhão e meio de vítimas no Iraque.

Cubanos amigos têm-me interrogado sobre o sentido do voto português. Não sei o que responder. A política externa do Governo Guterres não se tem afastado desde o início de uma submissão total às menores exigências do imperialismo norte-americano. Outra fosse a sensibilidade do Primeiro-Ministro e compreenderia que uma conjuntura excepcional lhe oferece agora a oportunidade de se demarcar dessa vassalagem sem custos políticos, desde que a União Europeia não vote em bloco, como se admite. Os países africanos de expressão portuguesa não cederão às pressões dos EUA. O Brasil não apoiará qualquer condenação de Cuba, sobretudo no momento em que Fernando Henrique já confirmou que se deslocará em breve a Havana na primeira visita oficial de um chefe de Estado do Brasil à Ilha Revolucionária. Assumirá Guterres uma posição anticubana em Genebra, distanciando-se dos demais países de língua portuguesa? Esperemos.



-americana - de dois cidadãos checos, um dos quais deputado e ex-ministro das Finanças e o outro dirigente da chamada Fundação Pró-Democrática Checa.

Os visitantes deveriam agir de forma a ser presos. O objectivo era provocar na Europa um clamor de protesto que criaria a atmosfera adequada a uma condenação de Cuba na Comissão dos Direitos do Homem.

O plano correu mal desde o início. Os dois checos dirigiram-se primeiro aos EUA onde receberam instruções da Freedom House. Mas em vez de regressarem a Praga, voaram directamente para Havana. Em Cuba multiplicaram os contactos com membros de grupelhos contra-revolucionários. Foram inábeis. Exageraram nas exortações a actividades terroristas puníveis pelas leis de qualquer país. Naturalmente prometeram financiar generosamente a campanha desestabilizadora ideada pela Freedom House.

O resultado não correspondeu ao sonho. Foram efectivamente presos, mas o governo cubano pôs tudo em pratos limpos. Em vez da solidariedade internacional esperada tiveram de apresentar desculpas ao Estado cubano. O chefe do escritório de interesses dos EUA em Havana esforçou-se por obter o apoio moral de embaixadores europeus e latino-americanos acreditados em Cuba, mas não teve êxito. Ouviu deles um não categórico. Os dois checos regressaram a Praga desmoralizados, de cabeça baixa.

Outro aliado no qual Washington



A regressão económica assumiu proporções dramáticas na generalidade das ex-repúblicas soviéticas

não só poder formar governo sozinho, como escolher o Presidente da República, revogar legislação aprovada anteriormente e mesmo rever a Constituição.

Na origem das eleições antecipadas esteve justamente o impasse criado em torno da escolha do chefe de Estado. Petru Lucinschi, presidente em exercício, foi eleito em 1996 em sufrágio directo e universal. A sua vitória só foi possível porque os comu-

passava de cinco para quatro anos. Em Dezembro de 2000, Lucinschi não conseguiu ser reeleito. A correlação de forças no Parlamento, onde desde as eleições de Março de 1998 os comunistas disputavam de 40 deputados (30,1 por cento dos votos), não foi favorável a Lucinschi, nem permitiu o mínimo necessário de 61 votos em torno de outro candidato. A realização de eleições antecipadas tornou-se inevitável.

Futuro difícil

Fazer face ao deixado pela «elite política corrupta e incompetente» até agora no poder, nas palavras da revista britânica «The Economist», não será tarefa fácil para os comunistas. Segundo o dirigente do PCRM, Vladimir Voronin, provável futuro presidente, um dos primeiros objectivos do novo governo será a integração na União recém formada pela Rússia e a Bielorrússia, bem como o restabelecimento dos laços comerciais com os países da antiga URSS. «A Moldova está simplesmente condenada a ingressar na União da Rússia e da Bielorrússia, porque é anormal que, quando toda a Europa se une, nós, antigas repúblicas soviéticas, estejamos separadas e à espera de esmolas do Ocidente», disse Voronin.

O dirigente comunista propõe-se igualmente adoptar o russo como «segunda língua oficial da Moldova», o que na sua opinião poderá contribuir para resolver os problemas na região do Transdniestre, cuja população é maioritariamente russa.

Situada entre a Ucrânia e a Roménia, a pequena Moldova tem ainda um problema suplementar: está no caminho de importantes interesses geo-estratégicos do Ocidente.

Fotografia

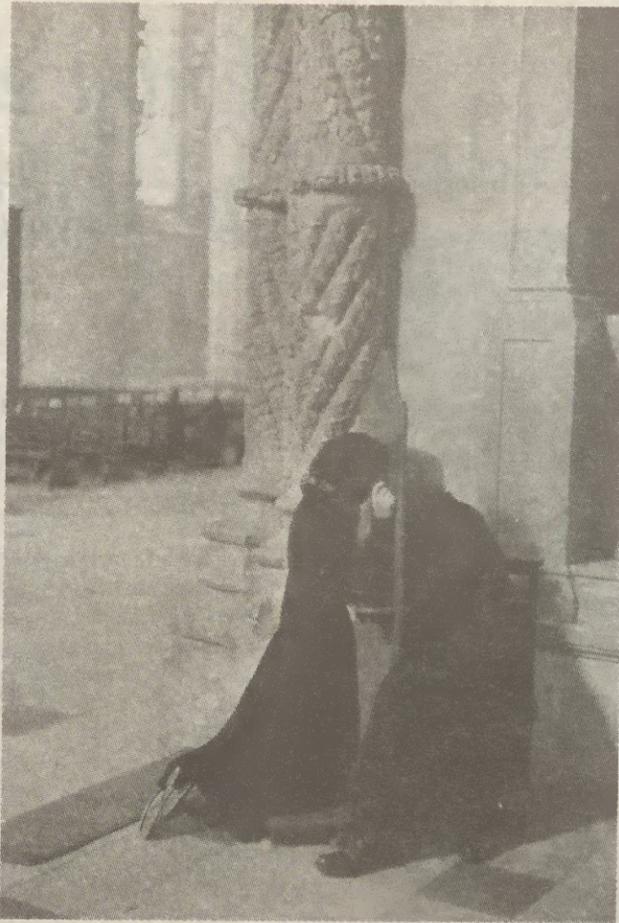
• Manuel Augusto Araújo

As paisagens da Europa de Cartier-Bresson registam uma realidade fortemente individualizada do continente.

Nada aproxima as encostas de Amarante, dominadas pela verticalidade dos fustes dos pinheiros que impõem o rigor da sua geometria à terra, que ondula entre luz e sombras, e que vai apagando o céu, o movimento descendente das encostas que obliquam até ao Reno, subjugadas ao peso da neve sob uma luz sem ângulos, num silêncio absoluto, inquebrável. Milhões de mundos separam a aridez brutal da terra da meseta ibérica, desesperançada de qualquer fertilidade, das planuras infinitas do norte da França à Polónia, que se afiguram suspensas de uma qualquer força da gravidade que ali parece ter perdido energia.

Enquanto vai afirmando as inúmeras diferenças geográficas da Europa, o fotógrafo, à semelhança de Cezanne, que obrigava as paisagens a submeterem-se ao seu modelo objectivo, disciplina-as nos enquadramentos em que as subtrai da realidade. Mas se assim lhes confere uma unidade formal que as aproxima, é exactamente por essa unidade formal que mais as diferencia, sublinhando a sua identidade.

Se as paisagens são inesquecíveis, é a fotografar as pessoas nas paisagens do acontecimento que Cartier-Bresson adquire uma desenvoltura admirável,



Henri Cartier-Bresson – acreditar inteiramente no Homem (II)

impressionante, por saber, antes de ele suceder, qual o momento exacto em que vai premir o disparador, iluminando com precisão exemplar o que quer ver e o que quer que nós vejamos, como se estivesse a fazer uma singular demonstração matemática, prenhe de ironia, de sensualidade e de humaníssima ternura.

Esse é um traço subtil, delicadíssimo que atravessa toda a sua actividade de fotógrafo. As fotos das primeiras férias pagas, na época da Frente Popular (1936), registando com um humor brando os passeios pelo campo, os sorrisos do proletariado acabado de chegar ao fim de uma luta, descomprimindo-se nos dias de não trabalho, à beira rio, à beira floresta onde vão plantando equipamentos semelhantes: abrigos efémeros, mesas improvisadas para os lanches, etc., etc.

O gume do olhar

Corrosivamente irónicas são as fotografias da coroação de Jorge VI (1937) em que aponta a objectiva da máquina fotográfica para os assistentes, apagando deliberadamente o sujeito da acção, com uma intencionalidade política que é reconhecível em muitas das suas outras fotos, mesmo as que aparentemente se dedicam a um *fait-divers*, olhe-se para as da *city londrina*.

Torna-se mais sulfuricamente irónico quando se detém em temas eclesiásticos. Seja em Itália, com os inquietantes e inquisitoriais olhares dos cônegos que parecem querer

manter viva a memória de um tempo de fogueiras, seja no passeio despreocupado de seminaristas em tropel, no intervalo possível que deus lhes concedeu para se alegrarem estanhadamente, seja na violência da cerimónia da ordenação de padres na Polónia, submetidos a um acto de vassalagem total para poderem ascender a um qualquer reino concentracionário, seja no passeio inocente de duas freiras por uma praça, quase vazia, que se torna inquietante no esvoçar das toucas, asas de uma ave de rapina inclassificável, seja em Portugal (1955), Jerónimos, em que duas personagens, em primeiro plano, confessam presumivelmente o inconfessável, separadas por um frágil elemento, não suficiente para evitar o pecado, a promiscuidade impudica entre os dois corpos envoltos pela mesma cor que os destaca intencionalmente da dominante branca da igreja.

Nestas fotos, talvez mais que em quaisquer outras, Bresson revela a sua matriz surrealista que se prolongou por um fotojornalismo comprometido com a humanidade.

O gume do olhar de Cartier-Bresson é inalterável. Esteja no centro de um evento histórico, como Maio de 68, a libertação de Paris, o Campo de Concentração de Dessau, o muro de Berlim ou quando está na festa de S. Fermin, num baile em Moscovo, entre mulheres em Múrcia, num labirinto de escadarias em Istambul, numa estrada da Jugoslávia, onde um violoncelo viaja numa bicicleta, ou no Castelo de S. Jorge, em Lisboa.

Os rostos humanos, próximos ou longínquos, visíveis ou invisíveis, são de uma melancolia e de uma beleza inigualáveis, possuem «uma inteira confiança no Homem e nenhuma na sociedade».

8 de Março

MULHERES DO ALENTEJO PELO EMPREGO COM DIREITOS

BEJA
11 de MARÇO
2001

10.30h - Desfile / Concentração na Praça da República

12.30h - Piquenique / Convívio no Jardim Público

14.30h - Tarde Cultural no Jardim Público

Capacidade Organização:
Associação Democrática de Mulheres
de Beja (ADM-Beja)

Após:
Atividade de Teatro
Montagem de um grupo de teatro (a ser anunciado)

Alpiarça

Dia 10, às 15h, no Salão da Música e dos Bombeiros

Convívio e debate

promovido pela Comissão Unitária de Mulheres do Concelho de Alpiarça com a participação de Rosa Xisto. Animação cultural

Porto

Hoje, dia 8, às 15h, no bar da Faculdade de Letras do Porto
Debate sob o tema «A luta das mulheres na sociedade portuguesa»

promovido pela JCP/Letras do Porto com a participação de Luísa Araújo

Algés

Hoje, dia 8, às 20h30, no Centro de Trabalho do PCP

Jantar-convívio

promovido pelo Sector de Empresas de Oeiras do PCP com a participação de Manuela Bernardino.



Debate no Porto METROPOLITANO

– Um projecto de futuro?

Sexta, 9, às 21h30, na sede do Rotary Club da Senhora da Hora com Manuel Almeida e outros eleitos CDU na freguesia, e Honório Novo, deputado

Lanche-convívio em Tomar

Sábado, 10, às 16h
na Casa Vítor Corte-Real

Reuniões e plenários do PCP

Lisboa – Plenário de militantes do Sector Intelectual da ORJ/Cultura Literária para discussão da situação política e social e de questões da organização e actividade do Partido: dia 14 às 18h30, no Centro de Trabalho Vitória.

– Plenário do Sector Bancários/Células do BCP, ex-BPA, ex-Banco Mello e BPSM: dia 14 às 17h, no Centro de Trabalho Vitória.

– Plenário de militantes da freguesia de S. João, com a participação de Martinho Batista: sábado, dia 10, 15h, na Junta de Freguesia de S. João.

Moita – Plenário de militantes de Sarilhos Grandes e Gaio-Rosário sobre as eleições autárquicas e tarefas do Partido: sábado, 10, às 15h, no CT de Sarilhos Pequenos, com a participação de Valdemar Santos.



Sintra – Ciclo de debates sobre as questões da NATO

nas escolas:
E.S. Gama Barros – dia 13
E.S. Ferreira Dias – dia 14
E.S. Leal Câmara – dia 15
E.S. Miguel Torga – dia 16

– Reunião alargada da Com. Concelhia da JCP para discussão das orientações da JCDU Sintra para as eleições autárquicas: dia 12, 21h30.

– Jantar comemorativo dos Gloriosos 80 Anos do Partido Comunista Português: dia 10 de Março às 19h no CT do PCP em Rio de Mouro

Cartoon

• Monginho

... E POR ISSO
DESLIGA A TELEVISÃO
SE FAZES FAVOR!

HOJE... É DIA DA MULHER.
DIA INTERNACIONAL
DA MULHER.
E POR ISSO...





• Distrito de AVEIRO

Aveiro – Debate com Vítor Dias sob o tema «Que sociedade quer o PCP»: sábado, 10, às 16h, na Biblioteca Municipal de Aveiro.

Jantar no restaurante «O Mercante»: às 20h, também no dia 10 e com Vítor Dias.

Estarreja – Jantar de aniversário do PCP no restaurante «O Barracão», com Aurélio Santos: sexta-feira, 9, às 19h30.

Ílhavo – Jantar de aniversário, com o anúncio da candidatura da CDU à CM de Ílhavo, no restaurante «Windsor», em Moitinhos, com a presença de João Amaral: sexta-feira, 9, às 20h.

Ovar – Jantar no restaurante «A Garrafeira», com a participação de Maria da Piedade Morgadinho e do cantor Manuel Freire: sábado, 10, às 20h. No final serão anunciadas as candidaturas CDU à Câmara e Assembleia Municipal.

Exposição sobre a História do PCP, a inaugurar hoje, quinta-feira, às 21h30, e que se manterá aberta ao público até ao fim de Março no seguinte horário: de segunda a sexta das 18 às 23h, sábados das 10 às 12h30.

Santa Maria da Feira – Convívio no Centro de Trabalho, com a participação de Ângelo Alves: domingo, 11, às 12h30.

João da Madeira – Jantar comemorativo dos concelhos de S. João da Madeira e Oliveira de Azeméis: no restaurante «Monte Peão», sábado, 10, às 19h30, com a participação de Manuel Rodrigues.

• Distrito de ÉVORA

Borba – Almoço no Centro de Trabalho, com a presença de Luísa Araújo: domingo, 11, às 13h. Na véspera: matança do porco.

Estremoz – Jantar na Cave dos Bombeiros Voluntários, com a participação de Odete Santos: sábado, 10, às 19h.

Évora – Almoço comemorativo do aniversário do Partido, no Pavilhão Polivalente da Associação de Moradores de Bacelo, com a presença de Octávio Teixeira: sábado, 10, às 13h.

• Distrito de FARO

Faro – Jantar comemorativo com a participação de Carlos Carvalhas: sábado, 10, às 20h, no Centro de Trabalho de Faro.

Albufeira – Almoço na casa do Firmino, com a presença de Luís Piçarra: domingo, 11, às 13h.

Silves – Almoço no Centro de Trabalho, com a presença de José Neto: domingo, 11, às 13h.

Vila Real de Santo António – Almoço na Cantina da Escola Secundária, com a participação de Odete Santos e Mário Sousa: domingo, 11, 13h.

Tavira – Almoço no restaurante «Paris», com a presença de António Filipe: domingo, 11, 13h.

Portimão – Almoço no restaurante «Eventos», com a presença de Carlos Aboim Inglez: sábado, 10, 13h.

Lagos – Jantar no restaurante «A Varanda», com a participação de António Filipe: sábado, 10, 20h.

S. Brás – Jantar comemorativo: sábado, 10, às 20h.

• Distrito de GUARDA

Almeida – Almoço no restaurante «A Taverna» (Pç. Dr. José Casimiro Matias), com Armindo Miranda: sábado, 10, 13h.

Gouveia – Convívio no Centro de Trabalho do PCP, com Armando Morais: domingo, 11, 15h.

Guarda – Jantar no restaurante «A Grelha», com Luísa Araújo: domingo, 11, 20h.

Seia – Almoço com a participação de Luísa Araújo: domingo, dia 18.

• Distrito de LEIRIA

Caldas da Rainha – Almoço com a participação de Rui Fernandes: domingo, 11, às 13h, no CT do PCP.

Marinha Grande – Jantar no Clube Desportivo de Casal Galego, com a participação de Jerónimo de Sousa: sábado, 10, 20h.

Peniche – Almoço na «Toca do Texugo», com Octávio Teixeira: domingo, dia 11.

• Distrito de LISBOA

Amadora – Almoço promovido pela organização da Falagueira no CT da Amadora: sábado, 10, 12h30.

Almoço da freguesia da Buraca, no Espaço CDU: domingo, 11, 13h.

Cascais – Almoço-convívio e plenário de militantes com entrega dos novos cartões do Partido – em Alcabideche, no CT, com a presença de António Cordeiro: domingo, 11, 12h30.

Lisboa – Ajuda – Almoço no CT da Ajuda, com a presença de Manuel Pedro: sábado, 10, 13h.

Alcântara – Convívio no CT, com Alexandre Teixeira: dia 10 às 16h30.

Ameixoeira, Charneca e Lumiar – Almoço com a participação de Luísa Araújo: sábado, dia 10, às 13h, no CT do Lumiar.

Benfica – Almoço no Centro de Trabalho de Benfica: sábado, 10. Graça, Santa Engrácia, S. Vicente e Alto do Pina – Almoço no «Sempre Unidos» (R. Vale Sto. António): sábado, 10, 13h.

Campolide – Almoço no Sport Lisboa Campolide: dia 10, 13h (Inscr.: cam. Odete, tel. 213888552).

Olivais – Almoço no restaurante «Margem do Tejo» (Estr. Moscavide, 16) com a presença de José Casanova: sábado, 10, 13h.

Prazeres – Almoço no rest.-cervejaria da R. Possidónio da Silva, nº 86, com Bernardino Soares: sábado, 10, 13h.

Santa Maria de Belém – Almoço na Soc. Musical Instrução Libertada (Calç. do Galvão), com a presença de Rosa Rabiéis e a

COMÍCIO
com CARLOS CARVALHAS
LISBOA
Coliseu
Sexta, 9 Março, 21h

PCP 1921-2001

ANOS

a fazer história
a construir futuro

www.pcp.pt

projecção do filme «Comunistas Portugueses»: domingo, 11, às 12h30.

Santo Condestável – Lanche, com entrega dos novos cartões e a presença de Paula Henriques: sábado, 10, às 15h.

Célula da CML – Jantar no CT Vitoria, com Rosa Rabiéis: hoje, dia 8.

Célula da Carris – Plenário e debate com José Casanova, com distribuição dos novos cartões do Partido: hoje, dia 8, às 18h, no CT Vitoria.

Célula do Metro – Plenário, com distribuição dos novos cartões do Partido: segunda-feira, 12, às 18h, no CT Vitoria.

Célula da TAP – Encontro-convívio, com distribuição dos novos cartões do Partido e com a presença de Lino de Carvalho: quarta-feira, 14, às 18h, no CT Vitoria.

Sector de Empresas e Serviços – Almoço no CT Vitoria: sábado, 10, 13h.

Sector Sindical da ORL – Encontro-convívio com a entrega dos novos cartões e a participação de José Casanova: segunda-feira, 12, às 18h30, no CT Vitoria.

Sector da Saúde da ORL – Convívio, com entrega dos novos cartões: quinta-feira, 15, 18h30, no CT Vitoria.

Loures – Bobadela – Convívio com entrega dos novos cartões: sábado, 10, 16h, CT da Bobadela.

Loures – Jantar de aniversário e apresentação do cabeça de lista CDU à freguesia, com Adão Barata: sábado, 10, às 20h, no restaurante «Os Loureiros».

Sacavém – Convívio, com entrega dos novos cartões: sábado, 10, 15h, no CT. Participa Arménio Carlos.

Santa Iria da Azóia – Debate-convívio com José Casanova; Exposição comemorativa do aniversário: sábado, 10, 16h, no CT de Santa Iria.

Odivelas – Assembleia da Organização da Freguesia da Ramada: sábado, 10, a partir das 15h, nas antigas instalações da Ass. de Freguesia da Ramada, com a participação do cam. Francisco Pereira.

Jantar da freguesia da Pontinha, com entrega dos novos cartões: no restaurante «O Rocha», com a presença de Francisco Pereira: sábado, 10, 19h30 (Inscrições no CT de Odivelas e tels. 219314153-919329557-933193264).

Jantar do Concelho de Odivelas no restaurante «O Castelo» (Quinta da Arroja), com a presença de Rosa Rabiéis: sexta-feira, 16, às 20h (Inscrições até dia 14: tels. 219314153, 919632320-918369217).

Oeiras – Porto Salvo – Almoço no bar da Colectividade SIMPS, com Aurélio Santos: domingo, 11, 13h (Inscr. até dia 9: tel. 214115746).

Sobral de Monte Agraço – Almoço no Pavilhão Municipal do Soeirinho, com Jerónimo de Sousa: domingo, 11, 13h.

Sintra – Algueirão/Mem Martins – Convívio, com entrega dos novos cartões e a presença de Sérgio Ribeiro: sábado, 10, 15h30, CT de Algueirão.

Monte Abraão – Convívio na Esc. Primária, com Álvaro Pato: sábado, 10, 15h.

S. João das Lampas/Terrugem – Convívio no CT de S. João das Lampas, com João Feijão: sábado, 10, 21h.

Vila Franca de Xira – Alverca – Lanche-convívio no Centro de Trabalho com a entrega dos novos cartões: domingo, 11, 16h

Atalaia

Almoço de confraternização na Quinta da Atalaia, com intervenção de Domingos Abrantes: sábado, 17, a partir das 13h

(Inscrições: cam. Isabel Marques

– CT da R. Soeiro Pereira Gomes – Tel. 217813800)

A Organização da Cidade de Lisboa convida todos os que se dirijam ao Comício a integrarem o desfile que parte às 20h30 do Centro de Trabalho Vitória para o Coliseu

Transportes – Algumas organizações do Partido no distrito de Lisboa organizam transportes directos de autocarro para o comício. É o caso da Com. Concelhia de Oeiras, com camioneta a sair de Paço de Arcos (Mercado) às 19h30 e passagem por Porto Salvo, Tercena, Queijas, Camaxide, Linda-a-Velha e Algés. É o caso também da Organização Concelhia de Odivelas, que organizou a partida de Caneças às 19h30 e paragens subsequentes em Ramada, Serra da Luz, Odivelas (Largo D. Diniz) e Senhor Roubado, e convida os camaradas que se desloquem em carro próprio a integrarem a caravana que se formará em Odivelas

• Distrito de PORTALEGRE

Avis – Convívio no Centro de Trabalho: sábado, 10, 16h.

Alcorrego – Convívio na Junta de Freguesia: sábado, 10, 16h.

• Distrito do PORTO

Porto – Jantar no restaurante do Complexo Desportivo do Monte Aventino (às Antas), com Rui Sá e Agostinho Lopes: sábado, 10, 20h.

Gondomar – Jantar na Esc. Prep. de Rio Tinto (monte da Burra), com Emídio Ribeiro: sábado, 10, 20h).

Penafiel – Jantar «Pérola do Vale a Marisqueira»: sábado, 10, 20h.

Valongo – Jantar na Esc. da Retorta, em Campo/Valongo, com António Abreu: sábado, 10, 20h.

Vila do Conde – Jantar na sede do Rancho das Rendilheiras do Monte, com José Pedro Rodrigues: sexta-feira, 16, 20h30.

Vila Nova de Gaia – Jantar-festa na Esc. Sec. Almeida Garrett (ex-Liceu de Gaia), com Ida Figueiredo: sábado, 10, 19h30.

• Distrito de SANTARÉM

Benavente – Debate-convívio sobre o Dia Internacional da Mulher com Odete Santos, no Centro Cultural de Benavente: sexta-feira, 9, 21h. Intervenção musical do grupo «Entre Cantos».

Chamusca – Almoço no restaurante «O Corticeiro», com Paulo Raimundo: domingo, 11, 13h.

Coruche – Jantar no restaurante «Allcorucen», com Luísa Araújo: sexta-feira, 9, 20h.

Couço – Almoço no «Salão da Tabaqueira», com Euclides Pereira: sábado, 17, 13h.

Rio Maior – Jantar na A.R.D.C., em Vale de Óbidos, com Luísa Araújo: sábado, 10, 20h.

• Distrito de SETÚBAL

Almada – Debate no CT sob o tema «Um Partido com Futuro», com Aurélio Santos: sábado, 10. Exposição de Fotografia de Júlio Dinis «Por uma Almada melhor»: no CT Alberto Araújo

Lanche-convívio da célula dos Trabalhadores da Autarquia: dia 16, no CT Concelhio.

Cova da Piedade – Debate-convívio na Coop. Piedense sobre «O papel das mulheres na vida social e política», com Conceição Morais: domingo, 11, 15h30.

Caparica – Almoço no CT da Caparica, com Manuela Pinto Ângelo: domingo, 11.

Costa de Caparica – Almoço no CT da Costa: domingo, 11

Feijó – Almoço: domingo, dia 11.

St.º António da Charneca – Almoço no Santantoniense Futebol Clube, com José Morais: sábado, 10, 13h.

Grândola – Almoço no Pavilhão da Feira, com Francisco Lopes: sábado, 10, 13h.

Moita – Baixa da Banheira – Almoço no Centro de Trabalho, com Vicente Merendas: sábado, 10, 13h.

Moita – Almoço no Centro de Trabalho, com Virgílio Azevedo: sábado, 10, 13h.

Vale da Amoreira – Almoço nos Bombeiros, com Valdemar Santos: domingo, 11, 13h.

Seixal – Almoço na Quinta Valenciana com a presença de Carlos Carvalhas: domingo 11, 13h. (Inscrições: nos Centros de Trabalho e tel. 212216952).

• Distrito de VILA REAL

Chaves – Jantar no restaurante «Romana» (junto à Ponte Romana), com Mário Costa: sábado, 10, às 20h.

Peso da Régua – Jantar no restaurante «Cantinho da Cidade», com Lino de Carvalho: sábado, 10, 19h30.

ATVer

O verdadeiro
Sitting Bull**O Grande Lebowski**

(Domingo, 11 de Março, TVI)

Um naipe de actores em grande forma – Jeff Bridges, John Turturro, John Goodman, Julianne Moore, David Huddleston – ao serviço de uma história tão excêntrica como bem construída (um pobre diabo [Jeff Bridges] é confundido com um multimilionário e sofre «as passas do Algarve» quer para desfazer o equívoco, quer para escapar ao perigo da situação, quer ainda para recuperar... um tapete!) e dirigidos pelos fabulosos irmãos Ethan e Joel Cohen (também autores do argumento, como é seu timbre) faz deste **O Grande Lebowski** um dos grandes filmes da semana. Verdadeiramente surreal, a cadeia de acidentes que envolve um conjunto de personagens tão banais como pitorescas numa farândola de equívocos com sarcasmo social em pano de fundo. A não perder!

Wild Wild West

(Domingo, 11 de Março, SIC)

Wild Wild West é uma comédia que vale pelo naipe de actores em presença – Will Smith, Kevin Kline, Kenneth Branagh e Salma Hayek. A história – estapafúrdia – mete «agentes secretos» que, no século XIX, são encarrega-



Kevin Kline e Will Smith

dos pelo próprio presidente dos EUA, Ulisses Grant (!), de capturar um inventor de estranhas engenhocas. É o que se chama ir longe na assunção da espionagem nos EUA...

Revelação

(Domingo, 11 de Março, SIC)

Em 1994, Barry Levinson saiu-se com este thriller que tinha por provocatória novidade uma história de assédio sexual perpetrado por uma mulher – Demi Moore, nem mais nem menos! – sobre uma vítima tão improvável como Michael Douglas que, nesta fita, troca o seu habitual papel de machão duro para se vestir de pacato funcionário assediado pelos apetites sexuais da «patroa». Para dar molho à intriga há uma importante operação financeira disputada por duas empresas rivais, mas o interesse do filme assenta mesmo no «duelo» Moore/Douglas, evoluindo num panorama sociocultural muito ianque. Douglas safa-se razoavelmente neste improvável papel de «vítima sexual», Moore é uma assediadora com glamour a mais para ser repulsiva, mas actriz que chegue para dar conta do papel e Levinson realiza com a oficina que se lhe reconhece.



Harry Belafonte com John Travolta

**O Último Guerreiro (Sitting Bull)**

(Segunda-feira, 12 de Março, RTP-1)

Realizado em 1954, este insólito western de Sidney Salkow foi co-produzido entre EUA/México e trata a «questão índia» de maneira quase revolucionária para a época: pegando no célebre massacre do 7.º de Cavalaria do general Custer no desfiladeiro de Little Big Horn, às mãos da última grande sublevação das tribos índias dirigida pelo lendário chefe Sioux Sitting Bull (um episódio sangrento da colonização norte-americana, entretanto já largamente «reescrito» por Hollywood de modo a integrá-lo na mitologia heróica da «conquista do Oeste»), Salkow ficciona a história de um major de Cavalaria que, na sequência do desastre de Little Big Horn, procura evitar mais derramamento de sangue através da sensibilização das autoridades norte-americanas para as razões que também assistem em tribunal marcial como traidor e colaborador do inimigo. Um western corajoso e insólito a desbravar caminho para uma abordagem da «conquista do Oeste» mais consentânea com a verdade histórica e, sobretudo, menos demagógica e mentirosa em relação aos povos índios que a expansão branca quase exterminou. Filmado num novo colorido (o Eastmancolor) e no também novo Cinemascope, provavelmente vamos (re)vê-lo amputado pelo miserável reenquadramento do Pan-scram...

Gabbeh

(Terça-feira, 13 de Março, RTP-1)

Deslumbrante será, numa palavra, a melhor catalogação deste filme iraniano realizado por Moshen Makhmalbaf (que também assina o



Um belo filme iraniano

argumento) e que nos conta um drama amoroso vivido entre uma jovem tecedeira (Gabbeh) impedida de concretizar o seu amor com um jovem cavaleiro que a segue à distância no deserto porque as leis da tribo a proibem de casar antes do tio solteiro de 57 anos fazer o mesmo. Uma fábula poética no mundo dos *ayattollahs*.

Percurso Fatal

(Quarta-feira, 14 de Março, RTP-1)

Mais uma comédia insólita escrita e realizada por Desmond Nakano em 1995 e que nos conta uma história de conflito racial nos EUA com o «pormenor» de, na América deste filme, serem os negros que estão na mó de cima: são ricos, cultos e elegantes e desprezam os brancos, que são pobres, proletários, ignorantes, explorados e sistematicamente humilhados e violentados pela autoridade negra. Com dois protagonistas de peso – John Travolta e Harry Belafonte – é de conferir.

Quinta, 8

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
08.40 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.30 Marcas da Paixão
16.30 Ramona
17.35 Quem Quer Ser Milionário?
18.00 Quebra Cabeças
18.30 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Quem Quer Ser Milionário?
21.35 O Café da Esquina
22.05 Grande Informação
23.45 Turnos de Risco
24.45 24 Horas
01.15 «O Caçador de Sonhos» (de Ed Radtke, EUA/1999, com Paddy Connor, Maurice Compte, Jeanne Heaton. *Drama*)

▼ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.00 Euronews
12.30 Fronteira Ocidental
13.00 Zapping
14.00 Portugal sem Fim
15.00 Por Outro Lado
16.00 Euronews
16.30 Informação Gestual
17.45 Espaço Infantil
18.30 Informação Religiosa
19.00 Andamentos IV
19.30 RTP - Quatro Décadas
20.10 Viver no Campo
20.40 2010
21.50 RTP Economia
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2



«Jogo Falado» Balanço dos acontecimentos desportivos

23.00 Artigo 37
00.30 «Brandos Costumes» (de Alberto Seixas Santos, Portugal/1974, com Luís Santos, Dalila Rocha, Sofia de Carvalho. *Ver Drama*)

▼ SIC

08.00 Buéréré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 História de Amor
15.30 Engraçadinha... Seus Amores e Seus Pecados
16.30 Acorrentados
16.40 Malhação
17.40 Uga Uga
18.50 O Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Laços de Família/Porto dos Milagres
23.00 Acorrentados
23.30 Noites Marcianas
01.30 Rali de Portugal
03.50 Vibrações

▼ TVI

08.30 Animação
11.15 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother II Extra
14.45 Tiro e Queda
15.15 Batatoon
19.15 Big Brother II Extra
20.00 Jornal Nacional
21.00 Olhos de Água
22.00 Big Brother II
23.05 As Pupilas do Sr. Doutor
24.00 A Bola É Nossa
01.30 Última Edição
02.20 Os Segredos de Verónica
02.50 SOF – Força Especial

Sexta, 9

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
08.35 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.25 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Emoções Fortes
15.30 Marcas da Paixão
16.30 Ramona
17.35 Quem Quer Ser Milionário?
18.00 Quebra Cabeças
18.30 Ajuste de Contas
19.00 Atletismo
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.05 Quem Quer Ser Milionário?
21.35 Alves dos Reis
22.45 Cromos de Portugal II
23.20 Histórias da Noite
24.00 24 Horas
24.30 Atletismo
24.35 «A Mais Antiga Profissão do Mundo» (de Franco Indovina, Jean-Luc Godard, França/Itália/1967, com Elsa Martinelli, Jeanne Moreau, Jean-Claude Brialy. *Comédia*)

▼ RTP 2

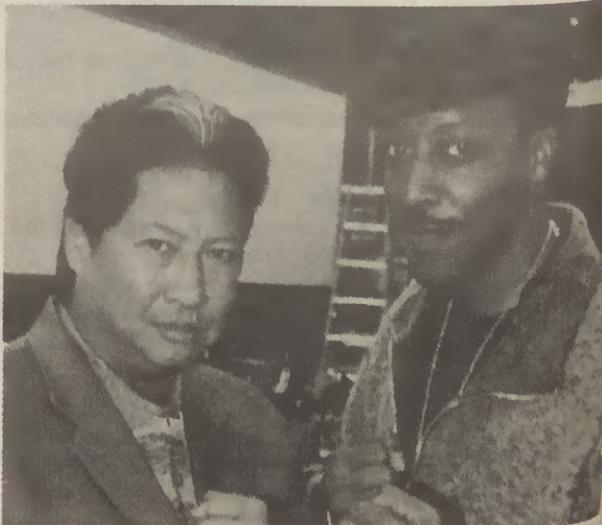
07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.00 Euronews
12.30 A Caça e a Conservação da Fauna
13.00 Livres e Iguais
14.00 Portugal sem Fim
15.00 Conversa Privada
16.00 Informação Gestual
16.55 Desporto 2: Atletismo
19.00 Informação Religiosa
19.30 100.000 Porquês
20.00 RTP - Quatro Décadas
20.50 O Tal Canal
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Dharma e Greg
24.00 A Outra Face da lua
01.30 «O Profeta» (de Dino Risì, Itália/1968, com Vittorio Gassman, Ann Margaret, Oreste Lionella. *Comédia*)

▼ SIC

08.00 Buéréré
09.00 Rali de Portugal
10.00 SIC 10 Horas
12.15 Rali de Portugal
13.00 Primeiro Jornal
14.10 História de Amor
15.30 Engraçadinha... Seus Amores e Seus Pecados
16.40 Malhação
17.55 Uga Uga
18.50 O Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Laços de Família/Porto dos Milagres
23.00 Acorrentados
23.30 Noites Marcianas
02.00 Jogo Limp
04.00 Portugal Radical

▼ TVI

08.30 Animação
11.15 Big Brother II
13.00 TVI Jornal



«Lei Marcial» Série policial

14.00 Big Brother II Extra
14.45 Tiro e Queda
15.15 Batatoon
19.15 Big Brother II Extra
20.00 Jornal Nacional
21.00 Olhos de Água
22.00 Big Brother II
23.05 «Os Desejos da Inocência» (de Ralph Portillo, EUA/1997, com Lara Nelms, Gabriella Hall, Jill Thompkins. *Sensual*)
01.05 Última Edição
01.55 «A Farsa do Assassino» (de Brian Grant, EUA/1990, com Eric Roberts, Kari Wuhrer, Ron Perlman. *Suspense*)
03.55 Os Segredos de Verónica
04.25 SOF – Força Especial

Sábado, 10

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.15 Felicity
16.15 O Tesouro de Damasco
17.00 «Selva, Mulheres e... Macacos» (de Gerald Thomas, Reino Unido/1970, com Sidney James, Frankie Howard, Charles Hawtrey. *Comédia*)
20.00 Telejornal
21.00 Sábado à Noite
23.00 Lei Marcial
24.00 24 Horas
01.10 «O Regresso dos Mortos Vivos» (de Dan O'Bannon, EUA/1984, com Clu Gulager, James Karen, Don Calfa. *Terror*)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto
19.00 «A Promessa» (de Luc e Jean-Pierre Dardenne, Bélgica/França/1996, com Jérémie Renier, Olivier Gourmet, Assita Quedraogo. *Drama*)
20.45 Horizontes da Memória
21.20 Bombordo
22.00 Jornal África
22.30 Jornal 2
23.00 O Lugar da História
24.00 Britcom («A Ilustre Casa de Blackadder III» «A Família Royle» «O Riso ao Poder»)
01.30 «Pequenas Virgulas»
Longa Metragem
03.00 Prazeres

▼ SIC

07.00 Zip Zap
10.45 Dá-lhe Gás
11.30 O Nosso Mundo
12.33 Rali de Portugal
13.00 Primeiro Jornal
14.10 «Os Filhos é Que Mandam» (de Howard McCain, EUA/1994, com Robert Hays, Joanna Kerns, Joshua Schaefer. *Comédia*)
16.10 «Enquanto Dormias» (de Jon Turteltaub, EUA/1995, com Sandra Bullock, Bill Pullman, Peter Gallagher. *Comédia*)
18.20 Mundo Vip
19.00 Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite
21.00 Acorrentados
23.00 Herman Sic
01.00 Sexappeal
02.00 Rali de Portugal
02.20 «Baise moi» (de Virginie Desfantes e Carolin Triah Tih, França/1999, com Karen Bach, Raffaella Anderson. *Thriller*)
04.20 Portugal Radical

▼ TVI

08.30 Animação
11.40 Top Rock
12.20 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.00 Contra-Ataque
15.00 4ª a Fundo

15.15 Caras Lindas
16.00 «Águas de Fogo» (de Sidney J. Furie, Canadá, com Luis Gossett Jr, Jason Cadieux, Joanne Vannicola. *Acção*)
18.00 Big Brother II
20.00 Jornal Nacional
21.00 Olhos de Água
24.00 «Última Suspeita» (de Farhad Mann, EUA/1997, com Veronica Hamel, Joe Penny, Daniel Hugh Kelly. *Suspense*)
02.00 «Backbeat – Geração Inquieta» (de Ian Soffley, Inglaterra/1993, com Stephen Dorff, Sheryl Lee, Ian Hart. *Drama*)
04.00 Grandes Esperanças

Domingo, 11

- ▼ RTP 1**
 07.00 Infantil/Juvenil
 12.10 Jet 7
 13.00 Jornal da Tarde
 13.55 Made in Portugal
 15.15 Providence
 16.15 «Os Heróis de Telemark» (de Anthony Mann, Reino Unido/1965, com Kirk Douglas, Richard Harris, David Weston. *Guerra*)
 18.00 Agora é Que São Eles
 20.00 Telejornal
 21.10 A Vida como Ela É
 22.10 Domingo Desportivo
 23.45 Magazine Liga dos Campeões
 24.40 24 Horas

Segunda, 12

- ▼ RTP 1**
 07.00 Infantil/Juvenil
 08.35 Guia Dia a Dia
 10.00 Praça da Alegria
 12.30 Regiões
 13.00 Jornal da Tarde
 13.55 Emoções Fortes
 15.30 Marcas da Paixão
 16.30 Ramona
 17.30 Quem Quer Ser Milionário?
 18.10 Quebra Cabeças
 18.45 Ajuste de Contas
 19.40 Regiões
 20.00 Telejornal
 20.55 Futebol V. Guimarães/F.C. Porto

Terça, 13

- ▼ RTP 1**
 07.00 Infantil/Juvenil
 08.35 Guia Dia a Dia
 10.00 Praça da Alegria
 12.30 Regiões
 13.00 Jornal da Tarde
 13.55 Emoções Fortes
 15.30 Marcas da Paixão
 16.30 Ramona
 17.35 Quem Quer Ser Milionário?
 18.10 Quebra Cabeças
 18.30 Ajuste de Contas
 19.40 Regiões
 20.00 Telejornal
 21.05 Quem Quer Ser Milionário?
 21.35 «O 5.º Elemento» Longa Metragem
 24.00 Liga dos Campeões
 24.35 24 Horas
 01.0 Desconhecidos
 02.0 «Requiem para uma Mulher Romântica» (de Dagmar Knopfel, Alemanha/1999, com Sylvester Groth, Janina Sachau. *Drama*)

Quarta, 14

- ▼ RTP 1**
 07.00 Infantil/Juvenil
 08.35 Guia Dia a Dia
 10.00 Praça da Alegria
 12.30 Regiões
 13.00 Jornal da Tarde
 13.55 Emoções Fortes
 15.30 Marcas da Paixão
 16.30 Ramona
 17.35 Quem Quer Ser Milionário?
 18.00 Quebra Cabeças
 18.30 Ajuste de Contas
 19.35 Futebol Liga de Campeões: Anderlecht/ Real Madrid
 21.40 Telejornal
 22.40 Quem Quer Ser Milionário?
 23.15 Turnos de Risco
 24.05 Liga de Campeões
 24.50 24 Horas
 01.20 «Pereurso Fatal» (de Desmond Nakano, EUA/1995, com John Travolta, Harry Belafonte, Kelly Lynch. *Ver Destaque*)

TVisto
 Correia da Fonseca

O crime que paga dividendos

Um fantasma percorre a Europa desta transição de século, do milénio: o fantasma do desemprego irreversível. Dir-se-á que o desemprego não é propriamente um fenómeno novo, que tem sido desde há mais de um século a contrapartida imposta pelo desenvolvimento capitalista. É certo: porém, dá sinais de poder ter atingido um patamar diferente, exactamente porque o capitalismo na actual fase imperialista, conjugado com o desenvolvimento

A metamorfose celerada
 Poder-se-ia supor, de acordo com o que de resto é frequentemente repetido pelos porta-vozes das forças dominantes, que o desemprego maciço e crescente de trabalhadores é uma consequência inevitável da própria dinâmica interna do desenvolvimento produtivo e social. Sê-lo-á muitas vezes, decerto, por força de uma lógica capitalista que passa muito bem sem a dimensão civilizacional e, por isso, nem sequer cuida de buscar soluções de



tecnológico de que se aproveitou em seu proveito, determinou mutações terrivelmente ameaçadoras. Foi deste assunto, cuja primeiríssima importância é desnecessário sublinhar, que se ocupou o telefilme «Os Esquecidos do Século XXI ou o Fim do Emprego», uma produção franco-canadiana transmitida há dias pelo SIC-Notícias, canal onde por enquanto ainda é possível encontrar momentos verdadeiramente interessantes. Só para quem recebe TV por cabo e até ver.

Digamos que a estrutura do telefilme assentava sobre duas traves mestras: o levantamento da situação actual e das óbvias tendências da evolução próxima, por um lado, e um conjunto de depoimentos analíticos e previsionais como complemento. Quanto ao primeiro ponto, foram reveladas as possibilidades crescentes de substituição de mão-de-obra pelos novos recursos tecnológicos a gestão empresarial que tem como prioridade permanente a redução dos chamados recursos humanos, a deslocalização das empresas sempre em busca de trabalhadores mais baratos e menos «exigentes» em matéria de direitos. No tocante ao futuro, e em coerência com o levantamento feito, as expectativas ali formuladas apontaram para uma tal redução das disponibilidades de emprego que um dia não muito distante se tornará inviável projectar uma civilização como até agora tem sido planeada. O que, em termos mais concretos e revertidos à vida social efectiva, significa que a classe muito maioritária dos trabalhadores não altamente especializados seria reduzida à condição de uma espécie de sub-humanidade dispensável e, por isso mesmo, de desejável extinção física. Esta perspectiva porventura excessiva, um pouco genocida, foi contudo encarada com alguma amarga ironia por um dos dependentes no programa: «Uma vez que não precisamos deles, parece que podem morrer...»

equidade e realização humana. Porém, o telefilme incluiu a curiosa e muito significativa declaração de um gestor empresarial: «A estratégia de redução de recursos humanos não é imposta por uma conjuntura desfavorável. Mesmo que esta seja muito positiva do ponto de vista do volume de negócios, dos resultados anuais, as empresas continuam a eliminar postos de trabalho, e quanto mais os capitais se valorizam mais os accionistas ficam satisfeitos.» Por outras palavras: a estratégia é um crime mas paga dividendos. Esta frase verdadeiramente esclarecedora confirma o sentimento de quase estupefacta indignação expressa por uma trabalhadora: «Deixamos de ser pessoas, passamos a ser apenas recursos humanos.» Para cúmulo, porém, esta metamorfose já celerada é parte de um processo em curso cujo desenlace será, tendencialmente, a supressão quase total de todos esses ditos recursos humanos, substituídos na sua esmagadora parte pelos milagres das novas tecnologias. É, de facto, uma espécie de assassinio social para o qual entretanto se caminha acentuando progressivamente as várias formas de desumanizada exigência no trabalho. Resistir a esta ameaça quase apocalíptica, encontrar os caminhos certos que irão prosseguir os até aqui já trilhados, não vender às transigências o património de lutas já adquirido, é a tarefa que se propõe ao grande colectivo que engloba todos os níveis do trabalho e todos os milenários passos no sentido da consecução da justiça. E nem sequer se trata de uma opção apenas desejável: fora dela não há futuro, nem mesmo para os que têm a ilusão de poderem ser os senhores sobre um mundo de ilotas marginalizados, porque já deram provas bastantes de que a cupidez que os cega impede que façam a gestão da própria sobrevivência do planeta como habitat humano. E, afinal, em transparência essa é a grande informação dada por «Os Esquecidos do Século XXI ou o Fim do Trabalho».

«Uma Gota para a Vida» Série documental sobre a função da água na vida humana

01.00 «Emoções Fortes» (de Michael Schroeder, EUA/1995, com Courtney Taylor, Rick Rossovich, Paul Sorvino. *Policial*)

- ▼ RTP 2**
 07.00 Euronews
 09.30 Programa Religioso
 10.30 Missa
 11.15 Horizontes da Memória
 11.55 Solrevivência
 12.30 Palácio de Cristal
 13.30 Com a Criança nos Braços
 14.00 Desporto 2
 18.30 Uma Gota para a Vida
 19.30 Uma Mulher de Branco
 20.30 Onda Curta («A Febre do Xadrez» de Vsevolod Poudovkin e Chpikovski, URSS)
 «Plymptoons» de Bill Plympton, EUA/1990. *Curtas Metragens*)
 21.00 Futurama
 21.30 Artes e Letras - La Scala And The Magic of Gold
 22.30 Jornal 2
 23.00 Travessa do Cotovelo
 00.15 «O Estrangeiro» Longa Metragem

- ▼ SIC**
 07.00 Zip Zap
 12.00 BBC Vida Selvagem
 12.45 Rali de Portugal
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 Acorrentados
 15.30 Big Show SIC
 18.00 «Academia de Polícia 2: Primeira Missão» (de Jerry Paris, EUA/1985, com Steve Guttenberg, Bubba Smith, David Graf. *Comédia*)
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Acorrentados
 21.45 «Wild Wild West» (de Barry Sonnenfeld, EUA/1999, com Will Smith, Kevin Kline, Kenneth Branagh. *Ver Destaque*)
 23.45 Esta Semana
 01.15 Rali de Portugal
 01.40 «Revelação» (de Barry Levinson, EUA/1994, com Michael Douglas, Demi Moore, Donald Sutherland. *Ver Destaque*)
 03.15 Portugal Radical

- ▼ TVI**
 08.30 Animação
 11.00 Espaço Religioso
 11.15 Missa
 13.00 TVI Jornal
 13.30 «O Acidente» (de Chuck Bowman, EUA/1997, com Donna Bullock, Matt McCoy, Bonnie Root. *Drama*)
 16.00 «O Grande Lebowski» (de Joel Coen, EUA/1997, com Jeff Bridges, John Goodman, Julianne Moore. *Ver Destaque*)
 18.00 «ATF - Agentes Especiais» (de Dean Parisot, EUA/1999, com Amy Brenneman, Kathy Baker, Vicent Angell. *Ação*)
 20.00 Jornal Nacional
 21.00 Super Pai
 22.00 Big Brother II
 23.20 112
 23.50 «O Próximo a Abater» (de Troy Duffy, EUA/Canadá/1999, com Willem Dafoe, Sean Patrick Flanery, Norman Reedus. *Ação*)
 01.50 «Marco Paulo» (de Rafi Bukale, ELA/1995, com Shuli Rand, Avital Dicker, Peter Firth. *Aventura*)
 04.20 Grandes Esperanças

- 22.55 Quem Quer Ser Milionário?
 21.35 A Febre do Ouro Negro
 23.30 Jogo Falado
 01.00 24 Horas
 01.25 «O Último Gerreiro» (de Sidney Salkow, EUA/México/1954, com Dale Robertson, Mary Murphy, J. Carrol Naish. *Ver Destaque*)

- ▼ RTP 2**
 07.00 Hora Viva
 09.45 Espaço Infantil-Juvenil
 12.00 Euronews
 12.30 100.000 Porquês
 13.05 2010 (R)
 14.00 Portugal sem Fim
 14.30 Gente Remota
 15.00 Parlamento
 16.00 Euronews
 16.30 Informação Gestual
 17.45 Espaço Infantil
 18.30 Informação Religiosa
 19.00 Rotações
 19.30 RTP- Quatro Decadas
 20.25 Viver no Campo
 20.50 Por Outro Lado
 22.00 Acontece
 22.30 Jornal 2
 23.00 Os Sopranos
 24.00 Artes de Palco
 01.40 Andamentos

- ▼ SIC**
 08.00 Buêréré
 10.00 SIC 10 Horas
 13.00 Primeiro Jornal
 14.10 História de Amor
 15.30 Engraçadinha... Seus Amores e Seus Pecados
 16.30 Acorrentados
 16.40 Malhação
 17.40 Uga Uga
 18.40 Acorrentados
 18.50 O Cravo e a Rosa
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Malucos do Riso
 21.30 Porto dos Milagres
 23.00 Acorrentados
 23.30 Noites Marcianas
 01.30 «Suspeita Dupla» (de Paul Ziller, EUA/1993, com Gary Busey, Kim Cattrall, Darlaine Fluegel. *Thriller*)
 03.30 Portugal Radical

- ▼ TVI**
 08.30 Animação
 11.30 Big Brother II
 13.00 TVI Jornal
 14.00 Big Brother II
 14.30 Tiro e Queda
 15.30 Batatoon
 19.15 Big Brother II Extra
 20.00 Jornal Nacional
 21.00 Jardins Proibidos
 22.10 Super Pai
 23.10 Big Brother
 24.10 Pretender
 01.10 Até que a Lei os Separe (Estreia)
 02.10 Última Edição
 03.00 Mercy Point
 04.00 Os Segredos de Verónica
 04.30 Pensacola I

- ▼ RTP 2**
 07.00 Hora Viva
 09.45 Espaço Infantil-Juvenil
 13.00 O Lugar da História
 14.00 Portugal sem Fim
 15.00 Artigo 37
 16.30 Informação Gestual
 17.45 Espaço Infantil
 18.30 Informação Religiosa
 19.00 Bombordo
 19.45 Ficheiros dos Gordos
 20.10 Viver no Campo
 20.40 O Triunfo dos Porcos
 22.00 Acontece
 22.30 Jornal 2
 23.00 Conversa Privada
 24.00 «Gabbeh» (de Mohsen Makhmalbaf, Irão/1995, com Shaghheh Djodat, Hossein Moharami. *Ver Destaque*)
 01.45 Rotações

- ▼ SIC**
 08.00 Buêréré
 10.00 SIC 10 Horas
 13.00 Primeiro Jornal
 14.10 História de Amor
 15.30 Engraçadinha... Seus Amores e Seus Pecados
 16.30 Acorrentados
 16.40 Malhação
 17.40 Uga Uga
 18.40 Acorrentados
 18.50 O Cravo e a Rosa
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Malucos do Riso



«Quem Quer Ser Milionário?» Programa de entretenimento

- 21.30 Porto dos Milagres
 23.00 Acorrentados
 23.30 Noites Marcianas
 01.30 Noites Longas: Death in the Seine
 03.30 Portugal Radical

- ▼ TVI**
 08.30 Animação
 11.10 Big Brother II
 13.00 TVI Jornal
 14.00 Big Brother II Extra
 14.30 Tiro e Queda
 15.30 Batatoon
 19.15 Big Brother II Extra
 20.00 Jornal Nacional
 21.00 Big Brother
 00.30 Ally McBeal
 01.30 Última Edição
 02.25 Que Loucura de Família (Estreia)
 02.55 Pensacola I

- 21.40 Livres e Iguais
 22.00 Acontece
 22.30 Jornal 2
 23.00 Zapping
 24.00 Sinais do Tempo
 01.00 Departamento de Homicídios

- ▼ SIC**
 08.00 Buêréré
 10.00 SIC 10 Horas
 13.00 Primeiro Jornal
 14.10 História de Amor
 15.30 Engraçadinha... Seus Amores e Seus Pecados
 16.30 Acorrentados
 16.40 Malhação
 17.40 Uga Uga
 18.40 Acorrentados
 18.50 O Cravo e a Rosa
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Malucos do Riso
 21.30 Porto dos Milagres
 23.00 Acorrentados
 23.30 Noites Marcianas
 01.50 «Primo Levi: and my Hole is a Man»
 02.50 Portugal Radical

- ▼ TVI**
 08.30 Animação
 12.10 Big Brother II
 13.00 TVI Jornal
 14.00 Big Brother II
 14.30 Tiro e Queda
 15.30 Batatoon
 19.15 Big Brother II Extra
 20.00 Jornal Nacional
 21.00 Big Brother
 00.30 Ally McBeal
 01.30 Última Edição
 02.25 Que Loucura de Família (Estreia)
 02.55 Pensacola I

Nota:
 A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

A talhe de foice

• Anabela Fino

Dignidade

Assumindo «por completo, a responsabilidade política» do acidente de Entre-os-Rios, o ministro Jorge Coelho demitiu-se das suas funções às três e meia da manhã de segunda-feira porque, segundo disse em conferência de imprensa, o conceito que tem «do exercício do poder político faz com que a culpa não pode morrer solteira».

A atitude de JC foi de imediato alvo de uma série de elogios, indo o primeiro-ministro, António Guterres, ao ponto de classificá-la de «invulgar dignidade».

Se não restam dúvidas de que a atitude é «invulgar» — em Portugal os ministros só se demitem por questões de natureza política —, quanto à «dignidade» já tem mais que se lhe diga. Na verdade, é no mínimo curioso que se considere «digno» o único procedimento possível de quem, no exercício das suas funções, não fez o que devia. E não é menos curioso constatar que a demissão, inevitável face à dimensão da tragédia, tenha demorado mais de seis horas. Sabendo-se que a tragédia ocorreu pouco depois das 21 horas de domingo e que as autoridades foram de imediato avisadas, cabe perguntar se a «dignidade» de JC vacilou, ou se a inevitável decisão foi adiada até se ter tornado evidente que, neste caso, não havia alternativa possível. Porque afinal a tragédia estava há muito anunciada. Porque em anos sucessivos o Governo foi alertado para o estado de degradação da ponte. Porque houve pedidos de audiência sempre recusados. Porque houve manifestações e cortes de estrada para tentar resolver o problema e que apenas tiveram como resposta acções em tribunal movidas pelo governador civil de Aveiro. Porque as constantes extracções de areia no local se faziam há muito sem o mínimo de fiscalização. Porque as vistorias às pontes são feitas, quando o são, de forma pouco séria. Porque, enfim, o ano é de eleições, e o Governo dispensa mais contestação do que a que já tem. Como responsável do Equipamento Social, Jorge Coelho falhou. Os responsáveis dos serviços que deveriam responder pelas várias frentes, a começar pela conservação das pontes, não cumpriram o seu dever, e não só em Entre-os-Rios, como já se tornou público e notório. O ministro não soube, ou não quis, tomar em devido tempo as medidas necessárias para fazer face à situação, como era sua obrigação enquanto titular da pasta e máximo responsável. Foi preciso cair uma ponte e morrerem cerca de 70 pessoas para que as populações tivessem voz na comunicação social e pudessem dizer que o rei vai nu.

O paraíso rosa não passa de uma ficção, como JC sabe muito bem. Mas é ainda ele quem, fazendo jus ao título de bombeiro do Governo, na hora em que não é mais possível tapar o sol com a peneira, lança a derradeira bóia de salvação a Guterres, assumindo as culpas que são de um executivo incompetente. Porque é preciso que alguma coisa mude para que tudo fique na mesma, Jorge Coelho não hesita em sacrificar-se. Há quem chame a isso «dignidade».

Os boys que tomaram conta dos três institutos em que se dividiu a antiga Junta Autónoma das Estradas, e que desde a noite de domingo se remeteram ao mais profundo silêncio, agradecem. Guterres, que não achou necessário demitir ninguém, agradece ainda mais.



A luta pelos direitos está sempre presente

Dia Internacional da Mulher Assinalado por todo o País

O Dia Internacional da Mulher é hoje assinalado um pouco por todo o país, com destaque para as iniciativas promovidas pela CGTP-IN e pelo Movimento Democrático de Mulheres — MDM.

«Só com um esforço colectivo empenhado se alcançará um futuro mais justo, onde os conceitos de igualdade e de partilha deixem de ser estranhos à realidade e onde, mulheres e homens, se assumam de corpo inteiro como membros integrantes de uma sociedade mais humana, mais solidária e mais democrática». Esta a perspectiva que marca o conjunto de iniciativas promovidas pela Comissão Nacional de Mulheres da CGTP-IN neste 8 de Março, como se afirma em documento hoje divulgado.

O documento aposta na necessidade de afirmar e efectivar direitos — no trabalho e no emprego, numa nova partilha de direitos e funções associados à maternidade e paternidade. E informa ainda de como agir para garantir esses direitos.

De par da divulgação deste e de outros documentos e desdobráveis, estão previstas outras iniciativas, em particular a realização de debates.

Em Lisboa, a União dos Sindicatos promove uma Tribuna de Opinião Pública com o lema «Outros tempos, novas mentalidades — É hora de igualdade». No Porto, o debate organizado também pela União dos Sindicatos será em torno da «Lei da maternidade e paternidade». «Igualdade: direitos e discriminações» é o tema proposto pela

União dos Sindicatos de Aveiro, enquanto em Castelo Branco estará em discussão a igualdade de oportunidades.

A distribuição de cravos, desdobráveis ou postais, nas ruas e à porta de empresas, terá lugar em diversos pontos do País.

MDM lança campanha

O MDM lança hoje uma campanha pelos direitos sexuais e reprodutivos, que deverá prolongar-se até 7 de Abril, Dia Mundial da Saúde.

A campanha tem em vista a necessidade de questionar e procurar resposta para questões como o que são os direitos sexuais e reprodutivos, quem

deve intervir na promoção desses direitos, como está a ser aplicada a legislação vigente e que áreas estão ainda «em branco» e que direito à saúde sexual e reprodutiva efectivamente temos.

A Campanha reafirma as reivindicações da Carta dos Direitos da Mulher aprovada no VI Congresso do MDM, em Junho de 2000.

Sábado passado, o MDM participou numa iniciativa do movimento das «Mulheres Curdas pela Paz», em Leverkusen, na Alemanha. Um grande festival em que participaram milhares de mulheres sob o lema «Construiremos o nosso mundo».

O MDM expressou assim a sua solidariedade com a luta das mulheres e do povo curdo contra a opressão, pela liberdade, pela paz e autonomia cultural, condenando o racismo, xenofobia e todas as formas de discriminação.

Mulheres continuam a ser discriminadas

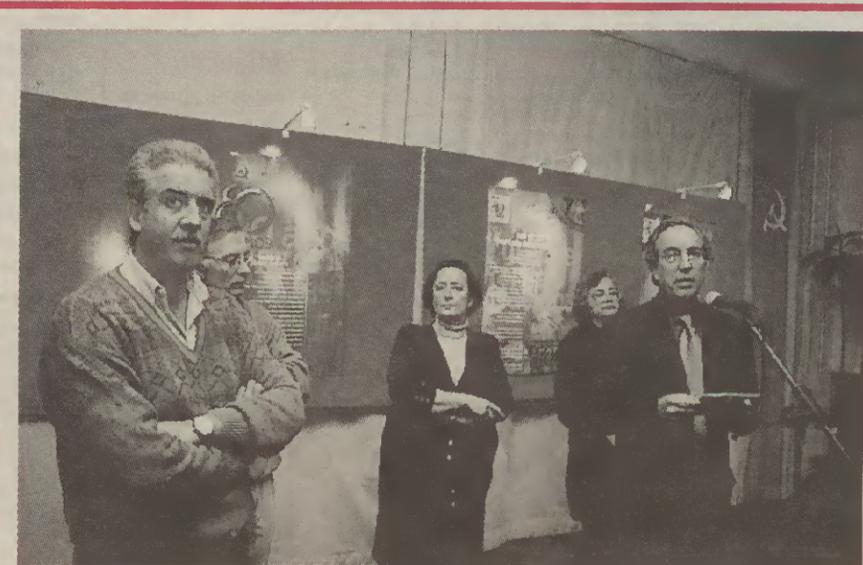
Para Idalina Pedaço, do Movimento Democrático de Mulheres (MDM), o 8 de Março não é apenas um símbolo da luta das mulheres. «É um dia muito reivindicativo», diz Idalina recordando as exigências do movimento: melhor qualidade de vida,

direito à educação, aplicação da lei da maternidade, trabalho com direitos, apoio às jovens mães e adolescentes, prevenção das doenças sexualmente transmitidas. «São problemas da sociedade, mas as mulheres são as que os sentem mais», explica.

Para esta activista do MDM, as mentalidades estão a mudar e as mulheres estão mais conscientes das discriminações de que são alvo. «Sentem a necessidade de lutar. São as primeiras a ir para a luta e as últimas a abandoná-la», afirma Idalina Pedaço.

Para o MDM, há falta de apoio e esclarecimento dos direitos. «A situação evoluiu, mas ainda não chegámos ao ponto necessário.» Hoje é no emprego que mais se sente a discriminação, com os contratos a prazo, os salários, os despedimentos e o assédio sexual.

«As mulheres sentem que são exploradas, mas algumas têm medo de reagir porque podem perder o emprego», explica Idalina, lembrando que o salário continua a corresponder à autonomia das mulheres em relação aos maridos.



A exposição sobre a luta e a intervenção do PCP foi inaugurada terça-feira no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, com a presença do Secretário-geral, Carlos Carvalhas.

É ilegal:

- uma oferta de emprego que indique qualquer preferência baseada no sexo;
- proceder a perguntas (orais ou escritas), em entrevistas para recrutamento nas empresas, sobre se as mulheres têm ou pensam ter filhos, ou ainda sobre outros aspectos das suas vidas privadas e familiares;
- a instituição de categorias profissionais reservadas, exclusivamente, para mulheres ou para homens;
- despedir mulheres grávidas, puérperas ou lactantes sem parecer prévio da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego;
- pagar salários diferentes a quem tem a mesma categoria profissional, exerce as mesmas funções ou desempenha funções equivalentes;
- impor, durante os períodos de gravidez, puerpério e aleitação, o desempenho de tarefas clinicamente desaconselháveis para a mulher ou para o nascituro;
- proceder a descontos nos salários, em subsídios de refeição ou em prémio de assiduidade (ou outros), pelo exercício do direito à amamentação, à aleitação, a dispensa para consultas pré-natais ou sessões de preparação para o parto;
- tentar impor a prestação de trabalho suplementar a mulheres grávidas ou com filhos com idade inferior a 10 meses.

